

1 ATA DA 298ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEAS-MG, REALIZADA EM 19
2 DE JULHO de 2024. Aos 19 de julho de 2024, às nove horas da manhã, na plenária da
3 Casa de Direitos Humanos, situada na Av. Amazonas, nº 558, centro, Belo Horizonte-
4 MG, realizou-se a ducentésima nonagésima oitava plenária ordinária do Conselho
5 Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, coordenada pelo presidente Nelson
6 Fernando Maure Carvalho, estavam presentes também os **seguintes conselheiros/as**
7 **titulares:** Jennifer Danielle Souza Santos, representante do PSIND-MG, Flavio Christian
8 De Assis Miranda, representante do CMAS de Ipatinga, Wellington Duarte, representante
9 do COGEMAS, Laís Alexandre da Silva, representando o CMAS de Ipatinga, Rosalice
10 Tassar, representando o Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São
11 Vicente de Paulo, Nelson Fernando Maure Carvalho representando a Secretaria de
12 Desenvolvimento Social – SEDESE, Solimar Assis, representando a SEPLAG, Cleuza
13 Maria de Oliveira, representando a secretaria de Estado de Educação, Isac dos Santos
14 Lopes representando a Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio
15 Doce, Letícia Fernandes Godinho representando o Conselho Municipal de Assistência
16 Social - CMAS de Coronel Fabriciano, Fernanda Regina da Silva do CMAS de
17 Campanha, Marcelo Armando Rodrigues pela OAB/MG, Simone Maria da Penha de
18 Oliveira, representando o coletivo Flores de Resistência, Mayra de Queiroz Camilo,
19 representando a APAE de BH, Luiz Carlos de Castro Fernandes, representando a ARMI,
20 João Paulo Freire Jardim, representando a SEDESE, **conselheiros/as suplentes:** Altair
21 Rabelo representando a Associação Berg Vingren de Assistência Social, Anna Karla
22 Ribeiro, representando a Secretaria de Estado de agricultura , pecuária e abastecimento ,
23 Ernane Gonçalves Maciel, representante do CMAS de Montes Claros, Sandra Regina
24 Ferreira Barbosa, representando o SINTIBREF, Érica Pereira Alves Beltrame e Ester
25 Rodrigues, representantes da SEDESE; Andrezza dos Reis, representante do Lar dos
26 Idosos José Justiniano Rocha, Matheus Borges Gonçalves representante do Organizações
27 representantes de Usuárias e Usuários da Assistência Social Movimento LGBTQIA+ de
28 Cláudio/MG, João Alves Crisóstomo, representante da União das Associações de
29 Pirapora, Ludmilla Lamartine de Souza, representando o CRESS-MG, Joelma Dias
30 Ramos, representante do CMAS Campanha, Letícia Dufloth, representando a Secretaria
31 de Estado de Saúde e Anália Romeiro de Paula, representando o Abrigo São Vicente de
32 Paulo de Coluna. **Estavam presentes como convidados:** Rosilene de Fátima, Tainara
33 Vieira Rodrigues, Roberta Kelly Figueiredo, Sofia Benfica Blaso, Marcela Rodrigues
34 Santos e Ana Carolina Grossi, todos representantes da SEDESE, Lucas Ribeiro e Alexa
35 Andrade. **Nelson, SEDESE:** Bom dia pessoal, para darmos início a nossa 298 plenária,
36 vou pedir para a secretaria executiva fazer a chamada. Poliana da secretaria executiva,
37 sindicato dos psicólogos de Minas Gerais, Jennifer Daniele Souza Santos? Jennifer:
38 Presente. Poliana, secretaria executiva: Ordem dos advogados do Brasil MG Marcelo
39 Armando Rodrigues? Marcelo Armando Rodrigues: Presente. Poliana, secretaria
40 executiva: APAE de Belo Horizonte Maira de Queiroz Camilo? Maira: Presente. Poliana,
41 secretaria executiva: Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade São
42 Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida? Rosalice: Presente. Poliana, secretaria
43 executiva: Lar dos idosos Justino Rocha, Andrezza dos Reis Pimenta? Andrezza: Presente.
44 Poliana, secretaria executiva: Associação recreativa da melhor idade, Luiz Carlos de
45 Castro Fernandes? Luiz: Presente. Poliana, secretaria executiva: CMAS de Ipatinga, Laís
46 Alexandre da Silva? Laís: Presente. Poliana, secretaria executiva: CMAS de campanha,
47 Fernanda Regina da Silva? Fernanda: Presente. Poliana, secretaria executiva: Coletivo

48 flores de resistência, Simone Maria da Penha Oliveira? Simone: Presente. Poliana,
49 secretaria executiva: Comunidade das comunidades quilombolas de alto e médio Rio
50 Doce, Isaque dos Santos Lopes? Isaque: Presente. Poliana, secretaria executiva: Sedese,
51 Nelson Fernando Mauro Carvalho? Nelson: Presente. Poliana, secretaria executiva:
52 Sedese, João Paulo Freire Jardim? João: Presente. Poliana, secretaria executiva:
53 Secretaria do estado de educação, Cleusa Maria de Oliveira? Cleusa: Presente. O suplente
54 da SEAPA está presente. Poliana, secretaria executiva: Secretaria do estado da fazenda,
55 Nelma Barbonaglia da Silva? Justificou ausência. Poliana, secretaria executiva: Seplag,
56 Solimar Assis? Solimar: Presente. Poliana, secretaria executiva: Secretaria do estado de
57 saúde, Cristiane Aguiar Viera também justificou ausência... COGEMAS, Wellington
58 Duarte Ribeiro? Wellington: Presente. Poliana, secretaria executiva: CMAS de Ipatinga,
59 Flávio Christian de Assis Miranda? Flávio: Presente. Poliana, secretaria executiva:
60 CMAS de Coronel Fabriciano, Leticia Fernandes Godinho? Nelson, SEDESE: Ela
61 justificou atraso, mas deve estar chegando. Poliana, secretaria executiva: Em condição de
62 titularidade, secretaria e estado de saúde, Leticia Bianchini? Leticia: Presente. Poliana,
63 secretaria executiva: SEAPA, Ana Carla Ribeiro Silva? Ana Carla: Presente. Poliana,
64 secretaria executiva: Nós temos um quórum de 16 titulares presentes, e dois em condição
65 de titularidade, total de 18. Leitura dos conselheiros suplentes. Conselho regional de
66 serviço social de Minas Gerais CREAS, Ludmila Martine de Souza? Ludmila: Presente.
67 Poliana, secretaria executiva: Sindicato dos empregados em instituições beneficentes,
68 religiosas, filantrópicas, SITBREF. Poliana, secretaria executiva: Sandra Regina Ferreira
69 Barbosa? Sandra: Presente. Poliana, secretaria executiva: Altair Rabelo? Altair Rabelo:
70 Presente. Poliana, secretaria executiva: Abrigo São Vicente Paulo de Coluna, Anália
71 Romero de Paula... Fórum Municipal de Luta pelos Direitos de Usuários do SUAS
72 Uberaba, Wellington Donizete Marques de Lima Leon... movimento LGBTQIA+
73 Claudio. Matheus Borges Gonçalves: Presente. Poliana, secretaria executiva: Sedese,
74 Esther Rodrigues? Esther: Presente. Poliana, secretaria executiva: Secretaria do Estado
75 da Fazenda, Elisa Vieira Marques Brigagão Dias... CMAS Campanha, Joelma Dias
76 Ramos? Joelma Dias: Presente. Poliana, secretaria executiva: CMAS Montes Claros,
77 Hernane Gonçalves Maciel? Hernane: Presente. Poliana, secretaria executiva: Suplentes
78 presentes temos sete, ausente temos 11... Sedese, Erica Pereira Alves Beltrani? Erica
79 Beltrani: Presente. **Nelson, SEDESE:** Bom dia pessoal, mais uma vez, com o quórum,
80 estamos iniciando nossa reunião, antes damos posse para o João Alves Crisóstomo, bem-
81 vindo, nosso novo conselheiro... nós tivemos outras publicações de nomeação, mas os
82 conselheiros que foram nomeados hoje não estão presentes, na próxima plenária eles
83 tomam posse. Primeiro ponto nosso é a apreciação e votação da ATA da plenária da 297
84 plenária. Todos fizeram a leitura e conferência da ATA, podemos ir para a votação...
85 aprovada. Agora vamos para a apreciação da pauta, temos como primeiro ponto a
86 participação no seminário estadual de orfandade do estado de Minas Gerais, é uma
87 reunião on-line, no dia 01/08, a participação dos conselheiros da sociedade civil, que
88 residem em Belo Horizonte e na região metropolitana em reuniões e eventos do CEAS,
89 reembolso das despesas, a reunião do SEAS com a Sedese, Seplag, Segov, que ocorreu
90 no dia 01/07, a apresentação do PPAG e da LOA 2025, atualização do piso mineiro 2024,
91 processo eleitoral de vacância do CMAS, e a revisão do plano de controle social como
92 sugestão da criação de um GT para o processo de revisão. A gente tem alguma indicação
93 de inclusão de pauta? Podemos ir para a aprovação? Pauta aprovada. Sociedade civil tem
94 algum informe? Só para registrar, o informe da Subas foi encaminhado por WhatsApp no

95 grupo dos conselheiros. **Matheus, movimento LGBTQIA+ de Claudio:**
96 informe sobre a reunião do NEEP, que eu e outros conselheiros participamos, foi a
97 primeira reunião do ano, a gente já tinha feito a indicação das representações do conselho
98 há algum tempo, a reunião demorou para acontecer, mas aconteceu na semana passada,
99 foi uma reunião muito positiva, com uma referência do MDS para discutir essa questão
100 da Educação Permanente, foi um diálogo muito interessante para entender, e já temos um
101 desafio próximo, que é a elaboração do plano de Educação Permanente do estado, que
102 tem vigência até 2027, é um desafio, porque a gente tem um tempo pequeno para isso,
103 mas a própria subsecretaria, que cuida dessa questão da Educação Permanente já tem
104 encaminhado um processo, e na próxima reunião a gente vai ter acesso, mas foi uma
105 reunião muito positiva para entender esses processos, só para registrar que, pela demora
106 a acontecer e pela urgência de ter que, ainda esse ano, ter que aprovar esse plano, essa
107 questão dos tempos, ontem na reunião da sociedade civil, eu trouxe esse dialogo da
108 questão dos tempos, que as vezes a gente não vai conseguir com maior qualidade, colocar
109 os nossos interesses, os desafios, já que Educação Permanente é algo que atravessa todas
110 as apresentações do conselho, e principalmente, até para nós como usuários, Simone
111 trouxe uma reivindicação muito importante, que é a gente pensar nas garantias para
112 participação nesse tipo de reunião quando é virtual, a gente tem que pensar que a
113 conectividade de internet nos nossos territórios tem desafios, a gente tem desafios para
114 acessar as reuniões dessa forma, e fica também o ponto para a gente avaliar, eles até
115 indicaram uma possibilidade que era feita quando o conselheiro Isac estava, que era a
116 questão de fazer uma articulação com a secretaria nos municípios, mas é algo que a gente
117 possa discutir, pessoalmente, me manifestei na sociedade civil, ficamos muito
118 agradecidos de participar desse espaço, porque é um espaço muito estratégico e
119 interessante, justamente por falar de Educação Permanente, tem uma conexão muito forte
120 com gestão do trabalho, que é algo que nos afeta, como eu disse, em todos os seguimentos
121 de representação, mas principalmente, enquanto usuários na qualidade do serviço, e
122 também o que a gente pode incidir nessa questão, nesses processos que precisam sempre
123 ser revistos e atualizados. **Simone, Coletivo Flores de Resistência:** Só vou passar as
124 datas, a próxima reunião extraordinária será no dia 13/08, das 14h às 17h, e a ordinária
125 em setembro, dia 03/09, e novembro dia 05/11. **Nelson, SEDESE:**Obrigado Simone,
126 Obrigado Matheus, no nosso regimento, a gente teria a apresentação de cada uma das
127 comissões temáticas, na última plenária, a gente acordou de seguir com a pauta, e as
128 apresentações das comissões irem para o final da nossa plenária, podemos manter assim?
129 O regimento está sendo revisto, e a gente vai fazer algumas alterações. O primeiro ponto
130 é a participação no seminário a indicação, da participação do seminário estadual de
131 orfandade e direitos do estado de Minas Gerais, é uma reunião que vai ser on-line para
132 preparar o seminário, ontem na reunião da diretora, a gente acordou, a princípio, a
133 indicação de um membro da sociedade civil, que tiver interesse em participar, a indicação
134 de um membro. **Rosa, Conselho Metropolitano da sociedade São Vicente Paulo:** A
135 sociedade civil indica Fernanda para participar do Seminário. **Nelson, SEDESE:** Pedir
136 para a secretaria executiva encaminhar resposta para a equipe que está organizando o
137 seminário, e as orientações para a Fernanda. O nosso próximo ponto de pauta é a
138 participação dos conselheiros da sociedade civil que residem em Belo Horizonte nas
139 reuniões e eventos do CEAS, ontem a gente já discutiu esse ponto com a presença do
140 secretário ou adjunto aqui na nossa reunião, mas a gente acha importante registrar isso na
141 plenária também, se algum conselheiro quiser trazer os pontos, ontem tiramos como

142 encaminhamento na reunião com ele, a gente reforçar essa solicitação para participação
143 dos conselheiros que residem em Belo Horizonte nas reuniões e eventos, só registrar o
144 que teve de retorno, e o que a gente já caminhou com isso, no mandato do conselho
145 anterior, os conselheiros conseguiram um vale-alimentação, e esse vale é para
146 conselheiros residentes em Belo Horizonte e da região metropolitana, com o início desse
147 novo mandato, a gente já teve algumas discussões nesse sentido, e a gente avançou no
148 sentido dos conselheiros que residem na região metropolitana passaram a ter acesso ao
149 direito da diária e do transporte, a secretaria executiva fez uma consulta junto a SEDESE,
150 e a primeira consulta indicou que isso não se aplicaria aos conselheiros residentes em
151 Belo Horizonte, a gente já retomou com essa consulta, mas a gente não teve um retorno,
152 ontem a gente registrou isso na reunião com o secretário, ontem mesmo como
153 encaminhamento, a gente reforçar essa solicitação via ofício, vou passar a palavra para
154 os conselheiros da sociedade civil. **Marcelo - Ordem dos Advogados do Brasil:** Como
155 a nossa reunião de ontem não foi gravada, eu sinto a obrigação de falar sobre o acontecido,
156 na verdade, o que nós pautamos é isso mesmo, que o presidente apontou, mas nós,
157 enquanto sociedade civil, nos manifestamos contrário ao que tem acontecido, nós
158 entendemos que é um constrangimento para os conselheiros terem que passar por essa
159 situação em plenária, em reunião, nós dissemos ao nosso secretário adjunto Ricardo, que
160 é uma pessoa muito sensível a essas situações, considerando inclusive o que ele disse,
161 que ele vem do SUS, então ele tem uma relação muito próxima com o controle social.
162 Então nós dissemos para ele que esse constrangimento não é só para os conselheiros
163 estaduais, é um constrangimento também para ele e para a secretaria e a SEDESE como
164 um todo, nós entendemos que essa responsabilidade que o governo tem, de dar condições
165 para que o CEAS possa funcionar, e funcionar com dignidade, isso tem que ser
166 assegurado, nós falamos da importância de que haja vontade política por parte da
167 SEDESE e de seus gestores, de que pudesse fazer com que mudasse a legislação, se é que
168 a legislação tem artigos suficientes para atender, no meu ponto de vista, eu apresentei que
169 no meu entendimento, teria, a legislação que já existe, que é o decreto, que trata sobre as
170 diárias, já existe condições para resolver, mas parece-me que o jurídico da SEDESE ou
171 do próprio governo, ter o entendimento divergente, entretanto, eu acho que, como disse
172 para o secretário, o que falta é a vontade política, se houver, muda, é só mudar um artigo
173 ou acrescentar um artigo, então essa foi a fala que nós fizemos, entendemos que teremos,
174 pelo que o secretário disse, eles irão fazer o possível para que isso aconteça, também foi
175 sinalizado que a secretaria viria na próxima reunião, quem sabe ela já venha com o decreto
176 modificado.

177 **Rosa do Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente Paulo:** A sociedade civil
178 pede que nesse ofício que foi encaminhado para a secretaria, a revisão dos valores da
179 alimentação daqueles que moram em Belo Horizonte, é um cartão que não é aceito em
180 restaurantes, em poucas lanchonetes ele é aceito, é um valor que precisa ser repensado,
181 se é um cartão para que se possa alimentar, ele não dá esse direito, porque restaurante não
182 aceita, tem poucas lanchonetes e Supermercados BH, são os únicos comércios que
183 aceitam ele, nós fizemos um levantamento, são seis conselheiros que são de Belo
184 Horizonte, acho que seria interessante colocar o nome desses seis conselheiros, porque
185 tem a Patrícia, que vai tomar posse, é de Belo Horizonte, não sei se é o momento, mas eu
186 acho interessante a gente ressaltar o que aconteceu ontem com o nosso conselheiro Leon,
187 nós queríamos solicitar formalmente a SEDESE que agilize as diárias, há um processo de

188 diária, a gente está falando daqueles que moram fora de Belo Horizonte, e precisam vir
189 em Belo Horizonte, nós respondemos um questionário semanas antes, onde o pessoal da
190 secretaria faz todo o processo das diárias, só que demora chegar na conta do conselheiro,
191 da mesma forma que todos nós temos que nos organizar para estar aqui, quem mora no
192 interior, precisa mais ainda, então estamos pedindo que o valor da diária caia no mínimo
193 em dois ou três dias antes, o que aconteceu com o Leon? Caiu ontem na conta dele, para
194 a pessoa que está vindo do interior, ela precisa comprar a passagem com antecedência,
195 ela precisa reservar um hotel com antecedência, nós sabemos que o processo dentro da
196 secretaria executiva é ágil, responder o questionário é fácil, já faz a solicitação de diária,
197 e as vezes para no coordenador de despesas, as vezes para em quem libera o recurso,
198 enfim, a SEDESE articular com esses setores de diária para priorizar, porque as pessoas
199 vem de longe, é direito desse conselheiro estar aqui, ele também tem que se organizar na
200 empresa onde ele trabalha, igual o Leon, ele não conseguiu comprar a passagem porque
201 não tinha dinheiro, então a gente queria ver esse esforço da SEDESE, porquê da secretaria
202 executiva já existe, a gente tem que reconhecer o esforço deles, mas a gente sabe que para
203 dentro da SEDESE em relação a essas liberações dos recursos. **Simone, Coletivo Flores**
204 **de Resistência:** E também dizer, Nelson, a gente pontou vários fatores, a gente sabe que
205 haverá respostas, mas nesse caso da diária, a gente precisa de uma resposta ágil, não dá
206 para esperar a próxima plenária, e a gente ter que fazer o movimento de estar aqui, eu
207 acho que o nosso pedido como sociedade civil, principalmente esse ponto seja trago com
208 mais urgência, e que na próxima plenária essa situação já esteja resolvida, os outros
209 requerimentos, a gente compreende o prazo, mas essa questão, para nós, é muito urgente,
210 tanto na garantia das diárias para os nossos companheiros, ter um representante que não
211 esteja presente por conta de diária é muito ruim, principalmente para a sociedade civil, e
212 acho que para o CEAS, a questão da solução para Belo Horizonte é emergencial, não é
213 uma coisa para esperar até agosto, é emergencial, meu pedido é esse. **Luiz, ARMI:** É só
214 para informar que no meu caso, a empresa que faço viagens é a Gontijo, e a Gontijo ela
215 substituiu os ônibus, ela tinha o ônibus convencional, executivo, é semi-leito, e eu não
216 tive outra opção, então eu tenho feito a justificativa, tem dado certo até esse momento,
217 mas deixar registrado, não encontro mais nenhum ônibus convencional para minha
218 cidade, somente semi-leito e executivo, executivo na verdade não tem conforto nenhum.
219 **Jennifer. PSIND:** Já vou começar com a questão que o companheiro Luisão colocou,
220 para mim, me soa bem estranho a pessoa ter que justificar a compra de uma passagem de
221 leito, um pouco mais caro que a outra, isso para mim tem que ficar como registrado como
222 algo que precisa ser extinto, ninguém deveria ter que justificar isso, temos que ter a
223 garantia de vir da forma mais confortável possível, se estamos vindo de ônibus, só queria
224 reforçar, a palavra que o companheiro Marcelo usou, constrangimento, a gente ter que vir
225 aqui e falar sobre um constrangimento que algum conselheiro ou conselheira do CEAS
226 não chegar a plenária por questões financeiras, que, ao parecer do estado, não vai fazer
227 cócegas no orçamento do estado, é bem constrangedor, precisamos de uma resposta mais
228 ágil sobre isso para que não ocorra novamente, e a questão do ressarcimento dos gastos
229 que nós conselheiros temos que residem em Belo Horizonte, eu estive na reunião na
230 cidade administrativa, é um gasto muito considerável, R\$ 60 reais, além disso eu não pude
231 agendar um taxi que seria algo mais viável para que eu pudesse me programar, então
232 esperar o Uber, e ter vários cancelamentos também impactou na questão de eu chegar no
233 horário certo, cheguei atrasada, não revelei no momento, que a gente fica um pouco
234 alterada, só que é uma questão a ser colocada, nós precisamos realmente, são seis

235 conselheiros, que novamente, em relação a impacto financeiro nós estamos falando de
236 um valor que nem precisa ser considerável, e a gente fica passando por essas questões de
237 ter que discutir isso, gastar tempo, com algo que é importante, mas tem tantas outras
238 coisas muito importantes. Eu compreendo que, pra todo mundo que está aqui hoje,
239 entende como necessário e importante. Então que a gente consiga resolver da forma mais
240 ágil possível, pra que a gente não volte a acontecer, já que a gente tem o entendimento de
241 que essas coisas não podem ficar acontecendo. Mas novamente registro, o que o
242 companheiro Luizão colocou que deve ser totalmente extinto é que ninguém precisa
243 comprar uma passagem e justificar o porque uma é consideravelmente mais cara que é
244 outra, pra vir um pouco confortável ou porque não tem opção e mesmo se tem opção que
245 a pessoa possa escolher a poltrona que ela virá, já que estamos falando de R\$ 200, 300
246 reais que orçamento gigante do estado é insignificante. Outro questão importante é alguns
247 requerimentos que talvez seja importante a gente está revendo também, é como está
248 sendo esta prestação de contas, pois temos que vir aqui prestar contas representações que
249 nós fazemos, nós temos que apropriar do que o CEAS está pensando e o que o CEAS
250 defende, isso é importante, agora, atestado de pobreza, ou atestado de justificar que não
251 existe outro método para a viagem, isso é impressionante e absurdo. **Sandra,**
252 **SINTIBREF:** Só vim fazer uma consideração, tem essa questão de estrutura, que é a
253 estrutura que os conselheiros estarem participando, aonde está o controle social nesse
254 estado? A institucionalidade está sendo desrespeitada, se está lá, o CPF, é o básico, fundo
255 conselhos, e planos, o básico, e ainda, depois de muitos anos, ainda estamos discutindo
256 nos plenos questão, recursos insignificantes dentro de uma política. Então, o que está
257 acontecendo? Todo mundo aqui trabalha, todo mundo é ágil, competente e chega lá com
258 quem tem que assinar, deliberar a coisa fica parada, aí quando a gente toma atitude,
259 digamos assim, a sociedade civil coloca em todos os meios “o Estado não está garantindo
260 passagens, meios e alimentação para o exercício do controle social em Minas Gerais. Aí
261 dizem: nossa, mas a sociedade civil se radicalizou. Mas nós temos espaços de discussão
262 e de sensos pra buscar consensos, é uma consideração para pensarmos. o que estamos
263 discutindo na assistência social é representatividade, isso era para ter sido sanado, está
264 havendo um desrespeito com o controle social, para garantir o exercício da sociedade
265 civil, é porque tem que ser garantido, isso é institucional, já está garantido, é um
266 desrespeito, obrigado. **João Paulo - SEDESE:** São dois comentários rápidos na fala do
267 Luisão, e para solidarizar e compartilhar, isso é para a gente também, nós servidores, eu
268 mesmo que fiz cinco viagens recentes, a gente também passar por isso, as vezes a gente
269 tem que ficar fazendo coisas para prestar conta, mas a gente tem que lembrar, é o
270 regramento, nós estamos utilizando recurso público, acho que todos tem essa
271 compreensão, temos que ter responsabilidade e prestar contas, apesar do trabalho, acho
272 que tem que ser feito sim, a gente tem que ter esse cuidado, então eu prefiro ter mais
273 trabalho, se isso representar que outros abusem desse recurso público, é um trabalho que
274 nós temos, a gente sabe que a Gontijo tem feito isso, a questão do convencional,
275 recentemente eu tive que fazer essa justificativa também, não tem convencional mais, é
276 executivo, leito e semi-leito, outras justificativas que fazemos é com Uber, porque as
277 vezes o Confort está mais barato, e eles perguntam o porquê, então dicas de quem viaja
278 muito, quando o Confort estiver mais barato, tire um print da tela, porque isso dá
279 justificativa, nós precisamos fazer essas justificativas, não tem como fugir disso. E sobre
280 as diárias, é uma sugestão, é repensar esse fluxo das diárias, se o prazo não está
281 funcionando, é isso que a Jennifer falou, passa por várias mãos, se o prazo está curto,

282 vamos antecipar uma semana, os conselheiros se empenharem para responder o mais
283 rápido possível, a gente dá um prazo mais curto. E a secretaria executiva iniciar esse
284 processo, ficar em cima das chefias, dos ordenadores de despesa, é nós pensarmos esse
285 fluxo, a gente reavaliar de forma pratica, ter prazos definidos, a secretaria executiva vai
286 ter o prazo dela, para a gente garantir que em dois ou três dias antes o recurso esteja
287 disponível para todos, minha sugestão é essa. **Nelson - SEDESE:** Gostaria de colocar
288 alguns pontos, primeiro com relação aos prazos, eu abri a PCDP da situação em que
289 estamos trabalhando em pauta, de fato, quando a secretaria executiva encaminha, passa
290 por aprovação da chefia imediata, aprovação do ordenador de despesa, aprovação de
291 dirigente máximo, depois para pagamento, é um fluxo que está previsto na estrutura do
292 estado, é uma questão que, eu abri para ver as datas, eu acho um pouco injusto da forma
293 como colocam, existe um esforço muito grande para que a diária caia para todos com
294 antecedência, nesta plenária, inclusive, temos um grupo de diárias, tem um grupo
295 específico, quando o Denílson lança, ele envia o número das diárias nesse grupo, a
296 Mariana está como chefia imediata, Carol coordenadora de despesas, ele via o número,
297 inclusive, esse mês foi um mês que a Mariana enviou "está pronto?", cobrando para
298 termos agilidade nesse processo, nesse mês ocorreu essa troca de mensagens para agilizar.
299 Eu entrei no histórico, depois posso mostrar, está aqui, no dia 9 foi solicitado, no dia 10
300 foi aprovado, dia 11 foi aprovado por um, no dia 12 por outro, os prazos foram seguindo,
301 e não houve nenhum atraso em nenhuma aprovação, então talvez o que teremos que fazer
302 é solicitar antes, eu também quero registrar que esse conselho anteriormente, inclusive,
303 só fazia essa solicitação depois que a pauta era aprovada, inclusive, combinei com a
304 secretaria executiva "a gente precisa aprovar a pauta", então ficava esperando a reunião
305 da mesa da diretoria para aprovar a pauta para lançar como documento, a gente combinou
306 de não fazer mais isso, então hoje a secretaria executiva envia um ofício convocando para
307 plenária sem a pauta, vocês devem ter observado isso, em janeiro se esperava a aprovação
308 da pauta para depois fazer a convocação, agora está fazendo a convocação antes da
309 aprovação da pauta, inclusive, para agilizar esse processo, então acho que é para nós
310 adiantarmos o processo de início na secretaria executiva, é um processo que está como
311 estrutura, organização e fluxo do estado. Com relação as justificativas, eu entendo quando
312 vocês colocam isso, primeiro ponto, a justificativa não é um atestado de pobreza, isso não
313 está em nenhum lugar escrito, a Jennifer trouxe essa fala atestado de pobreza, não é em
314 nenhum ponto, porque todas as pessoas que utilizam da diária precisam justificar qualquer
315 que seja o transporte, seja ônibus, seja Uber, taxi, seja avião, qualquer um, inclusive, se a
316 passagem de avião é uma passagem mais cara ou mais barata, nós precisamos justificar
317 em relação ao horário, isso se aplica a todos nós, o Luisão trouxe na fala dele trouxe isso,
318 não tem disso um problema, é só fazer essa justificativa todos os meses, devemos fazer
319 essa justificativa, estamos falando de recursos públicos, estamos como responsáveis,
320 todos que usufruem desse recurso, devem fazer a justificativa, nós fizemos uma viagem
321 recente, e nós discutimos sobre isso, o Uber que eu gastei do local do evento até ao
322 almoço, existem regras, acho que a gente precisa entender que não é uma questão da
323 SEDESE, é uma questão do estado, uma questão da administração pública, em nenhum
324 momento estamos falando para atestar algo. A gente só está falando sobre o processo de
325 prestar contas sobre as viagens. Agora, com relação a solicitação dos conselheiros que
326 residem em Belo Horizonte, da sua garantia dos direitos deles isso estamos correndo atras,
327 e aí também registrar que não existe um cerceamento por parte do estado, a gente tem
328 promovido isso, as discussões estão avançando, estamos conseguindo outras

329 possibilidades, a gente vai lutar por isso, não existe um cerceamento dessa participação,
330 a gente teve um encontro com a CGU, a CGU sinalizou o avanço do controle social no
331 estado de Minas Gerais, frente em relação com os outros conselhos estaduais, da
332 participação de todos, sejam conselheiros titulares ou suplentes, a Carol mencionou, a
333 Simone mencionou, a respeito do avanço do controle social em Minas, mesmo com tudo
334 que temos que lutar, todos os avanços e garantias que temos. **Simone, Coletivo Flores**
335 **de Resistência:** Então Nelson, você trouxe vários pontos, essa prestação de contas é
336 vigente, temos gargalos, mas vamos avançando, receber a mensagem de cobrança é muito
337 chato, é um incômodo, mas vou trazer outros pontos, eu respondi a CGU, eu participei da
338 entrevista, mas eu mesma fui impedida no dia 01/08 da participação, estamos sendo um
339 exemplo, mas é aquilo que eu disse ontem, a minha ética não me permite sair detonando
340 o CEAS por onde eu passo, ao mesmo tempo é contraditório em muitas das vezes, eu não
341 estou sendo assistida literalmente, por ser Simone, por ser segmento de usuários, esses
342 assuntos que estamos debatendo... eu estava em um seminário a noite, e eu escutei um
343 jovem dizendo "é tão chato, porque a gente tem que ficar repetindo nossas dores o tempo
344 todo", a gente não tem mais espaço para ecoar as nossas dores, eu não vejo isso
345 acontecendo com os outros, é um incômodo gigantesco... ah o carro não pode...tudo bem
346 o carro não pode, não respeita esta casa. Se mandou um calendário, um cronograma do
347 ano todo, de repente me manda uma mensagem: tenho que buscar um anexo... Ele não ta
348 respeitando esta casa. Volto a dizer, não é sobre ter carro na porta da minha casa, é sobre
349 ter a garantia, e ao mesmo tempo, eu não consigo mais... está tão cansativo e repetitivo,
350 começamos 9 horas e ficamos por horas batendo na mesma tecla, em algo que não vai
351 chegar, quero perguntar ao CEAS e meus companheiros, o que é ser emergencial? Qual
352 a reflexão que estamos fazendo quando a gente não assegura a participação do outro?
353 Hoje estou por conta própria, nem sequer minha alimentação está garantida pois meu
354 ticket não recarregou, não sou obrigada tirar de outra instância para colocar aqui, eu não
355 fui garantida, ou seja, não estou sendo garantida, não fui garantida ontem e não estou
356 garantida hoje, quando terminar a plenária, eu sei que vai cair, mas ainda não caiu, a diária
357 do Leon não caiu, outros conselheiros podem ter não caídos, mas eles conseguiram
358 resolver, mas a gente não é obrigado a ter segundo plano por representatividade, estão me
359 obrigando a ter um segundo plano o tempo todo, é sobre isso, muitas das vezes quando
360 eu me levanto as seis horas da manhã, eu penso em não ir, mas eu penso "eu fui eleita
361 para estar lá", a maioria de vocês saíram seis horas da manhã? São poucos, eu faço esse
362 tramite todos os dias, e qual o momento em que eu falto? Eu faço esse tramite de sair
363 daqui, e não poder entrar no restaurante porque o ticket não dá, eu tenho que andar até a
364 Amazonas para comer mais barato, até quando vamos brincar de fazer assistência social?
365 Para quem é essa assistência social? Qual a luta? Estou para exercer o horário ou fazer
366 mudanças? Essa pauta precisa ser esgotada, a gente não está avançando, estamos o tempo
367 todo falando sobre isso, não adianta falar que está sendo assegurada porque não estou, da
368 minha pessoa, a gente precisa rever, é sobre o ticket de refeição cair antes, é sobre as
369 diárias caírem antes, é sobre resolver a situação, sobre carro, diária, ressarcimento, fica a
370 critério de vocês, não estou apresentando a minha solução, só estou dizendo para vocês
371 resolverem, se vocês me perguntarem a minha solução, eu vou dizer, eu não aguento ser
372 essa representante que não é assegurada, não está tudo bem, precisamos começar a
373 arrumar a casa, e começar a arrumar a casa é cuidar dos nossos. **Ana Carolina,**
374 **Secretaria executiva:** Vou pedir para vocês que, quando ocorrer esse adiantamento, seja
375 da convocação, seja do formulário de confirmação de presença, para que vocês também

376 fiquem atentos aos prazos de prestação de conta, a gente não consegue fazer uma nova
377 solicitação de diária se a prestação de conta estiver pendente, nós precisamos de vocês
378 para dar esse retorno, na reunião da mesa da diretora na sexta-feira passada, foram
379 solicitados esses ofícios e nós elaboramos, eu acho interessante a gente fazer a leitura
380 desse documento para saber se vocês querem acrescentar algum texto ou alguma
381 demanda. **Mariana, Sedese:** Então, muitas das coisas que eu gostaria de falar, o Nelson
382 e o Paulo adiantaram, embora eu entenda e compreenda tudo que foi falado,
383 principalmente pela Jennifer e Sandra, algumas coisas eu preciso discordar, a gente tem
384 que dizer que são procedimentos da administração pública, ela é regida pela legalidade,
385 a gente faz o que a norma exige, quando eu falo de norma, não é só o decreto, a gente está
386 falando de uma grande legislação que rege a administração pública, que a gente tem que
387 fazer as coisas pela economicidade, significa a passagem aérea ser a mais barata, e quando
388 não atende, a gente justifica, o ônibus tem que ser o mais barato, eu também justifico
389 minhas viagens, todos os procedimentos que se aplicam aos conselheiros aplicam-se a
390 nós servidores públicos, até o secretário, eu também viajo no ônibus da Gontijo e também
391 faço justificativa, vou mostrar a minha que é igual a sua, a Gontijo não tem mais ônibus
392 convencional, o ônibus é executivo, leito e semi-leito, eu tenho que optar pelo executivo
393 por ser o menor preço, isso é para todo servidor, eu também estou sujeita aos mesmos
394 procedimentos de prestação de contas, ao mesmo sistema que envia mensagens
395 automáticas, enche a nossa caixa de e-mail enquanto a gente não presta contas, enquanto
396 essa prestação de contas não for concluída, a próxima viagem fica como pendência, e isso
397 é feito para coibir abusos, a gente tem que prezar pela transparência, eficiência no gasto
398 com dinheiro público igual a todos, todos os mecanismos são para inibir o uso errado, é
399 chato, é burocrático? Sim, eu concordo, a gente não tem como mudar isso, isso tem um
400 fundamento, em momento algum a gente está cerceando participação e controle social, é
401 isso que foi falado, tem avanços, e esse CEAS tem que ser elogiado, tudo que a sociedade
402 civil pleiteia com fundamento, com direito, a gente se esforça para cumprir, e quando a
403 gente olha outros estados e municípios, a gente vê o quanto estamos a frente, não é de
404 agora, é uma luta, mais de dez anos, é para reforçar esse sentido, se não a gente pega
405 sempre as coisas negativas e minimiza tudo que foi feito para garantir, pegando o ponto
406 que nos aflige mais, é o problema do transporte dos conselheiros de Belo Horizonte, eu
407 concordo com a Simone, é muito chato a gente ter que ficar repetindo a mesma coisa
408 todos os meses, ontem depois da reunião, estava conversando com minhas assessoras, e
409 nós não vamos atingir resultados diferentes fazendo as mesmas coisas, é uma frase clichê,
410 mas é isso, a gente tem que pensar em algo diferente, a gente já insistiu internamente, o
411 que a SEDESE poderia fazer para justificar perante SEPLAG, COFIN, carro que a gente
412 pede, eles negam, a gente reitera, é diária que a gente pede, muda entendimento, faz nota
413 técnica e justificativa, se você ver quantas coisas a gente assina internamente para fazer
414 esses convencimentos, a gente tem tudo isso no sistema, ontem conversando com as
415 meninas eu falei, o decreto de diárias, a gente tem mais dificuldade de mudar porque o
416 decreto de diárias é de todo o estado, só que a gente já está elaborando, eu espero trazer
417 em agosto para a gente começar a discutir, é uma proposta de alteração da nossa lei
418 12.2.62, porque a gente tem várias questões para alterar nela, desde a eleição da sociedade
419 civil, as vagas, o nosso conselho não é proporcional, a gente já discutiu isso, e não
420 conseguimos avançar na alteração da lei, a gente não tem usuários e trabalhadores na
421 mesma proporção de entidades, no ano passado eu me lembro de ter conversado e falado
422 nesse conselho "vamos fazer uma proposta de alteração da lei?", a minha proposta, eu

423 falei para amadurecermos e trazer no próximo mês, é colocar isso na nossa lei estadual,
424 então vamos ter uma garantia permanente, agora, paralelo a isso, vamos continuar
425 tentando, ontem o secretário se comprometeu a conseguir esse carro, vamos priorizar isso,
426 para concluir, a gente vai apresentar, para o próximo mês temos que trazer uma proposta,
427 eu acho que a gente precisa amadurecer, porque fazendo essa discussão, a gente
428 encaminha isso para a assembleia. **Sandra, SINTIBREF:** Então Mariana, muito bom
429 você reforçar essa questão da seriedade na aplicação dos recursos, não é sobre isso que a
430 sociedade civil está falando, já citei, no governo passado nós denunciemos o outro
431 governo, ficaram quatro meses comprando as passagens faltando uma semana, eu fui
432 quatro vezes para Brasília com 11 mil reais, na minha passagem, acontecia isso lá, deixava
433 a passagem para comprar de última hora, antes da eleição, nós denunciemos, para deixar
434 claro, não era a sociedade civil, porque nossos representados poderiam falar que
435 estávamos compactuando com aquilo, dinheiro que dava para ir o ano inteiro, foi gasto
436 em 4 meses, enfim, quando a Mariana fala, é isso mesmo, esse seria o caso de estarmos
437 discutindo, proporcionalidade já era para estar acontecendo, eu já citei Recife, com oito
438 vagas para entidade e dois para trabalhador, falo com tranquilidade, estamos lá enquanto
439 conselheiros, nas duas vagas, mas é um absurdo, é sobre isso que estou falando, como
440 vou aprimorar o exercício do controle social, já começa por aí, esse é o momento, estamos
441 em 19 anos de SUAS, discutir pontos que eu imagino que era para terem sido superados,
442 vamos melhorar, para não ficarmos muito pressionados, e falar que a sociedade civil está
443 radicalizando, levantando do pleno, como as questões que chegam de última hora.
444 **Nelson, Sedese:** A secretaria executiva já preparou um ofício para a gente solicitar a diária
445 para os conselheiros residentes em Belo Horizonte, a Mayra tinha se manifestado em
446 relação a alguma dúvida, você quer? **Jennifer, PSIND:** Você falou em solicitar diária?
447 A questão é reembolso do transporte e dos gastos, e aumento da alimentação e melhora
448 desse cartão, diária acho que não tem como. **Nelson, Sedese:** Estou falando do decreto de
449 diária e passagens. **Jennifer, PSIND:** Eu acho que a gente precisa colocar o que é a
450 reivindicação, se a gente falar diária, entra um valor que é de hotelaria, pode ser
451 questionado nisso, a gente quer que seja colocado da forma correta para não ter
452 questionamentos. **Nelson, Sedese:** Estou falando do questionamento a respeito desse
453 decreto em aplicação a conselheiros residentes no município de Belo Horizonte. A
454 secretaria preparou um ofício, rapidamente, eu fiz a leitura com o Marcelo, o ofício
455 questiona de uma maneira que ele não traz a defesa que o CEAS está fazendo, se todos
456 concordarem, que a gente coloque como encaminhamento esse ofício para a mesa-
457 diretora, e ela se debruça sobre essa pauta, a gente elabora o ofício e a gente encaminha,
458 se puderem registrar como encaminhamento, todos estão de acordo? Pela aprovação do
459 encaminhamento... abstenções? Reprovação? O nosso próximo ponto de pauta é a
460 respeito da reunião que o CEAS participou com a Sedese, SEPLAG e SEPLAG, que
461 ocorreu no dia 01/07, além destes órgãos, estavam presentes COGEMAS e AMM. A
462 gente encaminhou no grupo do conselho algumas informações a respeito da reunião,
463 ontem no período da manhã, com a presença do secretário adjunto mencionamos esse
464 processo, mas consideramos importante trazer a plenária para registrar e dar possibilidade
465 para quem não estava presente ontem a se manifestar, participamos eu, Jennifer, Matheus,
466 Letícia e Wellington, a gente elevou os pleitos do conselho, no que diz respeito ao FEM,
467 então falamos sobre o grupo coordenador, falamos sobre os valores e dos entendimentos
468 divergentes, e acho que como o principal ponto da reunião, foi o encaminhamento de uma
469 reunião bimestral com esses órgãos, do conselho com esses órgãos, o governo propôs que,

470 bimestralmente a gente se reúna para discutir sobre os valores, considerando que esse
471 diálogo é importante, além disso, trouxe um retorno a respeito do funcionamento do grupo
472 coordenador, já fizemos a indicação desse membro, mas o grupo coordenador do FEM
473 não iniciou suas atividades, a justificativa era de que alguns dos órgão presentes não
474 haviam feito a indicação, discutimos esse ponto, e ontem a gente trouxe essa situação,
475 ontem a Mariana se comprometeu a buscar essa informação, e acredito que ela já tem um
476 retorno a respeito do funcionamento do grupo. **Mariana, Sedese:** É uma informação
477 curta, mas eu acho importante para tirar o encaminhamento, ontem eu pedi para o
478 subsecretário da SEPLAG, que é o responsável, para informar como tinha ficado, questão
479 dos membros, ele falou que, de fato, a assembleia legislativa indicou esse mês de julho
480 que era o que estava faltando, tem um conselho que é o CONEBRU, que vai se reunir
481 agora esse mês para indicar, mas ele disse que feito isso será feita uma resolução que deve
482 sair pela secretaria geral, com a formação do grupo, e agora sim partir para a agenda de
483 reuniões, eu falei que traria essa informação aqui, e trazendo uma sugestão de
484 encaminhamento, que eu acho importante o CEAS trazer o encaminhamento, já enviaram
485 o ofício perguntando sobre a data da primeira reunião, esse grupo vai sair muito
486 provavelmente nesse mês, então acho que pode sair o encaminhamento perguntando sobre
487 a data da reunião, e talvez, até sobre os membros do grupo, o CEAS pode ter
488 conhecimento de quem vai compor esse grupo. **Jennifer, PSIND:** Estávamos nessa
489 reunião, já demos um retorno no grupo, mas eu acho importante trazermos aqui para os
490 demais, foi uma reunião importante, uma proposta de uma agenda continua, é muito
491 importante para levar os nossos questionamentos, que não fiquem apenas nessas paredes,
492 mas que sejam diálogos, que vão para as pessoas que tem a caneta, e também que essas
493 pessoas possam compreender o que é assistência social, o que nos fica muito evidente é
494 que a grande maioria das pessoas que estão no executivo, nas gestões, que tem poderes,
495 desconhecem a importância dessa política, isso é refletido em tudo, principalmente no
496 orçamento, o encaminhamento foi muito pertinente, já vamos fazer essa proposta de datas,
497 para que seja contínuo e mantido, e algo que se prolongue ao longo do tempo, porém,
498 ainda me sinto nesse lugar de sociedade civil diante da reunião, de um lugar onde não
499 estamos sendo ouvidos ainda, talvez temos esse retorno positivo, de dialogar, mas ainda
500 é como se falássemos e não passar, não chega ao entendimento, a construção de quem
501 está em cima, nas secretarias, do que estamos defendendo, esse é o sentimento,
502 infelizmente, ainda temos um longo caminho para sermos ouvidos e compreendidos pelo
503 executivo, em vários espaços, mas a questão que a gente colocou, eles informaram que
504 falta apenas um membro para compor um grupo gestor do FEM, ainda não avançamos
505 nisso, falta apenas uma representação que não enviou o nome, isso é extremamente
506 importante de termos uma resposta sobre isso, obrigada. **Matheus, Movimento**
507 **LGBTQIA+:** Só registrar a importância da reunião, o momento em que nós ansiávamos
508 muito, a necessidade da gente responder sobre o FEM, um debate que foi muito
509 persistente, que nos afetou muito, mas um saldo muito positivo, realmente, o exercício
510 que o governo colocou de aproximar desse conselho, desses diálogos, é justamente um
511 espaço de diálogo que é aberto, onde ainda vamos ter que disputar e fazer um exercício
512 grande e desafiador, para dizer sobre o que estamos falando, essa questão da distância
513 vem de um lugar, me chamou atenção na sala, nos reunimos lá, toda aquela linguagem,
514 discutimos FEM, falando sobre miséria, falando sobre atravessamentos e questões tão
515 precários e vulneráveis, a gente chegar naquele espaço e discutir sobre isso, precisamos
516 ter muita atenção e saber de onde somos, e saber de quem estamos falando, não só por

517 nós enquanto CEAS, mas toda a população de Minas Gerais se estamos falando de
518 garantia de direitos, é um espaço onde vamos ter muita capacidade de avançar, eu acredito
519 nisso, estamos nesse espaço para chamar o governo na sua responsabilidade de nos dar
520 respostas, o próprio secretário de governo admitiu o erro de que houve uma distância, de
521 certa parte, faltou uma aproximação desde o início para nos dar as respostas adequadas,
522 para a gente as vezes não insistir em estratégias ruins, eu não avalio dessa forma, mas a
523 gente pode interpretar desse jeito, é um espaço que sempre que pudermos, estarmos lá,
524 reforçar a importância da gente estabelecer que, se a gente quer que essas reuniões
525 aconteçam, e que elas tenham a nossa representação, a gente tem que discutir o ponto que
526 estávamos tratando, que é a questão de como a gente vai garantir que nós conselheiros
527 possamos chegar lá, mas o saldo no geral é positivo, a gente conseguir esclarecer as nossas
528 dúvidas, escurecer os entendimento sobre essa questão, que é muito desafiadora,
529 orçamento, tem muita legalidade, tem muitas questões que as vezes as nossas
530 necessidades não encaixam, mas a nossa disputa quer fazer encaixar de alguma forma,
531 porque estamos falando de pessoas, de algo que é superior a esses processos, superior a
532 essa questão de quem paga a conta, trouxe essa questão ontem, exemplificando, em um
533 dos questionamentos que eu fiz "é um contingenciamento, reduz as verbas", foi explicado
534 que não, existe o entendimento da dívida do estado, são 8 bilhões, todas as secretaria
535 tiveram que ter o impacto, mas fica o entendimento, somos nós que temos que pagar a
536 conta? Esses mínimos que são cada vez mais mínimos, a gente precisa avaliar e tentar
537 superar certos processos, como a conselheira Sandra diz, a gente tem que olhar para
538 frente, para o agora, qualificar ainda mais, e fazer o nome desse CEAS, da política, desse
539 SUAS, para cima, mais possível da gente avançar de fato, e a gente avança de fato no
540 orçamento, e não no orçamento de miséria, a gente quer um orçamento qualificado, um
541 orçamento que a gente consiga manter o que tem que manter, e avançar no que
542 precisamos. **Cristiano, SEDESE:** Bom dia, para quem não me conhece, sou o Cristiano,
543 eu respondo por uma superintendência na subsecretaria, eu gostaria de fazer um
544 comentário rápido, é só uma reflexão, comecei nesse conselho desde 2013, na SUBAS,
545 venho desde 2013, peguei a quarta gestão, sobre esse ponto do comitê gestor, ouvindo as
546 falas, acho que seria importante dos conselheiros fazerem uma reflexão para entender,
547 um feedback para a equipe do estado que está frequentemente nesse lugar, a gente tem
548 conselheiros governamentais do estado de outras secretarias, mas a gente tem a
549 subsecretaria de assistência social, que é aonde estou, diretores, superintendentes, e
550 técnicos da subsecretaria de assistência social, venho em praticamente todas as plenárias,
551 estou falando isso porque é importante dar o feedback para essas pessoas também, vocês
552 consideram esses atores também como interlocutores validos na defesa dessa política,
553 estou falando isso como uma reflexão, eu entendo a luta política, entendo a relação
554 institucional, estou nisso há bastante tempo, consigo entender tudo, mas a questão da luta
555 política e tratar o governo como uma coisa só, e não considerar, por exemplo, esses atores
556 que estão aqui, conselheiros da SUBAS, de outras secretarias, nós técnicos, diretores,
557 superintendentes que estamos aqui, temos essas leituras todas, a gente também está na
558 defesa do SUAS, façam essa reflexão e esses feedbacks, sugestão para reflexão, se ficar
559 nessa luta de "o governo, ninguém entende nada do SUAS", entende sim, porque nesses
560 espaços que vocês estão, vai estar a SEPLAG, SEGOV, vai estar a SUBAS também, e as
561 pessoas da SUBAS que vão estar nesses espaços são os mesmos que estão aqui também,
562 todas as plenárias que estão junto com vocês na defesa do SUAS, nós não estamos em
563 lugares diferentes, nós também estamos fazendo a defesa do SUAS, talvez isso não

564 apareça tanto para vocês, mas no dia a dia isso está acontecendo, porque a gente tem
565 trabalhadores e trabalhadoras do SUAS fazendo isso na gestão todos os dias, e são pessoas
566 muito aguerridas, eu queria só fazer essa reflexão, para que vocês nessas falas façam sua
567 reflexão, e passe esse feedback para as pessoas que estão vindo aqui, se vocês consideram
568 essas pessoas que estão aqui, do estado, todas as plenárias, se elas são pessoas que podem
569 ser bons interlocutores na luta do defesa do SUAS, obrigado. **Leticia, CMAS Coronel**
570 **Fabriciano:** Então, eu acho que assim... da reunião que tivemos, o mais importante que
571 conseguimos retirar, primeiro foi esse espaço constante que a gente espera que seja
572 cumprido, esse espaço de negociação com SEGOV e SEPLAG, e eu acho que a posição
573 do estado em relação a um acordo, nos dizer o que ele tem autorizado de fato, para que a
574 gente consiga ter uma estratégia para dialogar com ele, que foi 225 milhões, foi dito, para
575 mim ficou claro, e que é um pode ser de acordo com o estado, não é certeza. Eu acho que
576 precisamos focar o esforço na incidência junto ao grupo gestor, pegando a fala do
577 Cristiano, toda a nossa indignação é referente ao não posicionamento do estado, e a
578 SEDESE não tinha condição de posicionar também, então o estado é um só, não é dizendo
579 de ator nenhum, a gente acha ruim também que a SEDESE não tenha autonomia suficiente
580 para dialogar com essas instituições, e que tenha resposta clara, a gente acha uma falta de
581 respeito com os profissionais que estão aí, a nossa incidência é no grupo gestor mesmo,
582 a gente conseguir o que fazemos de forma clara, acho que a gente se perde muito também,
583 as vezes nós não sabemos dizer o que a gente faz, o que a assistência faz, de forma clara
584 e objetiva para conseguirmos conversar com quem não é do SUAS. **Marcelo, OAB:** O
585 Cristiano faz uma fala que também nos faz refletir, quero dizer, Cristiano, eu entendo que
586 o papel da secretaria e da SEDESE é de fundamental importância para o crescimento da
587 política de assistência social em nosso estado, tenho a convicção de que vocês que estão
588 aqui, vocês contribuem e muito para o controle social, e para que a política de assistência
589 social no estado seja fortalecida, mas o que nos traz de plano de fundo é a falta de
590 gerenciamento que a própria SEDESE disse em reunião, que não tem sobre a questão do
591 FEM, e foi sobre isso que nós nos debruçamos, é sobre isso que estamos questionando, a
592 gente entende que é necessário que esses outros atores, SEPLAG, SEGOV, SEDESE,
593 todos juntos com o controle social possam efetivamente chegar a uma melhoria das
594 condições para política de assistência social no estado, eu já tive oportunidade de dizer
595 do quão é importante a participação efetiva da secretaria da SEDESE em nossas reuniões,
596 nós temos dentro da SEDESE representantes e conselheiros da SEPLAG, conselheiros de
597 outros órgãos que também são atores importantes que podem fazer com que a gente
598 consiga essa melhoria em nosso estado, em hipótese alguma não tratamos de pessoas que
599 não estão presentes, mas a gente trata, como disse a nossa conselheira, estamos para
600 defender a política de assistência social, é o conselho, o CEAS e a SEDESE, os parceiros
601 efetivos, se em algum momento haver uma interpretação de que estamos atingindo
602 pessoas, quero crer que isso não é o que passa por nós, quero sempre dizer da importância
603 que nós temos, tanto conselho estadual, como SEDESE no crescimento da assistência
604 social. **Jennifer, PSIND:** Cristiano, quando você traz essa questão sobre os atores que
605 estão representando o governo, se são importantes, se a gente entende que são pessoas
606 que defendem a política de assistência social, na minha percepção, sim, eu acho que
607 alguns não, pode ser que são colocados exatamente para não fazer isso, mas as pessoas
608 que eu conheço aqui dentro, e com quem eu dialogo aqui dentro, até hoje são pessoas,
609 representantes do governo, servidores públicos, mas que defendem a política de
610 assistência social, porém nós estamos discutindo uma política importantíssima, que tem

611 um recurso mínimo, então quando a gente faz essa reflexão, a gente também faz a
612 reflexão, será que vocês que estão representando o governo, que estão aqui, tem essa
613 força, na hora que vocês vão levar para os superiores, para quem tem a caneta na mão, eu
614 quero crer que o presidente Nelson tivesse a caneta na mão para aprovar o nosso
615 orçamento, 50% do FEM, ele iria assinar com certeza por ele entender a importância da
616 política de assistência social, eu acredito que sim, mas o que eu compreendo é que aquelas
617 pessoas que estavam naquela reunião, que são superiores ao presidente Nelson, e que as
618 vezes vão estar com a caneta na mão, e tem outros superiores a eles, não entendem essa
619 política, e eu fico pensando se o Nelson consegue sozinho, enquanto servidor, levar a
620 importância e defender sozinho essa política, eu acredito que não, acho que precisamos
621 estar juntos sim, e as vezes quem é servidor e quem representa o governo, vai ter que
622 assumir uma postura de trazer o que o secretário disse sobre aquilo, que é a resposta que
623 a gente teve do representante da SEGOV, que está aqui dentro, que falou "é isso que nós
624 temos", não é com ele que a gente vai bater de frente, não é com ele que a gente vai
625 avançar na questão de um orçamento para nossa demanda, importante vocês estejam aqui,
626 importante a gente ter pessoas dentro de todas as secretarias do governo que defendam a
627 questão da assistência social, mas sabemos que não é simplesmente assim, então é por
628 isso que a gente precisa estar nesses outros estados levando a defesa da política de
629 assistência social, sem desconsiderar a importância das pessoas que aqui estão. **Sandra,**
630 **SITBREF:** Claro, todos que falaram antes de mim, não tem nada personalizado aqui, e
631 direcionado para os trabalhadores que estão aqui, a gente entende que vocês não tem força
632 política até por conta dos cargos, das funções, de estar fazendo essa reação com outras
633 coisas, quando o representante do governo fala que é isso que temos, é isso que nós temos,
634 é isso que a gente não aceita, a sociedade civil vai ficar falando sempre, e pode ser esse
635 pleno ou o próximo, que não tem condição, isso é a nível nacional, não tem vinculação,
636 não tem garantia de orçamento, é um pires na mão o tempo inteiro, e quem vai fazer isso
637 é a sociedade civil, justamente porque vocês estão nos cargos e funções, e rezando na
638 cartilha, se tivessem autonomia, estariam votando conosco, a gente vai buscando
639 consenso, a sociedade civil tem seu papel essencial de discutir, e sempre buscar a
640 melhoria, que maravilha as apresentações, a linguagem, não é personalizado, agora, que
641 é a gente que vai fazer esse tom e tem que ser aqui e ficar registrado e gravado, porque
642 nós somos a sociedade civil, e vamos sempre estar questionando, porque não somos
643 políticos, principalmente ao financiamento, a gente vai combater políticos de
644 assistencialismo, não é isso que está na lei, eu canso de falar como representante do
645 trabalhador, já fui de entidade, sei todos os desafios, eu não sou mais a moça que o
646 governo paga para ter dó dos pobres, isso nos empodera, a gente estufa o peito e fala,
647 estamos defendendo direitos, eu quero deixar claro, por mim e pelo conselho, a sociedade
648 civil, acredito que não é personalizado, e a gente valoriza muito o trabalho de vocês, e os
649 impedimentos que sabemos que existem, dependendo do governo de plantão, o caminho
650 é de um jeito, e a sociedade civil está aqui para sermos combativos, obrigado. **Nelson,**
651 **Sedese:** Só para ir caminhando, agradeço as falas de todos, acho importante a gente
652 registrar tudo isso, acho que nesse ponto de pauta, antes do encaminhamento, gostaria de
653 fazer um registro importante na fala da Leticia, para quem vai para esse grupo, é muito
654 importante estar atento a isso, que essa discussão prevê a partilha desse recurso com
655 outros órgãos, os representantes que vão estar lá precisam fazer essa defesa e entender,
656 porque as vezes a gente brinca que fica na lógica, e as vezes a outra pessoa não
657 compreende, precisamos nos preparar para esses momentos, com relação aos

658 encaminhamentos desse ponto, a gente tem o envio de dois ofícios, porque a proposta é
659 que a gente encaminhe um ofício solicitando a reunião bimestral que foi indicada, a gente
660 já iniciou essa articulação para essa reunião acontecer agora em setembro, então a
661 Mariana já fez uma primeira articulação, a gente já trouxe esse ponto ontem, o CEAS vai
662 encaminhar o ofício para reforçar a realização dessa reunião, e além disso, o envio de um
663 ofício para a SEPLAG solicitando informações a respeito do início das atividades do
664 grupo coordenador FEM, a secretaria executiva preparou os ofícios, então vou colocar os
665 ofícios e fazer a leitura deles, vou pedir para o Marcelo fazer a leitura. **Marcelo, OAB:**
666 Cumprimentos, servimo-nos do presente ofício para solicitar a vossas senhorias que,
667 assim como foi determinado na reunião ocorrida no dia 1º de julho de 2024 na cidade
668 administrativa, seja agendada uma reunião com o grupo de diálogo formado pela
669 Secretaria de Estado de Governo, SEGOV, Secretaria de Planejamento e Gestão
670 (SEPLAG), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, SEDESE, Associação
671 Mineira de Municípios, AMM, pelo Colegiado de Gestores Municipais de Assistência
672 Social, COGEMAS, e pelo Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais,
673 CEAS-MG. Na oportunidade, sugerimos que seja criado calendário para as reuniões
674 bimestrais do grupo de diálogo, de forma que sejam realizadas preferencialmente às
675 quintas ou sextas-feiras. Desde já agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição.
676 Atenciosamente, Nelson Fernandes Mauri Carvalho. Presidente do Conselho Estadual de
677 Assistência Social. **Nelson, SEDESE:** Vamos fazer a leitura do outro pra aprovação de
678 ambos, pode ser? **Marcelo, OAB:** Prezada secretária Camila Barbosa Neves.
679 Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste ofício solicitar informações
680 sobre a movimentação para o grupo coordenador do Fundo de Erradicação da Miséria,
681 FEMM. Sobre o supra citado grupo, o parágrafo 1º e 2º do artigo 8º da Lei nº 19.990, de
682 2011, Dispõe. Artigo 8º. Integram o grupo coordenador do FEM um representante.
683 Parágrafo 1º. Os membros do grupo coordenador serão designados pelo governador do
684 estado, por indicação dos titulares dos órgãos. Parágrafo 2º. A função de membro do
685 grupo coordenador é considerada de relevante interesse público e não será remunerada a
686 nenhum título. Diante disto, para que as reuniões do grupo coordenador sejam realizadas,
687 é necessário que todos os órgãos tenham indicado os seus respectivos representantes.
688 Assim, considerando a importância da atuação do referido grupo, solicitamos, por
689 gentileza, o motivo de ainda não terem indicado as reuniões, e se foi por falta de indicação
690 de algum órgão, que nos seja informado o nome deste órgão para possível mobilização
691 do CEAS-MG a este que não indicou o representante para o grupo coordenador do FEM.
692 Certos de poder contar com a sua valiosa colaboração, renovamos nossos protestos de
693 estima e distinta consideração. Atenciosamente, Nelson, presidente. **Mariana, SEDESE:**
694 Então, eu queria dar uma sugestão, porque a informação informal, eles já passaram dos
695 membros indicados. Minha sugestão é que vocês já perguntem a data e quem são os
696 membros, porque aí vocês já vão tomar conhecimento dos membros. Eu acho que é mais
697 direto, mais objetivo. **Nelson, SEDESE:** Então vou fazer a leitura aqui do parágrafo,
698 gente, com a correção. Assim, considerando a importância da atuação do referido grupo,
699 solicitamos informações acerca da data da primeira reunião e dos membros indicados para
700 a composição deste grupo coordenador. Certo? Então, a gente pode votar pela aprovação
701 dos dois? Então, pela aprovação. Reprovação. Abstenções. Então, aprovado o envio dos
702 dois ofícios. **Nelson, SEDESE:** O próximo ponto, gente, nós discutimos ontem em
703 reunião de comissão conjunta, que é o PPAG e a LOA 2025. São dois pontos em um. A
704 gente tratou isso ontem na reunião da comissão. A Roberta teve aqui presente, apresentou,

705 Roberta e Sofia apresentaram as fichas do PPAG e as indicações de alteração nessas
706 fichas. E, posteriormente, elas apresentaram uma proposta da LOA 2025. E, como a gente
707 mencionou ontem, a gente ainda não tem os valores destinados para a elaboração dessa
708 proposta. Então, a LOA 2025 está vindo para o Conselho muito na ótica da participação
709 do Conselho nesse processo de discussão. Quando a SEPLAG, e aí depois a Roberta pode
710 explicar melhor os prazos, mas quando a SEPLAG liberar o valor que está destinado ao
711 FEAS, a gente tem um prazo muito curto para a elaboração da LOA e aí a gente pode,
712 enquanto conselho, ficar prejudicado nesse processo de discussão. Então a gente achou,
713 SUBAS, entendeu a importância de trazer isso para essa plenária para iniciar esse
714 processo de discussão, apresentar o que a gente entende como prioridade para a
715 composição da LOA 2025, a gente tendo ali tempo, a gente realizaria posteriormente uma
716 extraordinária para aprovação. Então é isso, se a gente quer iniciar esse processo de
717 discussão. Então a LOA 2025 não vem para aprovação, mas a gente considera importante
718 já trazer para aprovação as alterações do PPAG porque a gente caminha com esse
719 processo. os conselheiros que estavam presentes ou os que não estavam presentes, eu não
720 sei se conseguiram visualizar as informações que foram encaminhadas, e aí também abrir
721 para a Roberta caso tenha alguma dúvida e vocês entendam da necessidade de alguma
722 apresentação. **Marcelo OAB:** Eu recebi o material aqui impresso, pode ser que o material
723 que tenha vindo não veio com as devidas alterações, porque ontem a gente,
724 especificamente no controle social, e olha que eu estou atento, vocês estão vendo, naquilo
725 que a gente debateu onde deveria colocar FONACEAS e também a ampliação de metas
726 para a participação dos em reuniões descentralizadas, não houve, aqui pelo menos esse
727 material não está, mas ontem vocês já fizeram a alteração. Mas é só mesmo para deixar
728 registrado. **Roberta, SEDESE:** Nós fizemos as alterações direto no documento que nós
729 trabalhamos e disponibilizamos hoje de manhã para a Secretaria Executiva. Então, eu
730 acho por isso que o material recebido está ainda sem as alterações, tá bom? Mas já está
731 tudo certo. **Nelson, SEDESE:** A gente pode, então, caminhar primeiro para aprovação do
732 PPAG? Alguém tem alguma dúvida? Vocês querem que repasse o PPAG? Roberta, você
733 pode, então... **Marcelo, OAB:** Não sei se eu entendi bem, Roberta, parece que o que a
734 gente conversou ontem, que como nós não temos condições de aprovar o PPAG, iríamos
735 aprovar no PPAG somente as alterações que você apontou, e a LOA que a gente não teria
736 condições de aprovar. Isso, exatamente. **Roberta, SEDESE:** Nós vamos aqui repassar as
737 fichas do PPAG. Como nós informamos ontem na reunião de comissões, na reunião de
738 conjunto de comissões, nós fizemos, isso é uma revisão do PPAG. O PPAG foi elaborado
739 no ano passado, com uma grande contribuição do Conselho. E a gente está aqui fazendo
740 as propostas de adequação da qualitativa dos textos, para adequar as mudanças, as novas
741 alterações, para fazer as adequações de acordo com as alterações e aprovações que foram
742 feitas aqui dentro do Conselho. Por exemplo, uma alteração foi na aproximação SUAS,
743 porque quando a gente aprovou aqui, uma alteração maior foi na aproximação SUAS,
744 porque quando a gente aprovou aqui, o PPAG, a gente ainda não tinha passado esse novo
745 ciclo da aproximação suas aqui, então a gente faz ajuste nos textos para fazer adequação
746 ao que ficou aprovado. Na alta complexidade também, a gente faz alterações
747 incorporando o PPCAM, o financiamento para as vagas de acolhimento institucional de
748 crianças e adolescentes e algumas outras pequenas ajustes que a gente foi identificando.
749 As metas físicas também a gente validou aqui com vocês, a gente foi repassando aqui
750 para a proposta de 2025, a gente passou o Centro-Dia também, de BH, lá para a ação de
751 Centro-Dia ao invés de deixar na média complexidade. E aí são essas adequações para

752 que o nosso PPAG também faça mais sentido. Por exemplo, a ação do Centro do Dia
753 também tinha sido criada lá na Assembleia. Complementou com base legal, com
754 informações que não estavam presentes lá anteriormente. Então, essa que é a proposta,
755 em termos gerais, essa que foi a proposta. No Conselho, a gente colocou as reuniões
756 descentralizadas também. Eu estou trazendo aqui o resumo geral das mais importantes
757 alterações que nós tivemos, mas, assim, a gente vai repassando as fichas, gente. Eu vou
758 focar no que foi alterado, tá? Assim, porque é uma revisão mesmo, né? Então, a gente
759 coloca, passa o que foi alterado, passa a metafísica e segue, tá bom? Essa ação, qual que
760 é essa ação aí, Poli? Média complexidade. Na média complexidade. Foi uma pequena
761 alteração de texto, porque foi uma sugestão da equipe técnica que o termo indução estava
762 muito genérico, trocou para o cofinanciamento. Pode passar. Foi só essa alteração e a
763 meta física que a gente adequou diminuiu. Estava proposto para 2025, 2019, a gente
764 diminuiu um para poder ficar adequado... Esse um aí que a gente diminuiu era o do centro-
765 dia, que a gente jogou lá na outra ação. Tá bom? Nós transferimos. Tem um outro
766 vermelhinho aí, também é o mesmo texto, tá? Com financiamento, substituindo indução.
767 E eu acho que é só isso. Ok. 2074, aprimoramento da rede socioassistencial. Eu acho que
768 esse aí a gente não teve mudança nenhuma. Ok. Aproximação suas. As alterações foram
769 para incorporar a pactuação que foi realizada aqui no CEAS, no segundo semestre do ano
770 passado, referente ao repasse para 56 unidades. Então, aqui no texto, na descrição, a gente
771 incorpora a questão das equipes volantes e da vigilância socioassistencial também. E
772 também na especificação do produto, está vendo? A gente inclui vigilância social e plano
773 de acompanhamento familiar PAF. Fazendo uma adequação ao que estava atuado para
774 este ciclo aqui dos 56 municípios acompanhados. E aí a gente inclui também, no
775 detalhamento da implementação, seleção das famílias e acompanhamento,
776 encaminhamento e acompanhamento das famílias atendidas pelo programa e
777 monitoramento, e inclui as resoluções de pactuação que foram, na CIB, CEAS, que
778 pactuam esse novo ciclo, que também saíram depois da instituição do PPAG. A meta é
779 continuar mesmo, 56 municípios. Aqui no Centro a gente incorpora, gente, essa aqui foi
780 uma ação que foi criada na Assembleia, a gente incorpora aqui no título da ação o texto
781 Idosos e Suas Famílias, estava apoiando o Centro de Referência para a Pessoa com
782 Deficiência, a gente incluiu para a pessoa com deficiência, idosos e suas famílias.
783 Subfunção a gente adequou para assistência comunitária, para ficar mais abrangente. Na
784 finalidade, tem uma adequação da assistência social, só porque o nome fica o benefício
785 de prestação continuada, faz mais sentido. No público-alvo, a gente altera de jovens e
786 adultos com deficiência, situação de deficiência e suas famílias para unidades
787 assistenciais públicas e privadas que atendem pessoas com deficiência, idosos e suas
788 famílias em situação de violação de direitos. E a meta, a gente colocou um, e a gente vai
789 considerar no mínimo o orçamento referente ao centro de referência de BH. A base legal
790 aí, a gente incluiu, estava tudo em indicação da Assembleia só. Nós incluímos a base legal
791 que já estava lá na Proteção Social e Especial de Média e Complexidades e tiramos as
792 coisas que são específicas de CREAS. Então, a legislação, a gente tentou abarcar toda a
793 legislação pertinente à temática e mais geral. A proteção social especial de alta
794 complexidade, nós, pode baixar, nós fizemos uma alteração no produto, complementamos
795 a informação. Unidades socioassistenciais públicas e privadas, estava unidade de
796 acolhimento parcerizadas. A gente só fez essa adequação para ficar mais abrangente. E aí
797 também a gente coloca unidade de acolhimento que executa serviço de acolhimento para
798 pessoas com deficiência e para crianças ou adolescentes. Porque a gente abarca também

799 a questão das vagas lá do cofinanciamento relativo às vagas lá do PPCAM. No
800 detalhamento também, gente, é incluído também um parágrafo aí, no detalhamento da
801 implementação do item 16, é incluído um parágrafo referente ao PPCAM. Monitoramento
802 de serviço de acolhimento institucional em municípios que disponibilizem vagas para
803 crianças ou adolescentes encaminhados pelo programa de proteção a crianças e
804 adolescentes ameaçados de morte, apoio técnico aos municípios e unidades de
805 acolhimento indicados por este repasse mensal de recurso ao município. Na base legal
806 também a gente inclui as resoluções de pactuação do programa, desse cofinanciamento
807 do PPCAM, tanto CIBS, CEAS e SEDESE. A metafísica desse aí, a gente tem que... que
808 observa aí, nós temos 78, nós tínhamos 56 como meta e agora a gente soma 22. Gestão,
809 a gente também não fez alteração nenhuma, a 44 e 33 não teve alterações. Vai no piso. A
810 4431 é a do piso mineiro de assistência social fixo. A nossa sugestão foi só uma alteração
811 de texto aqui, onde a gente substitui custos do serviço por critério de repasse nos estudos.
812 A gente chegou a discutir aqui ontem essa substituição. E a gente incorporou a resolução
813 CIB e CEAS, que nós pactuamos a alteração do piso no mês passado. Controle social, nós
814 incluímos informações sobre as reuniões descentralizadas, no descritivo. Realização de
815 reuniões descentralizadas do Conselho Estadual de Assistência Social. Incluímos
816 também, ao final do texto, o FONACEAS, como apoio às conferências municipais, apoio
817 ao fomento às uniões regionais de conselhos municipais de assistência social, URCMAS,
818 aos fóruns de trabalhadores e entidades usuários do SUS e Fonaseas, ao final. E, na meta,
819 nós fizemos ajuste das metas para o ano de conferencial ficar 41 e, no ano não-
820 conferencial, 20 reuniões plenárias, conferências realizadas, considerando a sugestão, a
821 gente tinha trazido a sugestão de 18 e o Marcelo sugeriu a gente incorporar 20
822 considerando quatro, no ano não conferencial, quatro reuniões descentralizadas dos
823 CEAS, duas por semestre, uma por trimestre. Então, seria isso, as reuniões
824 descentralizadas, que seriam as quatro, outras quatro de... dos conselhos trimestrais? Não.
825 Quem que fez o descritivo da... Ontem o pessoal explicou, o Nelson até explicou a meta,
826 que era uma outra proposta aqui dos CEAS. Um momento. Que eram 12 reuniões, uma
827 reunião trimestral que vocês estavam planejando e mais as reuniões descentralizadas.
828 Então, a meta seria composta dessa forma. Isso. E a educação permanente, nós fizemos
829 como ajuste a inclusão no texto da descrição da vigilância socioassistencial e cadastro
830 único, e a gente também incluiu no descritivo um texto incluindo supervisão técnica,
831 detalhamento da implementação. E na metafísica, a proposta de ampliação para 22.500
832 atendidos tentando adequar, pessoas capacitadas tentando adequar ao que tem acontecido
833 hoje. Foi uma ampliação maior, e foi um ajuste também no nome da superintendência que
834 acompanha. São essas as alterações propostas no PPAG. Como nós dissemos, gente, nós
835 ainda não recebemos, não fomos provocados pela assessoria de gestão estratégica da
836 SEDESE, mas, quando a gente é provocado, o prazo para a gente se manifestar é muito
837 curto. Então, nós pegamos esses descritivos do Portal da Transparência, já fizemos uma
838 ação mais proativa lá nas subas, para que a gente pudesse trazer aqui para discutir com
839 vocês. A gente achou importante porque os prazos lá são curtos e aí a gente achou mais
840 adequado a gente trazer aqui para a gente poder discutir em reunião plenária, ordinária,
841 essa sugestão de alterações, porque a gente já tendo isso validado, quando chegar a
842 solicitação, a gente só passa para o modelo que eles, ou quem a gente tiver acordado aqui
843 para o modelo final, essas alterações para o modelo final, e já está certinho e validado
844 aqui com vocês. Obrigada, gente. **Nelson, SEDESE:** Gente, tem alguma dúvida quanto
845 às alterações? **Jennifer, PSIND:** Já peço desculpa porque não estava ontem, mas é

846 quando você fala assim, Roberta, para o modelo final, aí você vai passar para o modelo
847 final e vai voltar para a gente poder dar um... Não, é para o sistema. Ah, no sistema,
848 entendi. A gente não está com nada disponibilizado aqui. A gente pegou o modelo que
849 está online, disponibilizamos e depois a gente lança direto de acordo com o que a gente
850 vai lidar aqui para dentro do sistema. Entendi. **Nelson, SEDESE:** Então, gente, tem mais
851 alguma dúvida? **Jeniffer, PSIND:** A sociedade civil gostaria de dez minutinhos? **Nelson,**
852 **SEDESE:** Só para explicar de novo, porque acho que isso pode estar gerando alguma
853 dúvida. Isso que a Roberta apresentou é o PPAG e é descritivo. É a revisão do PPAG. É
854 algo que já foi aprovado e a gente está na apresentação dela, que ela ainda destacou.
855 Foram alterações, por exemplo, de legislação. Então, aproximação sua. A gente teve
856 publicações novas, a gente incluiu. Ou alguma alteração de metafísica. Por exemplo, a do
857 conselho. A gente adequou ali as metas, a gente incluiu lá as reuniões descentralizadas,
858 as reuniões trimestrais que a gente está propondo fazer com os conselhos municipais.
859 Então, são essas adequações. E aí o próximo ponto, a Aloa, que é o que a gente não está
860 trazendo para aprovação, a gente está trazendo para discussão no conselho. **Rosa,**
861 **Conselho Metropolitan da Sociedade São Vicente Paulo:** A questão é que nós temos
862 muitos conselheiros novos aqui. E PPAG, LOA, para algumas pessoas é normal, para
863 outras não. É o que nós conversamos ontem na mesa de diretora, Nelson. Nós precisamos
864 ter a cultura de entender que nós temos conselheiros que são da política de assistência
865 social, que já estão nessa caminhada há mais tempo e outros que estão chegando hoje. E
866 aí, se a gente pegar todo o tema, que é o que nós estamos fazendo proposta de um
867 planejamento, todo o tema, vamos discutir o PPAG hoje, então vamos fazer um teórico
868 sobre o que é isso, que instrumental é esse, para que é isso, para que os outros que estão
869 novatos possam entender. Então, quando a sociedade civil pede dez minutinhos, é
870 exatamente isso. Gente, vocês entenderam? Qual é a dúvida para vocês terem
871 tranquilidade de votar? A gente está fazendo esse processo mais de uma de uma
872 capacitação interna. É nesse sentido mesmo. É uma qualificação para que a votação aqui
873 seja qualificada. Entendeu? **Mariana, SEDESE:** Eu estou só aproveitando o comentário
874 da Rosa para saber, porque a gente está fazendo, gente, uma mobilização enorme para
875 que todos os municípios venham para Belo Horizonte do dia 30 ao dia 2, que é a semana
876 do Fundo Nacional em Minas Gerais. Aí eu até estou assim, gente, todos os conselheiros
877 já fizeram a inscrição, se programaram, pediram a diária? A Carol está respondendo a
878 cabeça ali, falando que não, porque já é na outra semana. Então, da mesma forma que a
879 gente está fazendo... Gente, nós estamos fazendo um esforço enorme para conseguir
880 técnicos de secretarias de fazenda, secretarias de planejamento, porque o objetivo do
881 Ministério é que essa capacitação seja tanto para trabalhadores dos SUAS quanto para
882 trabalhadores das áreas de orçamento e financeiro. Porque realmente existe uma distância
883 muito grande de diálogo entre as áreas internas da administração e da sociedade civil
884 também. Então é extremamente importante que os CEIAS, todos os conselheiros estejam
885 lá. Ok? **Nelson, SEDESE:** É só assim, gente, porque foi disponibilizado no grupo do
886 Conselho um link para inscrição, para as duas inclusive, para a de vínculo a entidades,
887 que vai acontecer agora, na semana que vem, dia 25, e um outro link para a do fundo, que
888 acontece de 30 a 2, e aí é um dia. Não são todos os dias, é de 30 a 2, um dos dias. Então
889 o conselheiro escolhe qual é a participação. São dois links. Mas a gente já enviou. E aí,
890 assim, só para reforçar isso, porque precisa fazer a inscrição com antecedência, que é o
891 que a Mariana falou. E aí a Carol está sinalizando que não teve inscrição de todos os
892 conselheiros. Além da inscrição, pedido de diária, porque aí os conselheiros vão precisar

893 de diária para vir para Belo Horizonte, e mais ainda, conselheiros que estão nos
894 municípios, gente. Pergunta para as prefeituras, porque tem vários conselheiros aqui de
895 cidades do interior. Perguntar para a prefeitura. A gente pediu a AMM para mandar para
896 os prefeitos, para que os prefeitos também mandem para os secretários de fazenda e
897 secretários de assistência, porque a maior dificuldade que a gente tem é o município
898 pequeno está vindo mesmo de outras áreas além da assistência. **Jennifer, PSIND:** Duas
899 coisas, eu acho que talvez tenha tido um desencontro, porque nós conversamos sobre isso
900 na última plenária, nos organizamos enquanto sociedade civil, para a maioria ou 100%
901 estar participando, mas como a gente teve várias agendas, pode ser que isso atrapalhe a
902 inscrição. Então, um pedido é que disponibilize para a gente quem é que já fez a inscrição,
903 para que a gente possa se organizar em relação a isso. O outro pedido que eu já mandei
904 na mesa diretora, já discutimos aqui hoje, e que eu acho que seria importante a gente ver,
905 até mesmo para essa agenda, é sobre esse custo da sociedade civil de quem está aqui na
906 região metropolitana e que não tem ajuda de custo para ir nesse evento. Porque é na cidade
907 administrativa, fica complicado realmente para a gente poder se organizar sem essa ajuda
908 de custo. Então, é um evento que seria importante a gente ter essa garantia. Acho que é
909 isso. Obrigada. **Nelson, SEDESE:** Só registrar, Jane, porque região metropolitana tem
910 conselheiros que residem em Belo Horizonte. Mas a gente vai tentar providenciar o
911 veículo, porque é isso. Possivelmente, para o evento, a gente ainda não vai ter um retorno
912 com relação ao que a gente está questionando a respeito do decreto de áreas e passagens.
913 Mas a gente vai solicitar o veículo. Isso. Mas seria isso. **Jennifer, PSIND:** O importante
914 é a gente ter a garantia de que fomos chegar lá e que não... E que a gente consegue, né
915 gente? Porque 60 reais de um Uber, às vezes a gente não vai ter mesmo. E só mais uma
916 questão, é que a gente pediu uns minutos. Já está quase meio-dia. Talvez seja a gente
917 fazer esse intervalo e já ir para o almoço. Isso é só uma sugestão. **Luiz, ARMI:** Quando
918 ela apresenta essa questão, na minha cidade, por exemplo, surgiu... Além de mim, que eu
919 fiz inscrição para capacitação agora no dia 25, a presidente da entidade também fez
920 inscrição, mas só tinha para a cidade uma vaga só, para a cidade uma única vaga. Então,
921 estarei no dia da capacitação como conselheiro. E a cidade, com uma única vaga... Não,
922 mas lá no... Ah, tá, porque no dia que ela entrou no sistema só tinha uma vaga para a Serra
923 dos Amoirés. É presencial, correto. Ela está vindo fazer a capacitação no dia 25. E eu fiz
924 como conselheiro para participar no dia 25. Outra questão, eu fiz a inscrição para
925 capacitação no dia 2. Só que a logística, não dá para eu estar aqui dia 2, voltar lá em
926 Cerdos e Amores, são 12 horas de viagem, e voltar para a viagem do FONACEAS. Então,
927 não sei como é que fica essa questão. Eu venho... Eu venho, no caso, dia 1º, fico para a
928 capacitação dia 2º, fico em Belo Horizonte e faço a viagem no dia 4º. Eu fico dia 3º em
929 Belo Horizonte. Só que, anterior a isso, eu tive um probleminha. Eu tinha que desenvolver
930 uma diária. em uma viagem anterior. Por quê? Eu estava aqui e eu tinha um compromisso
931 na cidade de São João Del Rey. Aí eu fui para São João e eu tinha um compromisso aqui.
932 Aí eu vim um dia antes achando que estava fazendo vantagem. Vou ficar em Belo
933 Horizonte um dia antes para estar me organizando para plenária aqui, aí eu tinha que
934 devolver uma diária, porque eu vim de São João del Rey para Belo Horizonte, um dia
935 antes eu dormi aqui pra me preparar. Então assim, a minha preocupação nessa questão do
936 FUNASSEAS é, se eu vou ficar aqui no dia 3 porque não existe logística pra eu voltar, se
937 eu não vou ser punido de novo. **Mariana, SEDESE:** Ô Luiz, o que que acontece? Esses
938 casos todos vão entrar no que a gente falou, a gente tem que ter as justificativas, então a
939 gente sempre orienta a secretária executiva aí eu acho que tem que conversar e a gente

940 olhar o caso à parte, porque eu lembro de umas duas situações mais ou menos iguais, mas
941 acabou resolvendo com as justificativas, não foi? E aí no domingo inicia outra. Mas tudo
942 tem que ser justificado. Porque o sistema, gente, tudo é sistema e o sistema vai calcular
943 automático. Ela vai lançar a cidade de onde você saiu, aí a cidade de onde você chegou,
944 o horário que você saiu, o horário que você chegou e o sistema que calcula. Então, quando
945 sai do padrão, aí vai ter que ter a justificativa e vai ter que olhar se a conta está batendo.
946 Mas eu acho que a gente olha o caso à parte e vê. **João Paulo, SEDESE:** Só para o
947 pessoal aí que é de municípios, principalmente, mesmo quem é de Belo Horizonte, só que
948 essa questão que o Luizão falou, no sistema, quando a gente vai fazer a inscrição, e aí
949 serve para todo mundo, gente, que vai fazer a inscrição, A gente não seleciona o nosso
950 município. Quando a gente tá aqui representando o Conselho, tem vaga lá específica para
951 o Conselho. Senão acontece isso. Por exemplo, eu resido em Belo Horizonte. Se eu fizer
952 inscrição em Belo Horizonte, eu vou estar tomando uma vaga do município. Eu não estou
953 representando o município nessa inscrição. Então tem que tomar cuidado com isso, tá?
954 Quando tiver lá, se tiver vaga específica para Conselho, se tiver vaga específica para
955 município, e não estou falando só dessa não, estou falando de maneira geral. No SESCAP
956 tem essa questão. A gente, quando faz Estado, tem específica para isso, tá? **Nelson,**
957 **SEDESE:** só para esclarecer, gente, que essas inscrições foram feitas num link específico
958 para os conselhos e aí a gente vai encaminhar especificamente, não é no sistema, que é
959 essa orientação que o João está repassando. Então, a vaga do conselho está num link
960 específico já para facilitar essa questão. **Letícia, CMAS Coronel Fabriciano:** É só para
961 deixar à disposição, porque assim, a Comissão de Orçamento, ela já pediu uma
962 capacitação sobre o orçamento. E aí, eu queria deixar à disposição a equipe de Coronel
963 Fabriciano para fazer essa capacitação. Porque lá a gente tem um assessor que é assistente
964 social e está nessa função de gestor do fundo, é uma pessoa concursada e que tem uma
965 facilidade de falar do tema. Então, talvez, pelo menos o ciclo orçamentário básico,
966 conceitos, dotação, ficha, fonte, enfim. Então, é só colocar à disposição. **Roberta,**
967 **SEDESE:** Eu também já me coloquei à disposição. **Rosa, Conselho Metropolitano de**
968 **Belo Horizonte e da Sociedade São Vicente Paulo:** Nós, da Sociedade Civil, nós
969 pedimos para a retirada dessa pauta da plenária. Por quê? Esse documento foi
970 encaminhado para a gente à noite, 8 ou 9 horas da noite, nós não tivemos, enquanto
971 Sociedade Civil, ok, não é comissões, é Sociedade Civil, nós não tivemos tempo para a
972 leitura desse documento e a gente pede que o documento alterado ontem fosse
973 encaminhado para nós, para a gente ter uma leitura, uma discussão, uma análise enquanto
974 sociedade civil. Na próxima plenária a gente pode apresentar essa pauta.

975

976 **Jennifer, PSIND:** Gente, só para complementar, nós entendemos que as propostas
977 apresentadas, elas são, a gente poderia votar talvez com tranquilidade no sentido de, são
978 alterações boas, sim, mas nós entendemos também que nós, enquanto sociedade civil,
979 precisamos de um tempo maior para nos debruçar e entender, né, o texto, nós entendermos
980 se nós temos outras propostas para ser colocadas na mesa e nós não tivemos esse tempo.
981 Então, seria nesse sentido. A gente precisa realmente desse tempo, então nós estamos
982 solicitando essa retirada da pauta nesse momento. **Marcelo, OAB:** presidente,
983 conversando com o vice-presidente aqui, está me dizendo que nós não temos prazo. Mais
984 uma vez, chegou em cima da hora, para a gente poder analisar. O que a gente quer, e aí
985 eu estou sugerindo, se nós da sociedade civil estivermos de acordo, da gente, depois do

986 almoço, sentarmos uma hora, debruçarmos e discutirmos sobre esse assunto. Porque nós
987 não temos, pelo que foi dito, não tem prazo para a próxima plenária. **Nelson, SEDESE:**
988 Primeiro, são duas coisas. Uma coisa é o PPAG e a outra é a LOA. A LOA a Roberta
989 ainda apresentaria, ela ainda não apresentou. O que ela apresentou inicialmente são as
990 fichas, a alteração do PPAG, uma atualização das informações. A gente fez um esforço
991 de anteceder a discussão. A gente não está atrasado com esse processo. A Roberta
992 mencionou aqui, inclusive, que a equipe dela buscou essas informações antes de receber
993 da SEPLAG. O que acontece é que, quando a SEPLAG encaminha para nós, a gente tem
994 um prazo curtíssimo, de dez dias, para poder responder. Menos? quatro, três dias. Então,
995 a gente vai ter que chamar uma extraordinária. Então, o que a gente está propondo aqui é
996 que, como as fichas do PPAG são alterações físicas, são alterações do que diz respeito à
997 legislação, então a gente atualizou a legislação, é que a gente já pudesse aprovar o PPAG
998 e a LoA, a gente está num processo de discussão para, quando a gente chamar a
999 extraordinária, os conselheiros estejam cientes do que a gente está discutindo. É por isso
1000 que a gente trouxe antes, porque, se a gente não fizesse esse processo agora, a gente vai
1001 chamar uma extraordinária e aí a gente vai ter muito menos tempo para discussão. Então,
1002 assim, eu não vejo um problema de a gente retirar de pauta. A questão é essa. A gente vai
1003 chamar uma extraordinária e a gente vai ter um prazo mais curto ainda para essa
1004 discussão. É isso. **Letícia, CMAS Cel Fabriciano:** Eu acho que, assim, talvez a LOA
1005 tenha mais necessidade de aprofundar, porque é a nossa oportunidade de garantir o
1006 orçamento. Mas o PPAG está muito tranquilo, no sentido que só foram atualizadas
1007 questões que nós já aprovamos aqui no CEAS, atualização de pactuação, enfim.
1008 Atualizações das últimas decisões que a gente tomou nos CEAS. Então, eu acho que seria
1009 prudente a gente aprovar, até porque a Roberta explicou ontem muito bem, passando por
1010 todos os pontos, a gente teve a oportunidade de suscitar as questões, inclusive suscitamos.
1011 Então, para a gente aprovar o PPAG e a LOA, a gente continuar discutindo-a no plenário.
1012 Porque a LOA tem prazo. **Mariana, SEDESE:** Eu acho só assim, para tranquilizar os
1013 conselheiros, gente, é porque o PPAG, primeiro é isso, ele é uma lei, ela já está vigente,
1014 o PPAG, a vigência dele é para quatro anos, ele foi aprovado no ano passado, o que está
1015 sendo colocado aqui é apenas uma revisão de texto, de descritivo. Não tem impacto
1016 substancial, quantitativo. Não estamos falando de orçamento, porque em nenhum
1017 momento foi apresentado e nem foi alterado e discutido metas orçamentárias e
1018 financeiras. Eu acho que é só para tranquilizar, porque o instrumento que foi apresentado
1019 e o que a gente está fazendo é uma revisão dos descritivos das ações orçamentárias e que
1020 não tem impactos, vamos dizer, substancial. A Letícia, ela foi assertiva. O que eu acho
1021 que o maior impacto é no orçamento, é na peça da LOA, que tem que ser discutida todos
1022 os anos, que é aprovada todos os anos. E aí é isso que a gente vai trazer na parte da tarde
1023 e que vai precisar de uma extraordinária. Eu estou querendo reforçar do ponto de vista de
1024 tranquilizar mesmo. Mas é a decisão que vocês entenderem melhor. **Simone, Coletivo**
1025 **Flores da Resistência:** Eu vou comungar com o vice-presidente, que a gente pare, vá
1026 para o almoço, volte às 13h, reúne até às 14h, Sociedade Civil, e depois a gente continua
1027 nesse ponto. **Ludmila, CRESS-MG:** Eu acho que a observação que se coloca não é em
1028 relação ao que foi apresentado, tá, Roberta? Ficou muito claro ontem, nós entendemos.
1029 Ficou muito reforçado hoje, como a Letícia trouxe, está bem clara as alterações. A questão
1030 é que o texto nos foi apresentado a partir das alterações já propostas. Então, o que nós
1031 sentimos falta, para não ficar uma aprovação horizontal, é que a gente tenha tempo de
1032 entender o texto na íntegra, porque realmente ontem, nem hoje, nós não tivemos tempo

1033 de ler a íntegra dos documentos e, inclusive, propor outras alterações, porque senão a
1034 gente simplesmente vai aprovar o que vocês trouxeram, sem uma análise. Então, as suas
1035 alterações foram todas pertinentes, não houve divergências em relação a elas pela
1036 sociedade civil, não teria problema nenhum em aprová-las. O que nós estamos sentindo
1037 falta é de um tempo de aprofundamento sobre os documentos, até para conseguirmos
1038 pensar se nós, além das suas alterações, temos como contribuir com outras. Porque senão
1039 a gente fica sempre, em virtude do tempo esgotado, nós ficamos sempre aprovando o que
1040 vem de vertical para o Conselho, a respeito do que aconteceu no piso mineiro, que nós
1041 questionamos aqui, debatemos a respeito. Nos sentimos, inclusive, desrespeitados com o
1042 vídeo do governador, antes da reunião do CEAS, divulgando que haveria, que já seria
1043 aprovação. Então, nós nos sentimos pressionados. Então, é justamente para a gente fazer
1044 o exercício de mudar este cenário. Obrigada. **Marcelo OAB:** Eu fiz a proposta de
1045 sentarmos uma hora para poder discutir, considerando que o entendimento que eu tive
1046 aqui na hora era de que não teria prazo. Mas prazo parece-me que existe, porém teríamos
1047 que essa situação de se fazer uma reunião extraordinária, é o que foi dito. Então eu acho
1048 que isso merece um debate para a gente poder discutir sobre isso. **Jeniffer, PSIND:** só
1049 para reforçar aqui, Roberta, que eu acho que não tem que ter uma noção de desrespeito
1050 ao que está sendo proposto. E eu acho que aprofundar na discussão tem sido a proposta.
1051 Então, se tem tempo, não tem por que a gente não pleitear isso, a retirada, e ser acolhido
1052 nessa demanda da sociedade civil. **Roberta, SEDESE:** Gente, é só para esclarecer essa
1053 questão do tempo, dos prazos aqui, porque quando a gente fala assim, não tem prazo para
1054 a próxima ordinária, é por quê? Para a próxima plenária ordinária, por quê? Nós não temos
1055 um cronograma fechado ainda, a gente depende muito dos prazos que estão estabelecidos.
1056 Por essa demanda que chega pra gente pela área central, pela SEDESE, pela área meio da
1057 SEDESE também, que são responsáveis por isso, pela assessoria estratégica. Então, o que
1058 a gente tem o seguinte, eu não tenho a garantia de que na próxima plenária ordinária, a
1059 gente acha que a Solimar já estava falando que não dá tempo aqui, mas nós trouxemos
1060 agora, mesmo a gente ir lá no site pegando antes de ser provocado, justamente para
1061 propiciar essa discussão. O que a gente não consegue é, na próxima plenária ordinária,
1062 acatar novas sugestões, entendeu? Então, eu acho que é importante que essa discussão
1063 seja feita antes, nesse meio tempo, não esperar uma plenária para isso. A partir do
1064 momento que a gente tiver, se vocês já conseguirem fazer essas discussões, essa semana,
1065 para já deixar tudo pronto, para a gente fazer uma extraordinária só válida, isso aí é uma
1066 coisa que a gente consegue colocar, consegue fazer uma extraordinária, sabe? Porque se
1067 a gente esperar a próxima plenária ordinária, aí não dá tempo de a gente acatar. Aí fica
1068 aquela questão que a gente está tentando trazer aqui, é justamente para evitar isso que é
1069 proforme. Evitar que a gente traga uma questão que a gente não consegue mais incorporar
1070 as alterações de vocês. Hoje, a gente consegue incorporar. Numa extraordinária, também.
1071 Agora, numa plenária ordinária seguinte, o risco de não conseguir incorporar é muito
1072 grande. **Jennifer, PSIND:** Eu parablenizo, na verdade, a proatividade de nos trazer com
1073 antecedência, mesmo sem ser oficialmente, como você... foi o que eu consegui
1074 compreender, mas realmente ainda o melhor que foi, nós ainda precisamos de tempo.
1075 Então, se é possível, acho que a gente consegue alinhar de que nós vamos, enquanto
1076 sociedade civil, fazer esse exercício, nos reunirmos também virtualmente, nos
1077 debruçarmos sobre isso, para que na hora que for realmente necessário, se for antes da
1078 ordinária, se tiver que fazer a extraordinária, a gente já esteja preparado, ciente, muito
1079 tranquilos para falar, ok, essa é a nossa posição. **Roberta, SEDESE:** só complementando

1080 aqui, tá? Esses prazos aí, normalmente, eles não, assim, eles podem não caminhar juntos,
1081 tá? Pode ser que a gente tenha um prazo para essa descritiva qualitativa e outro prazo para
1082 a LOA a partir do limite, tá? Então, assim, talvez isso, só para que vocês tenham muita
1083 ciência, que talvez isso aqui derive duas extraordinárias. Só para a gente ter muita clareza
1084 da informação. **Nelson, SEDESE:** A proposta de encaminhamento é essa. A sociedade
1085 civil vai analisar os documentos que foram encaminhados. Desde o início, nunca a
1086 proposta foi a aprovação da LOA. Tentamos dividir as coisas para facilitar esse processo.
1087 Então, acho que é isso, porque, na verdade, a gente discutiu, não é nem a retirada de pauta,
1088 porque a gente não encaminhou com a proposta de aprovação. É porque, na reunião de
1089 ontem, da comissão, a gente encaminhou para isso. É por isso que a gente, hoje, iniciou
1090 falando da aprovação do PPAG. Então acho que o encaminhamento é a sociedade civil
1091 analisar os documentos que foram encaminhados e aí já fica registrado que a gente deve
1092 chamar uma extraordinária, que possivelmente vai acontecer de forma online, inclusive
1093 considerando os prazos e a urgência, porque a gente deve convocar essa... A gente não
1094 pode definir porque a gente não tem os prazos da SEPLAG. A gente não recebeu isso,
1095 entendeu? **Marcelo OAB:** a reunião extraordinária que está se propondo seria para
1096 discutir esse PPAG. porque a LOA já é outro momento que seria discutido. Então, para
1097 essa reunião do PPAG, a gente já pode sair daqui com uma data já definida para fazer
1098 essa reunião, Nelson, nesse sentido que eu estou falando. Porque, em cima da fala da
1099 própria Roberta, seriam dois momentos, um para discutir o PPAG e o outro para discutir
1100 a LOA. Se é porque juntar talvez ficaria até mais complexo, porque o PPAG vai tratar
1101 desse tema e a LOA trataria de uma forma diferente. **Marcela, SEDESE:** A discussão
1102 vai ser a mesma. A gente vai apresentar e a gente não sabe quando que a SEPLAG vai
1103 encaminhar para a gente o limite. E aí a gente vai ter três, quatro dias para poder
1104 responder. A gente precisaria fazer uma extraordinária com vocês. Então, a dúvida é, a
1105 gente junta as duas extraordinárias ou não? Não. Então sim, já dá para estabelecer a data.
1106 **Nelson, SEDESE:** A sugestão do Marcelo é que a gente já retire uma data para o PPAG.
1107 Vocês querem propor, querem pensar em uma data? Então a proposta é no dia 29, uma
1108 extraordinária? Virtual. Nove horas. Então, a proposta, gente, é a gente parar com a
1109 discussão hoje, PPAG e a gente discutir em uma reunião extraordinária no dia 29 às 9
1110 horas. Certo? Pela aprovação. Reprovação, abstenções. Então, gente, já está agendado. É
1111 extraordinário a dia 29 às 9 para a discussão do PPAG. E a LOA, aí a gente vai encaminhar
1112 uma proposta posteriormente, de acordo com o que a gente receber lá de orientações da
1113 SEPLAG. **Ester, SEDESE:** Esses documentos, eles podem ser externos. Só para esse
1114 documento, vocês vão analisar. Já vão propor alterações, que ele seja feito coletivamente,
1115 online, todo mundo contribuindo, eu acho que pode ser mais efetivo. **Nelson, SEDESE:**
1116 Eu só vou registrar ele na ata porque eu falei 29 do 9 e é 29 do 7, tá, gente? Eu estava só
1117 para corrigir. Então, a gente encerra a sessão agora para o almoço e a gente retorna às
1118 1h15. **Nelson, SEDESE:** Registrar duas informações que são importantes para a
1119 discussão do PPAG e da LOA 2025, a gente já tirou o encaminhamento das nossas
1120 reuniões extraordinárias, uma já com data agendada e a outra ainda a ser informada, mas
1121 eu acho importante a Roberta registrar a informação para subsidiar a discussão dos
1122 conselheiros. **Roberta, Sedese:** Boa tarde, sobre o PPAG, estamos falando para termos
1123 algumas situações colocadas, não estamos falando de um PPAG novo, estamos falando
1124 de uma revisão do PPAG, estamos fazendo a adequação das fichas, descritivos,
1125 qualitativos e indicação de meta física, nós não colocamos os limites orçamentários
1126 porque eles vão ser discutidos no âmbito da LOA, a proposta de distribuição, conforme a

1127 gente pactuar na LOA, inclusive, nas fichas do PPAG tem campos que são padronizados,
1128 que são campos de sistema, por exemplo, função, subfunção, são campos dispostos em
1129 normativa, tem alguns pontos que a gente não tem condição de alterar, de fazer alterações
1130 que estão fora das normativas vigentes, outra situação é em relação a LOA, nós definimos
1131 que vai ser... a gente apresentou ontem na reunião conjunta de comissões uma proposta
1132 inicial de distribuição de recursos para que vocês possam conhecer qual é a estimativa de
1133 custos fixos que a gente tem para o ano que vem, e também algumas propostas que a gente
1134 considera que podem ser priorizadas, nós não estamos falando em momento algum, nós
1135 ainda não temos o limite, o valor que está ali é um valor de proposição, a gente não tem
1136 o limite disposto, estamos aguardando a disposição do limite pelo COFIN, essa definição
1137 do COFIN ainda não chegou, então a partir do momento em que o COFIN deliberar o
1138 limite nós vamos fazer a distribuição dos recursos, então o que nós temos são propostas
1139 para distribuição dos recursos, coloca o valor reajustado, do que estamos prevendo das
1140 despesas continuadas, e algumas propostas de coisas que não estão previstas no
1141 orçamento de 2024, em julho de 2024, ou não está previsto ou pactuado, só para esclarecer
1142 e guiar a condução das discussões, obrigada. **Leticia, CMAS Coronel Fabriciano:**
1143 Roberta, vamos supor que a gente tenha a LOA aprovada na reunião extraordinária, como
1144 o estado ainda não solicitou a SEDESE que fizesse esse movimento, assim que aprovada,
1145 aguarda até que o estado solicite? A ideia é essa? **Roberta, SEDESE:** Você está falando
1146 no PPAG? **Leticia, CMAS Coronel Fabriciano:** Na LOA. **Roberta, SEDESE:** A LOA
1147 é o seguinte, o que nós vamos fazer na extraordinária é para discutir as fichas do PPAG,
1148 a única coisa que vai conseguir é o seguinte, eles vão colocar em um lugar específico para
1149 colocar a mesma informação que pactuarmos aqui, então eles ainda não disponibilizaram
1150 sistema, no caso da LOA, o governo vai deliberar qual o valor que nós do FEAS
1151 poderemos distribuir para prever na LOA do ano que vem, essa deliberação é feita no
1152 âmbito do COFIN no comitê de orçamento e finanças, e a partir do momento que eles
1153 definem "vocês vão ter 150 milhões de reais", nós temos que pegar o nosso orçamento e
1154 distribuir 150 milhões ali, para distribuir nessa proposta que a gente trouxe, a gente
1155 elenca, nós temos em torno de 136 milhões de fonte 71 que são para a manutenção das
1156 despesas de 2024, e nós temos uma série de outras ações que ultrapassam esse valor que
1157 estão dispostas ali, então a gente vai ter que priorizar o que vai vir em primeiro, o que vai
1158 vir em segundo e terceiro, isso é uma questão, até a gente chegar nesse limite que o
1159 governo deu, o que nós vamos ter que fazer é aguardar esse limite para ter uma LOA
1160 devidamente aprovada, diferente, por exemplo, a minuta do PPAG a gente já sabe o que
1161 fazer, então a gente já está fechando, a gente definiu que teria essa deliberação na reunião
1162 do dia 29, então no dia 29 vai ser deliberado e vamos aprovar o PPAG, a gente vai lançar
1163 no sistema da forma que for aprovado por vocês, a LOA só depois que tiver o limite, mas
1164 o que podemos fazer? Discutir, vocês podem identificar, priorizar, ter clareza, está claro?
1165 **Leticia, CMAS Coronel Fabriciano:** Era isso, o PPAG eu já entendi, inclusive, acho
1166 que deveríamos aprovar ele de imediato, ele não tem nenhuma alteração substancial, é só
1167 o que a gente já discutiu, porque a minha pergunta em relação a LOA, Roberta? Porque
1168 assim, ontem eu falei que eu achei muito interessante o estado ter trazido a LOA sem
1169 limite para que a gente se debruce e gaste mais tempo nela, inclusive use essa estratégia
1170 que o estado fez de trazer a LOA mais cedo para nós como estratégia para efetivar um
1171 orçamento maior, fazer uma incidência política sobre essa discussão, então eu só queria...
1172 viu Jennifer e Rosa, que a gente tentasse gastar mais energia na LOA, para a gente discutir
1173 estrategicamente o orçamento. **Nelson, SEDESE:** Ponto vencido? Ficou claro para todos?

1174 A Roberta está mencionando que está à disposição para tirar dúvidas, sua equipe, caso
1175 alguém tenha uma dificuldade de compreensão sobre o PPAG e LOA. **Jennifer, PSIND:**
1176 Não é uma correção no sentido de crítica, é porque a gente sempre coloca como se tivesse
1177 dificuldade de compreensão, mas não é isso, o que a gente precisa é de diálogo, tempo, e
1178 a gente precisa de construção conjunta, é isso que a sociedade civil está colocando, é isso
1179 que a Leticia está enfatizando, não é por dificuldade de compreensão, a gente está sempre
1180 entendendo, mas a gente está querendo ampliar a discussão para que seja compreendidas
1181 coisas que as vezes uma pessoa sozinha não entendeu, é por isso que estamos propondo
1182 esse avanço nas discussões. **Nelson, Sedese:** Obrigado, vamos seguir, nosso próximo
1183 ponto de pauta é a respeito da atualização do piso mineiro, nós votamos essa atualização
1184 na última extraordinária, e lá naquele momento acordamos de trazer a Sedese, de
1185 apresentar um estudo com mais detalhes, e além dos detalhes a respeito do impacto do
1186 piso, também um primeiro planejamento de atuação com os 34 municípios que a gente
1187 sinalizou em resolução para a garantia de que nenhum município tenha impacto, não ter
1188 impactos negativos no que diz respeito ao reajuste do piso, vou pedir para a Poliana
1189 reproduzir, a gente montou uma apresentação, a gente vai dividir essa apresentação eu e
1190 o João Paulo, foi uma apresentação construída de forma conjunta, estamos falando de
1191 dados que a vigilância analisou, de uma estratégia de avaliação pela diretoria de gestão
1192 do cadastro único, a diretora não está presente, mas está ligada a superintendência, vou
1193 fazer a apresentação, a Suzane foi nomeada recentemente diretora para o cadastro único
1194 e gestão de programas no âmbito da proteção social básica. Primeiro, dizer a respeito
1195 desse processo de regularização da base de dados do cadastro único, a gente trouxe isso
1196 como um ponto, como da apresentação da proposta de adequação do piso, essa
1197 requalificação vem muito... a qualificação da base de dados do cadastro único já existe
1198 por si só desde o início, desde quando o cadastro único foi instituído como um
1199 instrumento nosso na política de assistência social para identificação das famílias e dos
1200 indivíduos que são atendidos na assistência social, sempre tivemos processo de
1201 qualificação para essa base de dados, temos processos de revisão, averiguação,
1202 procedimentos que são necessários para garantir o atendimento das famílias que são foco
1203 da política pública, em 2023, o governo federal identificou algumas inconsistências nessa
1204 base do cadastro único vindo de um histórico, tivemos auxílios emergenciais, depois uma
1205 mudança no programa bolsa família para o auxílio brasil, tudo isso gerou uma confusão
1206 nesse processo de inclusão, de atualização, a gente identifica uma indução da separação
1207 dos cadastros, o benefício passou a não olhar para a família, mas olhar para o indivíduo,
1208 então existe uma indução de cadastros unipessoais, a gente tem um crescimento muito
1209 grande nos últimos anos de cadastros unipessoais que não refletem a realidade da
1210 composição das famílias, o governo federal criou nessa lógica de readequação, de
1211 requalificação da base de dados do cadastro único, o ProCad, é um programa de
1212 fortalecimento emergencial de atendimento ao cadastro único, então todos os municípios
1213 receberam recurso do ProCad para focalizar sua atuação no cadastro único, os estados
1214 receberam recurso e orientação para atuar no apoio junto aos municípios para essa
1215 requalificação, a gente passou inclusive nesse conselho, um plano de uso do recurso que
1216 chegou do ProCad, estamos executando esse plano, o plano foi construído conjuntamente
1217 a uma conselheira que na época compunha o grupo de coordenação intersetorial do
1218 programa bolsa família, esse plano previu uma série de ações, dentre essas, a gente
1219 destaca as que já executamos, a Sedese por meio desse desenho de requalificação da base
1220 de dados do cadastro único já executou 40 turmas de capacitação presenciais, essas turmas

1221 são de temáticas diferentes, então a gente tem turmas que são específicas para utilização
1222 de sistemas, CadÚnico v7, e SIBEC, outras turmas que são para entrevistadores, ou para
1223 instrutores do formulário de cadastro único, o plano, passar com essas capacitações nas
1224 22 diretorias regionais, então todos os territórios vão receber, alguns ainda não receberam,
1225 mas no planejamento todos vão receber essa capacitação, inclusive na lógica de fortalecer
1226 o entendimento sobre o cadastro único, para as pessoas compreenderem como é feito o
1227 preenchimento e atualização, por vezes, o município tem o profissional que executa essa
1228 atividade, mas não passou por essa formação, minha primeira função na assistência social
1229 foi ser entrevistador, eu só fiz a capacitação quando eu estava na gestão, depois de muito
1230 tempo tive acesso a capacitação, é o que a gente quer, que todos os profissionais que
1231 atuem como entrevistadores tenham o processo de qualificação também, a respeito da
1232 inclusão e atualização cadastral das famílias, que dessas, são perfil CadÚnico. Nessa
1233 lógica de requalificação da base de dados do cadastro único, discutimos por um tempo na
1234 SUBAS, a base de dados que apresentava o cálculo do piso mineiro, a gente tem o
1235 histórico desse reajuste do piso mineiro, o piso mineiro foi criado em agosto de 2010,
1236 teve esse primeiro momento do piso mineiro, ali utilizava-se como base o total de famílias
1237 com perfil CadÚnico, a gente já tinha nesse primeiro momento do piso, como critério de
1238 aplicação do repasse as famílias com perfil CadÚnico, ali está detalhado qual o valor de
1239 família, que era de 2,20, o valor mínimo que era de 2000, e o total piso-ano, 54 milhões,
1240 depois disso, em 2022, fizemos uma discussão aqui no conselho para atualização dessa
1241 base, e utilizou como base de dados para o cálculo a base de maio de 2021, então desde
1242 2010 até 2021, nunca houve nenhuma atualização, a atualização aconteceu somente em
1243 2022 com a base de maio de 2021, naquele momento utilizou-se como critério olhar para
1244 a base de dados do cadastro único o total de famílias que estavam inscritas, então deixou-
1245 se de olhar para as famílias que eram perfil CadÚnico, e olhou para a base por completo,
1246 e ali foi feita a atualização do valor também, que passou a ser de 2, 20 para 2,40, foi um
1247 aumento de 51%, totalizando quase 82 milhões. Este ano, depois de muitas discussões,
1248 fizemos algumas delas com a equipe do FEAS, com a equipe do cadastro único para
1249 entender alguns fenômenos da base de dados do cadastro único, e a importância da gente,
1250 de novo, olhar para esse critério que direciona a atuação do município nesse processo de
1251 requalificação da base do cadastro único, então a gente colocou ali, voltou com o total de
1252 famílias com perfil CadÚnico, e além disso, cadastros atualizados, o que são cadastros
1253 atualizados para a base de dados do cadastro único, aqueles cadastros que estão
1254 atualizados dentro dos últimos 24 meses, então se a família ficou mais de 2 anos sem
1255 atualizar esse cadastro único, a gente considera ele como cadastro desatualizado, isso é
1256 importante porque a gente precisa manter a referência dessa família no serviço da
1257 assistência social, se a família está há dois anos sem atualizar o cadastro único, será que
1258 essa família está nesse município, será que ela está utilizando os serviços da assistência
1259 social? A gente coloca esse parâmetro de dois anos como necessidade de atualização,
1260 nesse processo... a gente já discutiu a respeito disso, foi aprovado, a gente também teve
1261 um aumento do valor, passou de 2,40 para 4,28, o valor mínimo passou de 2.000 para
1262 5.000, resultando em um aumento de mais 42%, totalizando o valor do piso ano de
1263 115.648.684, nas nossas discussões a gente falou desse impacto no reajuste, vou pedir
1264 para o João falar sobre o que eles desenharam na vigilância, e eu volto logo depois. **João**
1265 **Paulo, Sedese:** Vou trazer um pouco das análises que fizemos desses números, foi uma
1266 preocupação que a gente teve quando essa pauta foi discutida e pactuada no CEAS, essa
1267 preocupação com relação aos municípios, de aumentar parcela, tentar entender esse

1268 comportamento, os números servem para isso, a gente tentar entender e poder tomar
1269 decisões futuras melhores, então os números vem para subsidiar nossa tomada de decisão
1270 de forma mais qualificada, a gente desenvolveu um painel com relação aos recursos que
1271 os municípios recebem do Cofinanciamento estadual do piso mineiro, está disponível no
1272 blog da Sedese, está aí o link, nós temos dos anos de 2022 até 2024, é uma demanda
1273 antiga, tanto da CIB, tanto do CEAS, para a gente poder monitorar isso, acompanhar quais
1274 municípios receberam, quanto recebeu, tendência que o município tem, hoje não temos
1275 parcelas atrasadas do piso mineiro, municípios que não receberam nenhuma parcela este
1276 ano, é porque o município está com alguma pendência, seja ela Cajec, prestação de contas,
1277 plano e serviço, nesse painel é possível consultar, é um painel aberto para todos os
1278 municípios, a gente vai divulgar amplamente para que os municípios tenham acesso e
1279 possam consultar suas informações, e poder acompanhar e ver se há alguma pendência, é
1280 possível consultar valor da parcela, quanto o município recebeu por ano de 2022 para cá,
1281 todas atualizadas, e vamos atualizar sempre, é mais para divulgar isso e compartilhar com
1282 vocês que há essa ferramenta de trabalho. Com relação aos números em si, números nós
1283 temos muitos, felizmente, isso é ótimo para quem gosta de trabalhar com números, mas
1284 eu acho ótimo como ferramenta de trabalho, foi muito interessante, muitas análises que
1285 vamos trazer, por exemplo, quando o Nelson mostrou o quadro e trouxe esse histórico do
1286 cadastro único, percebemos que pós pandemia houve um aumento grande de famílias
1287 cadastradas, das situações de vulnerabilidade de renda, também vimos um desequilíbrio
1288 nesses cadastros, a base explodiu de famílias cadastradas, depois de vários esforços a
1289 gente tem conseguido qualificar essa base, ter a informação que não é real, ela não é
1290 correta, ela não vai ajudar em nada, a gente vem percebendo uma queda grande de
1291 famílias no cadastro único, e precisamos discutir sobre isso, o que isso representa, hoje,
1292 fazendo esse corte temporal, vendo gráfico, a gente percebe que é um problema de
1293 cadastro, esses cadastros estavam equivocados, muitos cadastros em pessoal, você tinha
1294 uma família de três membros, viraram três cadastros unipessoais, e isso gera uma série de
1295 problemas para nós, enquanto gestor e proponente de políticas públicas, então a gente
1296 percebe uma qualificação, isso impacta quando a gente fala, nós próximos slides, nesses
1297 municípios que não tiveram o aumento da parcela, nós tivemos 34 municípios que após
1298 essa atualização da base não tiveram aumento, tiveram redução da parcela que recebem
1299 do piso mineiro, importante entender isso para não colocar a culpa no critério, minha
1300 opinião pessoal, o critério é bom, é o mais adequado que nós temos, mas a gente tem que
1301 entender esse comportamento, por exemplo, nós temos hoje na base do cadastro de minas
1302 gerais 3.796 milhões de famílias, dessas, 1.400 milhões são acima de meio salário
1303 mínimo, e 2.3 milhões de baixa renda, ou seja, renda per capita abaixo de meio salário
1304 mínimo que é o nosso perfil, esse valor já foi muito maior há dois anos atrás, quando a
1305 gente olha o gráfico, teve uma queda muito acentuada de dois anos para cá, e há dois anos
1306 atrás que teve atualização, então talvez a parcela anterior os municípios receberam uma
1307 parcela muito mais alta justamente por isso, tinha esse tanto de cadastro pessoal, a gente
1308 precisa ponderar e entender isso, e a questão da desatualização que é um problema, como
1309 o Nelson falou, é importante que a família mantenha esse cadastro atualizado, como eu
1310 disse, o cadastro único é uma ferramenta de trabalho, e para que ela cumpra seu objetivo
1311 ela precisa estar atualizada, ser condizente com a realidade, e quando nós temos um
1312 número alto de famílias, que a última atualização tem mais de 24 meses é um problema,
1313 e isso a gente já atua. Aqui um mapa dos municípios de Minas Gerais, no mapa
1314 conseguimos ver quem teve aumento, o percentual de aumento, a maioria dos municípios

1315 aumentou muito o valor da parcela que é o nosso objetivo, esse mapa mostra, ali a gente
1316 tem quem aumentou, a maioria dos municípios aumentou em mais de 70% da parcela que
1317 recebia anteriormente, também temos recorte por regional, que a gente sabe que há uma
1318 diferenciação dos territórios de Minas Gerais, são territórios diferentes, muito
1319 heterogêneos, tem municípios em determinadas regiões, 60% da população está no
1320 cadastro único, tem regiões que 20%... a gente precisa entender esses comportamentos
1321 para tomar decisões mais assertivas. **Lais, CMAS Ipatinga:** É porque naquele outro slide
1322 você falou dos impactos do reajuste, mas eu gostaria de saber, famílias com renda per
1323 capita, maior do que meio salário pode ser inserido no cadastro, correto? Isso vocês
1324 levaram em consideração de alguma forma? **João Paulo, SEDESE:** Para o critério do
1325 piso mineiro não... na resolução, o critério é famílias até meio salário mínimo, ou seja,
1326 famílias de baixa renda, esse é o critério para cálculo da parcela do piso mineiro. **Lais,**
1327 **CMAS Ipatinga:** Mas tem outra questão, ainda não foi alterado que a família pode ter
1328 até três salários familiares, é meio per capita, e até três. **João Paulo, Sedese:** O critério
1329 do piso mineiro, o que está na resolução é famílias de até meio salário mínimo com
1330 cadastro cujo a última atualização foi até 24 meses, que está com o cadastro atualizado
1331 com critérios que até mesmo o governo federal e o bolsa família utiliza, o bolsa família é
1332 isso, os critérios da nossa resolução e que o cálculo é baseado é isso, total de famílias com
1333 renda per capita de até meio salário mínimo, e que estão com o cadastro atualizado de até
1334 24 meses, é isso que a gente considera. **Nelson, Sedese:** Não sei se ficou claro, Lais, a
1335 alteração que foi discutida é em relação ao piso, a gente não está falando do perfil e da
1336 inclusão de nenhuma família no cadastro único, quando a gente traz como um critério o
1337 perfil famílias baixa renda no cadastro único, é um critério de focalização, é isso que a
1338 gente está explicando, é o que o governo federal faz, estamos focalizando os esforços nas
1339 famílias que tem um perfil baixa renda, perfil definido pelo cadastro único, famílias com
1340 renda superior podem ser incluídas no cadastro único, mas elas podem ser incluídas no
1341 cadastro único desde que elas estejam sendo atendidas em um outro serviço ou programa,
1342 o que não exclui que essas famílias vão ser incluídas, elas devem ser incluídas se elas
1343 estiverem sendo atendidas pela assistência social, quando a gente fala desse processo de
1344 qualificação da base, existem alguns casos, entendimentos equivocados sobre a inclusão,
1345 por exemplo, quando você vai fazer a matrícula no ensino público, existe a opção de
1346 incluir o número de NIS, e algumas pessoas compreendem que o número de NIS que gera
1347 no cadastro único é obrigatório para matrícula, e não, o cadastro único não é um
1348 instrumento necessário para matrícula de uma criança ou adolescente em um ensino, o
1349 cadastro único é utilizado como uma ferramenta para identificação do público que está
1350 sendo atendido na assistência social ou em outra política pública que utilize do cadastro
1351 único como instrumento, mas a educação não utiliza do cadastro único para inclusão na
1352 escola, existem algumas situações que a base cadastro único... a gente fala isso, ela está
1353 inchada, um número de famílias que não são atendidas pela assistência social, e o que
1354 acontece, isso pode prejudicar um município, essas famílias vão vir as bases de
1355 averiguação, de revisão cadastral, isso gera um trabalho que o município não precisaria
1356 ter, essa família não é atendida na assistência social. **Lais, CMAS Ipatinga:** Eu perguntei
1357 porque questões relacionais, que o CRAS, CREAS atendem pesa muito, então com o
1358 repasse do piso mineiro, eu pensei em alguma forma verificaria, teria alguma diferença,
1359 por isso perguntei. **João Paulo, Sedese:** É isso, o critério tem essa focalização, a gente
1360 fez o cálculo, estou tentando amadurecer e detalhar esse cálculo, como chegamos nessa
1361 operação, desses aumentos e por ai vai, fazendo a análise por porte, a gente consegue

1362 identificar que os municípios de pequeno porte um tiveram em média, 81% de aumento,
1363 que é bastante coisa, impacta muito a questão do mínimo, nós temos hoje mais da metade
1364 dos municípios que não atingem esses 5.000, e acabam vindo para esse mínimo, então o
1365 aumento de 2 mil para 5 mil do mínimo foi muito importante para esses municípios, talvez
1366 alguns desses poderiam ter uma redução de parcela também, nós tivemos esse aumento
1367 em média de 69% de maneira geral das parcelas. Dos 34 municípios que foi até uma
1368 demanda que foi posta para a gente fazer uma análise desses 34 municípios que tiveram
1369 essa redução, tentar entender o porquê para fazer uma atuação junto a eles, entender como
1370 a gente poderia contribuir, e chama atenção a gente tomar cuidados, porque a gente pensa
1371 "vamos atuar nesses 34 para aumentarem a parcela", a gente precisa entender o critério
1372 para não gerar o efeito reverso, por exemplo, dentro desses 34 municípios nós temos
1373 municípios que tem mais de 90% da base atualizada, não é um problema de gestão, não é
1374 porque tem muitas famílias que poderiam estar entrando nesse cálculo, nós temos dentro
1375 desses 34 municípios, 8 municípios que são prioritários para nossa atuação, o Nelson
1376 tinha falado do Mups, que é uma metodologia de priorização de municípios que o governo
1377 federal disponibilizou, nós temos em Minas, 83 municípios de atuação, esses 83 não estão
1378 aqui, mas já são prioridade nossa, pela forma como o cadastro está, identificação de
1379 algumas inconsistências, desses 83, 8 são desses 34, são municípios que a gente de fato,
1380 precisa fazer uma atuação, que está no nosso plano de trabalho, tem outros municípios
1381 que estão fazendo uma ótima gestão dessa base, a questão não é qualificar mais, não vai
1382 receber mais ou menos por conta disso, isso é o reflexo da realidade do município, a gente
1383 tem que ter essa tranquilidade de entender que, quando a gente roda um critério, ele vai
1384 calcular de forma imparcial para todos, o critério serve para isso, ser o mais justo possível,
1385 e a gente tem que ter esse olhar, eventualmente, alguns municípios vão ser de certa forma
1386 prejudicados, não prejuízo, é um critério, mas vão ter uma parcela reduzida, isso acontece
1387 pessoal, o critério é feito disso, o importante da gente ter um bom diagnostico é a gente
1388 pensar cenários, pensar propostas, e a gente diminua esses efeitos, mas eventualmente a
1389 gente vai ter, não é necessariamente um problema da base, desses 34 municípios, nós
1390 temos quatro ou cinco municípios que a redução da parcela foi menos de 50 reais, tem
1391 município que teve redução de 3 reais, a gente tem que entender isso, 3 reais é menos que
1392 uma família, é importante a gente fazer a leitura desse diagnostico, podemos
1393 disponibilizar a base com números mais complexos para vocês, mas quando a gente olha,
1394 por exemplo, desses 34 municípios, 46% deles possui renda per capita acima de meio
1395 salário mínimo, estamos falando de quase metade dessas famílias cadastradas não serem
1396 o nosso perfil do cálculo do piso mineiro, que é até meio salário mínimo, cabe fazer uma
1397 avaliação dessa base para saber porque tem tantas famílias acima de meio salário mínimo?
1398 O Nelson citou um exemplo, será que eles estão cadastrando porque estão achando que
1399 precisa fazer a matrícula na escola? E isso como ele disse, gera uma serie de efeitos
1400 negativos para nós enquanto gestão, 37% estão com cadastro desatualizado, isso é um
1401 número que precisamos atuar, é um número muito alto, estamos perdendo informação
1402 qualificada, e nós temos 18, que são os dois critérios. Um breve perfil desses 34, 17 são
1403 de pequeno porte um, 7 são de pequeno porte 2, cinco de porte médio, e cinco são de
1404 porte grande, cinco receberão o valor mínimo, então seriam municípios que talvez teriam
1405 redução da parcela, mas como não atingiu o mínimo, subiu automaticamente, então
1406 novamente, esse mínimo foi muito importante no seu aumento, famílias de baixa renda
1407 com cadastro atualizado, quase metade tiveram cadastro atualizado de 2022 para cá, então
1408 estamos falando de municípios que diminuiram metade das famílias na sua base, é muita

1409 coisa, por isso impactou tanto na parcela que eles recebem, novamente, não é um
1410 problema, temos que ver se é de fato um problema ou não, pode ser que não seja, como
1411 eu disse, quatro municípios tiveram redução de menos de 100, sendo que um chamou
1412 nossa atenção, que foi 3 reais, menos do valor de uma família, só duas reflexões, eu diria
1413 que conclusões e indicativos que a gente teve quando discutiu esses números, o ponto
1414 mais importante, e que é a luta do CEAS, é de mais recursos para a assistência, de 2022
1415 para cá, somente 18 municípios aumentaram o número de famílias no cadastro único,
1416 então se a gente não tivesse tido o reajuste da parcela e o reajuste do mínimo, a redução
1417 da parcela seria para 834 municípios, o que de fato faz o ganho real par ao município,
1418 mais recurso, são esses ganhos, é aumento no valor da família e aumento no mínimo, a
1419 diferença foi muito grande, 2022 foi só a atualização da base, e nós já tivemos aquela
1420 explosão, agora o aumento foi de 2,40 para 4,28, foi quase o dobro, isso garantiu um
1421 ganho real para os municípios, essa tem que ser a nossa luta, e claro, continuar
1422 qualificando a base de dados que é a nossa ferramenta de trabalho, o critério leva em
1423 consideração esses dois elementos, a base do cadastro único e os valores por família e o
1424 mínimo, esses são os dois pontos que incidem nessa parcela, a base, como eu disse, é
1425 questão de qualificar a questão de gestão, apoio técnico, que é o que fazemos, e a questão
1426 da luta por mais recursos sempre, que é importante para garantir esses aumentos de
1427 parcela, que isso vai representar no aumento real, se não, lá para frente, por exemplo,
1428 continua essa queda no número de famílias cadastradas e atualizadas porque está sendo
1429 feito de fato a qualificação, na hora que a gente for rodar com esse mesmo valor, vai ter
1430 uma redução de parcela para todos, a luta tem que ser sempre para mais recursos, isso a
1431 gente garante um ganho real de parcelas nos municípios para a ponta. Qualquer dúvida
1432 estou à disposição. **Nelson, Sedese:** Continuando, o João apresentou a análise que a
1433 vigilância fez, enquanto estratégia a gente já tem uma que foi desenhada em conjunto
1434 com os estados e municípios, no ano passado o ministério buscou um estado em cada uma
1435 das regiões do país, no nosso caso, foi o estado de Minas, e eu fui para o território junto
1436 a equipe do ministério, conheci alguns municípios que a gente identificou como
1437 municípios prioritários, a gente utiliza essa sigla de Mupis, são esses 83 municípios depois
1438 do estudo que a gente fez no ano passado, então a gente foi em cada município, conhecer
1439 como o município atuava com o cadastro único, como estava o funcionamento da gestão
1440 de condicionalidade, como era essa atuação, a gente levantou três municípios de
1441 diferentes perfis, fizemos essa visita, e depois a gente se reuniu com os outros estados,
1442 foi uma oficina conjunta dos 27 estados com o governo federal para construir a
1443 metodologia, de que forma esses municípios seriam atendidos, isso foi definido de forma
1444 conjunta, hoje para definição de quais eram os municípios enquadrados nesse critério que
1445 a gente chama de Mupis, a gente tem um score de valor crítico, que é levantar algumas
1446 taxas que estão aquém daquilo que deveria ser um limiar entre todos os outros municípios,
1447 então a gente olha para os 853, qual a média dessas taxas, e aí a gente tem alguns
1448 municípios que estão abaixo dessa media, e a gente retira esses municípios, então a gente
1449 fala da taxa de atualização cadastral, da taxa de acompanhamento de frequência escolar,
1450 taxa de acompanhamento da agenda da saúde, da execução de recursos, da taxa de
1451 famílias unipessoais, hoje a gente tem um percentual definido por município, os
1452 municípios com mais de 16% de famílias unipessoais na base do cadastro único não
1453 concedem benefício para novas famílias unipessoais, então tem um limite que foi definido
1454 pelo governo federal nessa proporção de famílias unipessoais com base no que o IBGE
1455 apresenta enquanto configuração de famílias unipessoais nos municípios, e também a

1456 capacidade de gestão de benefícios, a gente olha para todos esses dados, nesta análise,
1457 Minas tem 83 municípios que estão como municípios prioritários, e aí a gente já atua com
1458 esses 83 no sentido de priorização do atendimento desses municípios, então os 83
1459 municípios foram priorizados em todas aquelas capacitações que citei anteriormente, o
1460 Mupis propõe algumas etapas para esse processo, que é diagnóstico, planejamento,
1461 execução de atividades e monitoramento e avaliação, a diretoria de gestão do cadastro
1462 único fez uma proposta de apoio técnico destes municípios prioritários, que serão esses
1463 83, mais os 34, uma parte deles coincide de atendimento dentro dessa metodologia, então
1464 o diagnóstico já está em execução, a fase final dele é até 16/08, que é uma análise
1465 situacional de cada município, identificando algumas questões que a base do cadastro
1466 único pode nos apresentar, o João Paulo já falou alguns pontos, por exemplo, municípios
1467 que tem uma base de dados muito desatualizada, ou municípios que tem um número de
1468 famílias com a renda superior àquela que está estabelecida com o cadastro único muito
1469 superior ao perfil CadÚnico, a gente precisa identificar e entender porque esse fenômeno
1470 acontece no município, a gente fez um diagnóstico, isso foi feito com os 853, e isso vai
1471 subsidiar essa etapa que é da estrutura que os municípios possuem para o cadastro único,
1472 tem equipe, tem equipamento, tem estrutura física, qual a infraestrutura de atendimento e
1473 de funcionamento, então a coordenadora intersetorial funciona, como ela funciona, já foi
1474 um primeiro diagnóstico com os municípios, e está subsidiando essa análise,
1475 posteriormente um planejamento com previsão até 30/08, que é a construção de metas
1476 junto desses municípios, a execução das atividades que vai até 31/10, atividades de apoio
1477 técnico e conforme a metodologia Mupis propõe para nós, oficinas, encontros, orientação
1478 para melhoria, e depois uma etapa de monitoramento e avaliação que seria até 30/11, para
1479 além disso, envios periódicos dentro dessa etapa de monitoramento e avaliação, envio de
1480 informes, quanto para a CIB, tanto para o CEAS para acompanhar a execução dessas
1481 atividades. **Mariana, Sedese:** Minha fala é rápida, só para reforçar o que foi dito que o
1482 critério, nosso entendimento técnico, o motivo, mas principalmente para refletir a partir
1483 desse semestre para o ano que vem, que vamos estar discutindo a LOA de 2025, a garantia
1484 de recursos pensando nos 15%, 20% e nos pleitos que temos que fazer, nas batalhas e
1485 lutas, para a gente ter o ganho, o João falou bem, o ganho real para os municípios, volta
1486 naquele quadro, a gente tem inclusive cenários, e a gente pode trazer em outra reunião...
1487 a gente tem cenários que a gente faz projeção do valor, que quando a gente meche no
1488 valor por família, que a partir desse ano, passou para 4,28, a gente trabalhando na
1489 crescente, por exemplo, cinco reais por família, é dessa forma que a gente vai conseguir
1490 trazer ganho real para todos os municípios, mesmo que eles tenham uma redução na base,
1491 ele vai priorizar as famílias da assistência, e a gente vai conseguir fazer a ampliação de
1492 recursos se a gente mexer no valor por família e no valor mínimo por parcela, a partir do
1493 momento em que todos estiverem alinhados nesse critério, a gente fica com um projeto
1494 de ampliação de recursos do piso, que o piso vai chegar para os 853 municípios, mas a
1495 gente fica com uma visão de futuro mais clara até de quanto que a gente pode e deve
1496 pleitear e negociar para frente, estou querendo dizer que, para refletir em cima disso, ter
1497 isso com nosso norte, porque dessa forma a gente entender que a gente vai conseguir fazer
1498 esse aumento gradual de recurso para o piso, e mais uma vez, reforçando que o piso é um
1499 recurso livre para gestão municipal, inclusive tem outros estados do Brasil que copiaram
1500 de Minas Gerais, são poucos estados que tem estratégia de Cofinanciamento para todos
1501 os municípios, e pelo fato do piso dar a liberdade para a gestão municipal, pensar o que
1502 ela vai fazer, ele pode gastar na básica, na especial, no incentivo a gestão, desde que esteja

1503 na normativa da assistência, pactuado e aprovado, o piso é um recurso muito importante
1504 para o município e assistência. **Jennifer, PSIND:** Primeiro gostaria de falar, como o João
1505 apresentou, eu entendo que é necessário ter critérios, compreendo quando você fala que
1506 precisa ter um critério de distribuição, é necessário, porém, eu ainda acho que quando nós
1507 falamos de pessoas, famílias atendidas pela assistência social, nós não podemos deixar de
1508 problematizar quem são as nossas famílias atendidas, você faz um questionamento sobre
1509 esse fenômeno que acontece de ter muitas famílias cadastradas no CadÚnico do que
1510 famílias com perfil CadÚnico, que seria de renda de meio salário per capita, é importante
1511 a gente compreender que o critério é necessário, eu acho que é importante colocar isso
1512 em pauta, quais são as famílias do CadÚnico mesmo que a gente estabeleça critérios, em
1513 um futuro, nós precisamos ampliar isso, é o melhor critério que nós temos hoje, mas não
1514 necessariamente é o essencial, então me chama atenção em algumas falas, a gente que é
1515 trabalhador do município, a gente lida com essas famílias diariamente, hoje estou
1516 afastada, inclusive, é algo que nós, pessoas envolvidas, a gente entra na casa das famílias
1517 e conhecemos a realidade, e nós sabemos, um exemplo de um caso que eu compartilhei
1518 com o Isaque, tem uma família que eu acompanhava no CRAS, a família passava a renda
1519 em 18 centavos per capita, ela continua sendo família que é acompanhada pelo CRAS,
1520 continua sendo uma família que está em situação de vulnerabilidade social, continua
1521 sendo uma família de perfil para atendimento na política de assistência social, dentro dos
1522 nossos serviços, o CRAS precisa funcionar além disso, tem seus critérios, entendo como
1523 um avanço, mas quando a gente pensa que essas são nossas famílias prioritárias, estamos
1524 colocando o CRAS como esse lugar de... não estou falando que você disse, estou falando
1525 do entendimento desse município que está recebendo uma quantidade em relação as
1526 famílias que tenha esse financiamento, por conta de ser meio salário per capita, estou
1527 tentando ampliar o assunto, precisamos problematizar isso, nós temos um total de idoso,
1528 que é o nosso público prioritário do serviço de assistência social, e que as vezes, vai ter
1529 duas aposentadorias, mas está em situação de isolamento social, e muitas vezes vai para
1530 em uma ILPI porque fragilizou os vínculos com a família e não foi trabalhado na base,
1531 nós temos serviços de atenção de atendimento as mulheres de situação de violência, eu
1532 trabalhei durante um ano, a grande maioria das mulheres que eu estava acompanhando
1533 não tinham o perfil CadÚnico, não estou falando com vocês que eu não entendo esse
1534 critério, estou falando em quando a gente acha que é justiça, nós estamos minimizando o
1535 que fazemos na política de assistência social, a política é para todos que necessitam, nós
1536 fazemos muito mais do que atender as famílias que tem a renda de meio salário per capita,
1537 eu quero frisar mais uma vez, não é uma crítica do que está sendo executado, é para que
1538 a gente entenda como algo que pode ser, precisa ser pensado ao além, nossa política é
1539 nova, não temos financiamento, se a gente entra nesse rumo de "está certo desse jeito",
1540 estamos fechando os olhos para o que é a realidade no nosso país e estado. **Lais, CMAS**
1541 **Ipatinga:** Vou fazer um coro no que a Jennifer fala, a política de assistência é uma política
1542 que é de quem dela necessita, já tem muito tempo que deixamos de focar apenas na
1543 questão de renda, hoje eu entendo o instrumento do cadastro único, é um instrumento que
1544 foca na renda, só que esse critério quando discutido, ele chegou da CIB falando do piso
1545 mineiro, que seria transferido através do cadastro único, então eu acho que precisamos
1546 pensar, hoje trabalhamos com vínculos familiares muito fragilizados, tanto na proteção
1547 básica, quanto na média, e principalmente na especial, então a gente precisa estudar,
1548 entender melhor, a Jennifer não faz crítica, mas eu faço críticas, trabalhei dez anos na
1549 ponta, diariamente, atendendo usuário, então a demanda é grande, os vínculos familiares

1550 fragilizados, as vezes não é questão de renda, e sim de vínculos, quando o município não
1551 repassa, quando o município não tem recurso repassado porque o cadastro único está
1552 irregular, eu sei quem tem isso, sei que tem que ser olhado, mas não é justo com as
1553 famílias que atendemos, não é justo com os trabalhadores, então no próximo momento
1554 isso poderia ser revisto, uma outra forma de repassar o recurso, que não seja baseado
1555 apenas no cadastro único, entendendo que o cadastro único vem do governo federal, tem
1556 o critério do governo federal, mas a gente precisa criar outros mecanismos de repassar
1557 esse recurso. **Nelson , Sedese:** Eu entendo tudo que a Jennifer e Lais estão falando, e eu
1558 quero reafirmar que eu vim da ponta, eu atendia essas pessoas, hoje não estou atendendo
1559 porque estou aqui, atendi muitas vezes, e entendo quando você fala essa diferença de 18
1560 centavos, a gente compreende isso, e não estamos falando que o critério do piso vai
1561 excluir as outras pessoas do atendimento, o critério apresenta para nós uma focalização,
1562 os municípios que tem uma concentração maior de pobreza, isso todos vão concordar,
1563 que a situação da renda não é o único fator, mas ela é um fator muito importante nessas
1564 nossas análises, é que quando a gente olha para municípios que tem um número
1565 proporcionalmente maior de famílias pobres, ou com baixa renda, tem os três critérios,
1566 são municípios que vivenciam maiores dificuldades, eu estou falando, inclusive, em uma
1567 análise que eu faço hoje, eu vim do sul de Minas, e hoje eu conheço o norte, e as situações
1568 de pobreza são muito diferentes, se olhar para a base do cadastro único, esse mapa não
1569 está na apresentação, mas ele estava na apresentação que fizemos para definir os critérios,
1570 tem proporcionalmente, a população mais pobre está em um território do nosso estado, e
1571 isso indica muitas outras situações de vulnerabilidade, eu acho que, o que precisa ficar
1572 claro, não estamos excluindo atendimento de nenhuma outra pessoa, a base do cadastro
1573 único está focalizando em territórios de situação de pobreza, olhar para territórios que
1574 possuem uma situação de vulnerabilidade maior, além disso, com o que apresentamos de
1575 dados, são 34 municípios que tiveram, que podem ter alguma redução, todos os outros
1576 tiveram aumento, são 34 que podem ter uma redução, e nestes 34 municípios, tem alguns
1577 que podem ter uma redução de 3 reais, e a gente quer atuar com esses 34, inclusive para
1578 entender esse fenômeno, o porque esse município tem um número maior de famílias de
1579 baixa renda, para a gente entender, como a gente vai atuar nesse sentido, queremos
1580 compreender esse fenômeno, gostaria de frisar na fala de vocês, que a renda não é o único
1581 critério, mas é um fator muito importante para olharmos na hora de direcionar esforços
1582 nas famílias que acessam a assistência social.

1583 **Fernanda, CMAS de campanha:** Vou expor uma questão que é bem conhecida, eu
1584 conheço de frente, lido quase todos os dias, as mães da neuro diversidade, a maioria
1585 recebe o BPC, e o BPC entra nessa questão de renda, e para receber o BPC, ela não pode
1586 ter nenhuma outra renda, mas geralmente essas mães, uma eu conheço, tem três filhos
1587 que tem problema, então ela tem gastos com medicamento, com fisioterapeuta, com várias
1588 coisas, ainda paga aluguel, luz, água, e vocês acham que o BPC vai cobrir isso? E ela não
1589 vai entrar nessa questão, ela poderia ter uma cesta básica que vem do piso mineiro para
1590 ajudar, mas ela não entra. Eu acho que, realmente, essa questão... no bolsa família também
1591 não entra por causa do BPC, então eu acho que tinha que ser revisto essa questão, esses
1592 valores, tem pessoas que realmente necessitam e estão ficando de fora. **João Paulo,**
1593 **Sedese:** Vamos lá, estamos discutindo o que é importante, mas são coisas diferentes, nós
1594 não estamos falando que piso mineiro é para gastar com famílias de baixa renda do
1595 cadastro único, o que eu falei é que, critério para cálculo, é uma formula matemática para

1596 o cálculo da parcela que o município vai receber, isso é uma coisa "cadastro único não é
1597 adequado, vamos pensar em outros", quais outros? Devemos discutir sobre isso, expandir,
1598 olha quantas vezes mudou o critério, antes era a família inteira, depois meio salário, agora
1599 meio salário per capita atualizado, isso a gente precisa aprimorar sempre, até porque, as
1600 realidades mudam, as situações de pobreza mudam, tudo bem, vocês estão falando de
1601 atendimento, essa é outra discussão, estou falando da formula, e quando eu falei que eu
1602 concordo, qual seria o outro? Vamos pensar em atendimentos, a gente vai pegar qual base
1603 de dados? RMA? Eu trabalho com base do RMA, ela é muito pior que a base do cadastro
1604 único, se aqui estávamos em distorção, no RMA então... município que tem 3 mil
1605 habitantes falam que fizeram 7 mil atendimentos, quando eu falo do critério, eu falo da
1606 formula matemática do cálculo do piso, não estou falando que estamos excluindo famílias
1607 de cálculo, não estou falando que o recurso que o município recebe... tanto é que, como
1608 a Mariana colocou, o recurso é aberto, o município pactua em qual serviço ele vai
1609 executar, o município vai determinar isso, o que eu falei do critério é a formula
1610 matemática para cálculo da parcela, e aí as discussões além disso, o que nós vamos por
1611 nessa formula matemática? Vamos discutir, eu ainda acho que a do cadastro único é a
1612 nossa fonte que mais representa essa realidade da vulnerabilidade, não estou falando que
1613 todos que passam por essa situação estão no cadastro único, porque não estão, tem muita
1614 família que deveria estar ai, é o que falei da qualificação da base, tem muitas pessoas que
1615 estão lá por um programa social que não é relacionado a renda, normalmente são esses,
1616 não falei que não deveria ter ninguém acima de meio salário mínimo per capita, tem
1617 outros programas sociais e políticas públicas que utilizam dessa base, essa é uma
1618 ferramenta de trabalho que está além do SUAS, várias outras políticas usam, é uma base
1619 que é muito importante para nós, uma ferramenta de trabalho sensacional para nós, o que
1620 precisamos fazer é qualifica-la, com relação ao cálculo do piso, a formula matemática,
1621 vamos discutir, mas eu não falei que não estamos atendemos pessoas, que o recurso não
1622 é para isso, é pouco? Vamos aumentar, vamos utilizar outros critérios, por exemplo, o
1623 porte, o governo federal utilizou lá atrás para compactuar parcela de PAIF por exemplo,
1624 porte populacional, eu acho que é muito pior, porque você tem municípios que tem 5 mil
1625 habitantes, mas que tem 10% na base, porque o município tem uma condição melhor,
1626 mais renda, tem municípios que tem 80% na base, aí os dois vão receber a mesma parcela?
1627 Então eu acho que para o nosso público e para a natureza da nossa política, não é
1628 adequado, então a gente tem que pensar no critério, eu concordo, acho que devemos
1629 discutir, abrir discussão, na próxima avaliação, a gente aprofundar nisso, fazer um critério
1630 mais completo, que tragam outras variáveis, mas o que falei é a formula matemática de
1631 cálculo da parcela. **Mariana , Sedese:** Eu acho que um pouco... as vezes repetir ou falar
1632 de forma diferente o que está sendo dito, não estamos falando de critérios para benefícios
1633 individuais das famílias, acho que isso está claro, estamos falando de critério de partilha
1634 de recurso para fundo municipal, é diferente, então essas situações que vocês trazem, que
1635 tem beneficiários que são excluídos de atendimentos ou benefícios, igual a gente tem o
1636 caso do BPC bolsa família, eu lembro de, inclusive, a defensoria pública propõe muitas
1637 ações para acesso de benefícios, BPC bolsa família, de pessoas que procuram a defensoria
1638 pública pedindo apoio para receber benefício, uma vez a gente teve a defensora pública
1639 geral de Minas, chamou a gente para uma reunião, não me lembro se o Nelson estava na
1640 equipe, ela trouxe o caso específico de uma família, essa família ficou de fora do benefício
1641 por conta de um exemplo desses, era 18 centavos acima, e o que a gente falou para a
1642 defensora pública, ela falou assim "a gente só está mostrando para ela como a lei é

1643 aplicada", o benefício é concedido em cima de um critério objetivo que está na lei, ela
1644 estava acionando o estado, e a gente falou assim "a gente como estado não tem condição
1645 de interferir na base junto ao governo federal para que essa família venha receber o
1646 benefício que não está recebendo, e a gente não tem como alterar", a única forma é se ela
1647 tem comprovante de renda, hoje os benefícios, a gente tem sistemas que fazem
1648 cruzamento de dados, os dados do governo federal tem cruzamento, exatamente para fazer
1649 averiguação de pessoas que estão acima da renda, e o acima da renda pode ser um centavo,
1650 se estiver acima, ele vai perder, não é isso que estamos falando, mas é fato que isso
1651 acontece, a gente entende, mas por outro lado estamos falando que para fazer divisão de
1652 dinheiro, divisão de recurso público, critério de partilha tem que ser exato e objetivo,
1653 como diz o João, precisamos ter um cálculo, ele é matemático, ele vai ter um corte, e a
1654 gente não tem hoje outros mecanismos tão seguros ou confiáveis, e que abrangem tantas
1655 pessoas como a base do cadastro único, esse é um ponto, estamos falando de duas coisas,
1656 uma coisa é o atendimento, a outra coisa é que a assistência social tem que focar e atender
1657 quem precisa, independentemente da renda, isso estamos falando o tempo todo, mas como
1658 a gente traz estratégias de focalização, a gente está falando que a gente tem que ter uma
1659 estratégia para enfrentar um problema nosso, e muito comum com a saúde, a gente tem
1660 muito mais demanda do que capacidade de atendimento, então temos que pensar em uma
1661 estratégia para melhorar o atendimento, a estratégia que estamos estudando, a gente não
1662 tem resposta pronta para tudo, mas uma estratégia interessante é a focalização, com ela,
1663 a gente vai ter que estabelecer prioridades, estabelecendo prioridades, a gente vai ter
1664 resultados melhores, é a estratégia que a gente tem discutido, que a gente tem avaliado e
1665 aprofundado hoje, não é a única, não estamos fechados para nenhuma, se a gente pensar
1666 e quebrar a cabeça em outra estratégia, eu acho ótimo, o piso não é o nosso único
1667 Cofinanciamento, por isso estamos fazendo o Cofinanciamento de CREAS municipal
1668 separado, porque a gente não está querendo dizer que se a gente aumentar o piso, é para
1669 pegar o piso e implantar CREAS, não, estamos deixando o piso para a gestão municipal
1670 definir a sua prioridade, mas paralelo a isso, estamos fazendo um esforço para a
1671 implantação de CREAS municipal com Cofinanciamento do estado, além de tentar a
1672 ampliação dos Cofinanciamentos federais. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de**
1673 **Claudio:** Minha fala é muito no sentido que a Jennifer trouxe, até da gente ampliar as
1674 nossas lentes nessa discussão, a partir do entendimento, das falas, da necessidade de ser
1675 algo objetivo e duro para fazer o cálculo, eu volto nos processos conferenciais, onde a
1676 gente traz essas demandas, usuários, trabalhadores, dessa questão das pessoas que ficam
1677 fora, a gente fala tanto de vulnerabilidade, a gente fala tanto daqueles sujeitos que ficam
1678 a margem, e a gente tem que pensar nisso, o quanto a gente precisa ter o exercício, é
1679 complexo e difícil, de aprimorar essas bases, esses sentidos, por 1 centavo a pessoa não
1680 consegue, mas de alguma forma ela ainda é vulnerável, ainda precisa do serviço, e a gente
1681 entende que essa base do cálculo ela não impede esse atendimento de maneira alguma,
1682 conversando com outros conselheiros, a gente também nessa disputa de uma política
1683 desfinanciada, uma política que a gente escuta de orçamento, a gente quer pegar qualquer
1684 coisa a qualquer custo para atingir o máximo de pessoas possíveis, a gente fica pensando
1685 "a gente também quer pensar em uma base para esse cálculo que seja o mais abrangente
1686 possível", mas a gente tem esse limite que é a legalidade, o que está posto no critério, é
1687 um centavo, mas o que a gente pode aprimorar nesse sentido, o que a gente pode avançar
1688 para que essas pessoas que ainda estão nessa prerrogativa de precisarem do atendimento
1689 estejam na base do cálculo, não compreendendo que já exista uma exclusão, mas é

1690 entender dessa visibilidade dessas pessoas na base do cálculo objetivo, se não a gente fala
1691 de processos, a chegada desse recurso, por mais que esses valores seja muito significativa,
1692 tem a possibilidade de ser aplicado assim, ainda não será suficiente porque ainda tem um
1693 contingente de pessoas que a gente tem uma dificuldade de identificar quem são, que não
1694 estão dentro desses critérios, que não vão chegar nesse lugar estratégico, que é a base, o
1695 objetivo desse cálculo que vai conseguir de alguma maneira, se elas conseguirem ser
1696 incluídas, ser maior, porque é isso que estamos dizendo, é ampliação, por mais que nunca
1697 vai ser suficiente, mas acho que a gente não tem que se apegar nisso, mas eu acho
1698 importante, é trazer essas pessoas que estão nesse processo de invisibilidade dentro dessas
1699 coisas que já são consolidadas de vários processos, mas pensar que, se a única base que a
1700 gente tem qualificada é essa, vamos pensar a discussão de outras bases, mas como a gente
1701 vai fazer isso no sentido de acolher esses sujeitos que não estão aparecendo, as vezes por
1702 conta de um centavo, mas ainda na ponta vão precisar, vão ser atendidos, todos nós
1703 compreendemos isso, mas justamente, o critério que diz do recurso, então é dinheiro, é
1704 possibilidade de você avançar e qualificar o atendimento e o serviço, entre outras coisas,
1705 que são inerentes a isso e para essas pessoas. **Ludmila, CREAS:** Eu concordo com tudo
1706 que a Jennifer e a Lais falaram, mas eu vou fazer uma fala, saindo um pouco da questão
1707 do piso mineiro, mas dentro dessa situação do ProCad, da averiguação cadastral, a questão
1708 dos trabalhadores, eu ainda sinto falta de discutirmos nesse conselho essas ações de
1709 averiguação cadastral que estão chegando nos municípios, entro do ProCad, dentro da
1710 qualificação da base de dados que o João trouxe, tem chegado de uma forma muito... um
1711 volume muito alto de averiguação cadastral nos municípios, isso foi citado em alguma
1712 plenária, mas não foi debatido, não foi trazido elementos para conseguirmos, inclusive,
1713 fazer uma manifestação, um posicionamento desse conselho em relação a essas ações,
1714 isso impacta no ponto, o usuário e o trabalhador, o usuário porque estão sendo colocados
1715 em situação constrangedora, de muitas vezes, ter que comprovar uma necessidade através
1716 de visita, que hoje é auto declaratória, o cadastro único, mas para continuar recebendo
1717 esse benefício, ele tem que receber uma visita domiciliar, então ele deixa de ser auto
1718 declaratório a partir desse ponto, e os trabalhadores, essa equipe mínima, que já são
1719 mínimas dos equipamentos, que estão recebendo esse volume alto de denúncias de
1720 famílias que serão reavaliadas em relação a benefício com visita domiciliar, e fala-se "mas
1721 isso não é função do CRAS e CREAS, é função do cadastro único, ProCad", mas os
1722 ProCads dos municípios não tem equipe para isso, se o CRAS e o CREAS se recusam a
1723 fazer, estamos prejudicando o usuário, se nós fazemos, estamos nos prejudicando,
1724 enquanto equipes que já são mínimas estão estranguladas de demanda, aproveitando essa
1725 questão do piso mineiro, alguma plenária, a SEDESE conseguisse trazer mais elementos
1726 para nós sobre essas ações de averiguação, sobre como isso tem se apresentado, qual a
1727 orientação real, e como o conselho estadual vai se manifestar em relação aos municípios,
1728 precisa fazer uma nota, uma orientação, algo tem que ser dito, porque os municípios estão
1729 recebendo essa demanda em alto volume, os trabalhadores e os usuários estão sendo
1730 estrangulados por essa demanda. **Jennifer, PSIND:** Colaborando com o que a Ludmila
1731 está trazendo, inclusive temos um direcionamento do ministério sobre essas averiguações,
1732 e nós nos preocupamos muito, a gente começou esse dialogo nos fóruns, que é um
1733 formulário do TCU, algo de um questionário de ir ali e constatar algo, e que está
1734 totalmente fora da nossa função enquanto equipe técnica, do tribunal de contas, uma
1735 obrigação que é repassada para essa equipe técnica dentro do SUAS, algo que é muito
1736 problemático, concordo que a gente precisa fazer essa discussão, sobre o ponto, eu

1737 compreendo que aqui é o lugar da gente discutir, ampliar e questionar, até pontos da lei,
1738 que as vezes a gente compreender que está prejudicando nossos usuários e nossos
1739 trabalhadores do estado, esse é o lugar para nós questionarmos cada ponto de critério, se
1740 a gente entender que esses critérios são sim excludentes e problemáticos, está bom,
1741 chegamos nesse ponto do critério que temos agora, mas acho que a gente precisa
1742 compreender do porque a sociedade civil insiste falar sobre não estar ideal, e mesmo se
1743 for lei, mesmo se estivermos cumprindo uma lei, uma lei que foi equivocada, que
1744 prejudica nossa população, aqui é o lugar da gente discutir sobre isso, e avançar sobre o
1745 que podemos fazer a respeito, eu entendo o que você falou, João, não é questionamento a
1746 respeito de como está sendo aplicado esses critérios, mas quando o presidente fala que
1747 não exclui as famílias, eu tenho que discordar, eu fico pensando como isso chega no
1748 trabalhador da ponta, lembrando que sou trabalhadora da ponta, lembrando que
1749 acompanhamos esse processo, se vier uma fala de que essas famílias excedentes, que não
1750 acompanham o critério de renda, vamos supor que aquele município que recebeu seu
1751 treinamento, ele entende que essa família não tem que estar no cadastro único, estou
1752 falando do entendimento, do que chega para a gente na ponta, de que essa família que
1753 está sendo atendida no CREAS, que não atende critérios de renda, ela não tem que estar
1754 no CadÚnico, isso foi uma discussão que tivemos no município, uma ampla discussão,
1755 não tem que estar no CadÚnico porque não atende a esses critérios do perfil, e isso gera
1756 muitos problemas, muitas vezes, a grande parte que é financiada pelo município depende
1757 desse entendimento, de quem é família atendida pela assistente social, e a mesma
1758 discussão que nós fazemos em todos os lugares, o que a política de assistência social faz,
1759 o que o trabalhador, quem é usuário, nós temos que ficar discutindo com nosso prefeito,
1760 nosso secretário, que são pessoas que desconhecem a política, e aí vem esse critério, as
1761 vezes não foi falado que só pode ser cadastrado quem possui meio salário mínimo per
1762 capita, mas muitas vezes é isso que o município vai colocar como regra, e o município
1763 não vai financiar outros serviços, isso impacta diretamente nossa função, no que estamos
1764 fazendo, e sobre as funções que a secretaria nos coloca para fazer, eu acho sim que
1765 precisamos discutir isso, a gente precisa entender o que é possível nesse momento, o que
1766 não é o ideal, a gente precisa trazer essa discussão de quem são essas famílias
1767 acompanhadas, para que, até nas capacitações que foram feitas, isso não acabe excluindo
1768 as outras famílias do atendimento. **Roberta, Sedese:** Apenas retomando algumas
1769 questões, o João, Mariana e o Nelson falaram um pouco sobre o que vou dizer, eu queria
1770 retomar um pouco do conceito, o que é o piso mineiro, é o cofinanciamento estadual da
1771 política de assistência social, que abrange todos os municípios mineiros, 853 municípios,
1772 e qual é o objetivo desse Cofinanciamento, ele cofinancia serviços socioassistenciais e
1773 benefícios eventuais, conforme normativa, o município anualmente compactua com a
1774 gente um plano de serviços, onde ele indica quanto vai gastar, e aí o saldo do recurso é
1775 reprogramado para o ano seguinte, ele repactua isso conosco, é um ciclo, então ele vai
1776 utilizar o recurso para gestão do serviço socioassistencial, ele vai gastar para pagar o
1777 aluguel do imóvel que está o CRAS, onde tem oferta do PAIF, ele vai pagar os benefícios
1778 eventuais, ele vai gastar o recurso naquele serviço para o atendimento de toda e qualquer
1779 família que dele necessite, isso é um ponto, o piso mineiro é muito democrático nesse
1780 sentido, ele é abrangente, e dá autonomia para o gestor municipal para que ele possa
1781 identificar qual a sua demanda, então nós temos que, quando estamos falando do repasse
1782 do piso, nós não estamos excluindo ninguém disso, é o primeiro ponto, o segundo é, nós
1783 estamos falando de critério de partilha de recursos, quando a gente diz sobre orçamento

1784 público, a gente tem um bolo, hoje vivenciamos a Mariana cortando o bolo de aniversário,
1785 onde as parcelas eram pequenas para garantir que iria ser suficiente para todos, a gente
1786 precisava, não dava para aumentar o bolo, a grande questão é essa, sobrou bolo, vamos
1787 aumentar a nossa parte do bolo, isso é uma metáfora, mas é uma metáfora que faz muito
1788 sentido, porque quando a gente vai... o que nós temos, quando tivemos essa oportunidade
1789 de ampliação do piso, nós tínhamos um bolo posto, então nós íamos definir como
1790 distribuir esse bolo, esse bolo, nós temos várias formas de distribuir, o que nós sugerimos
1791 como gestor, que foi aprovado no conselho, como uma forma mais justa de distribuir o
1792 bolo, um bolo que vai ser comido por todos os convidados, todos que demandarem
1793 política de assistência social vai poder usar o recurso do piso, mas, o que a gente usou...
1794 o dinheiro do piso faz parte de um bolo de recursos que estão sendo disponibilizados, a
1795 grande questão é a seguinte, o que nós achamos que era a forma mais justa de fazer essa
1796 distribuição é priorizando, é uma forma de priorização de distribuição do recurso, porque
1797 é uma forma que diz mais sobre a demanda que nós temos na assistência social hoje na
1798 ponta, uma coisa é um critério de distribuição de recurso que nós pactuamos, é o que
1799 tecnicamente o que mais se aproximava, e estamos abertos, se encontrar critérios que,
1800 tecnicamente, se aproximem mais da demanda, de acordo com todos os nossos estudos,
1801 foi um critério que, tecnicamente, é o que mais se aproximava das demandas municipais
1802 para utilização de recursos, é um critério que possibilitou aumentarmos o valor mínimo,
1803 e queremos cada vez um bolo maior, quando falamos de ampliação de recursos na
1804 assistência, estamos falando da ampliação do recurso alocado, estamos brincado pela
1805 PEC, por vinculação, se a gente tiver um bolo grande, ninguém vai ficar cortando pedaços
1806 pequenos, então é isso, só para falar que estou usando uma metáfora, é uma metáfora para
1807 dizer para vocês, nós temos o piso, que vai ser utilizado nos municípios de acordo com
1808 todos aqueles que precisarem de serviços, e nós discutimos critérios de repasse, nós
1809 defendemos e pactuamos um critério que nós achamos que, tecnicamente, é o mais junto
1810 dentro dos limites orçamentários. **Erica, Sedese:** Boa metáfora, a minha contribuição,
1811 apesar de todos terem falado, não gosto de falar a mesma coisa, mas eu quero que vocês
1812 entendam uma coisa, os municípios já estão acostumados com recursos, eles tem várias
1813 fontes orçamentárias, o piso mineiro não é a única fonte, eles tem várias, cada fonte
1814 orçamentaria eles dividem para financiar a política de assistência, ela não é uma obrigação
1815 somente do estado, ela é da união e do próprio município, quando a gente tem o aumento
1816 do piso mineiro, a gente garante que os municípios evitem retirar recurso próprio das suas
1817 fontes, para investir em outras coisas que seriam fundamentais porque eles receberam o
1818 aumento do piso mineiro, não significa fazer cortes, deixar de atender, não significa
1819 entender que aquelas pessoas não fazem mais parte de um serviço financiado pelo piso
1820 mineiro, observem que o piso mineiro tem livre determinação pelos municípios, se eles
1821 quiserem comprar todo o valor, vai receber 5.000, se eles quiserem pegar esses 5 mil reais
1822 e comprar cesta-básica, eles vão comprar, mas se eles quiserem contratar uma equipe,
1823 eles vão contratar, são eles que decidem o que fazer com o recurso, isso não quer dizer
1824 que vai deixar de atender as pessoas que estão lá para serem atendidas, estamos falando
1825 de uma política de assistência social, estamos falando com profissionais acostumados
1826 com essas demandas, a gente sabe as vulnerabilidades, sabe que elas são além da renda,
1827 o que eu vim dizer é para ajudar a reforçar o entendimento de que os municípios ficam
1828 felizes com um orçamento maior, e que para isso, não significa corte de algo, significa
1829 ampliação. **Sandra, SINTBREF:** Nós estamos aqui porque o bolo não foi repartido, não
1830 houve distribuição de renda correta, o piso mineiro, eu penso que ele está correto, mas

1831 quando fala do piso, suscita, levanta dentro da gente, principalmente dos trabalhadores, o
1832 que está acontecendo na ponta, que vai além dessa questão da necessidade do piso, não
1833 está errado, a gente não tem um bolo suficiente, então a gente vai ter que criar critérios,
1834 estamos discutindo piso salarial, assistente social está na roda, quando o trabalhador está
1835 na ponta, o que está acontecendo? Adoecimento, um grande índice de adoecimento, eu
1836 tive oportunidade, a Mariana estava na CIT, quando lança a resolução do ProCad, fizemos
1837 extraordinária para voltar em fevereiro e colocar em vapor, lá estava escrito "pode
1838 contratar trabalhadores, pagar hora extra, não precisa ser trabalhador do CRAS", eu
1839 lembro que a Rosilene Rocha de BH falou sobre isso, os trabalhadores do CRAS estavam
1840 adoecendo de tanta demanda, e que tinha recursos previstos, não sei como está hoje, é
1841 uma questão que a gente volta no ponto do financiamento, de poucos recursos, de outras
1842 demandas, a necessidade e a vulnerabilidade não é só a renda, mas a renda é um dos
1843 pontos importantes, quando eu falei na comissão política "vamos sentar e lançar luzes
1844 para aprimorar essa política", quando você fala da questão do controle social, está
1845 precário, quando a gente fala do orçamento, vão discutindo e vamos continuar, mas
1846 expressa a angústia que o usuário está na ponta sofrendo, e o trabalhador adoecendo, vai
1847 contra o nosso código de ética da maioria das profissões, e a gente começa a entrar em
1848 contradição contra o próprio exercício profissional. **Simone, Coletivo Flores da**
1849 **Resistência:** Eu acho que a gente compreende o que está sendo dito, a gente precisa dizer
1850 isso para vocês que estão apresentando, fica até fácil para nós que estamos aqui, mas a
1851 gente traz esses pensamentos, essas concordâncias pensando lá fora, eu acredito que
1852 quando as nossas companheiras fazem o debate, não é no olhar da gente, a gente
1853 compreende, mas quando a gente vai apresentar, a gente está falando por outros, é sobre
1854 isso, entender que não está legal, os municípios gostam, tudo bem, eles podem entender,
1855 mas a gente está falando de pessoas que não entendem, o município entender é uma coisa,
1856 eu como usuária entender é outra, será que os usuários do município estão entendendo?
1857 Não estou falando só da gestão, que bom que a gestão está entendendo, porque se você
1858 me trouxesse que a gestão não está entendendo, eu ficaria preocupada, eu gosto muito de
1859 dizer, eu não tenho diploma, eu tenho história, é muito diferente, as vezes... é nesse lugar
1860 que a gente precisa dizer, eu acho que esse diálogo é muito importante, eu acredito que a
1861 sociedade civil e a minha pessoa, a gente não está no nosso viés, a gente está no viés de
1862 quem está lá fora, estamos falando da mulher do meu território, por conta de um real, ela
1863 fica fora, como eu explico para ela? A gente está falando de muitos territórios, do meu,
1864 Vila Cemig, é violentíssimo, quantos trabalhadores já precisaram sair escoltados, porque
1865 o usuário está no limite, ele não compreende que a culpa não é... em cima do trabalhador
1866 que está na ponta, tem gestões, e como você diz para uma mãe que está no fim da picada,
1867 a ponto de desistir, para sobreviver, a gente só é leoa em cima da necessidade de um filho,
1868 ela está fora desse critério? Então como a gente está preocupando com esse trabalhador,
1869 eu gosto muito de dizer, sempre me coloquei no lugar do trabalhador, da pessoa que está
1870 ali, ela tem um porque, e qual a segurança que o SUAS dá para esse trabalhador? Eu quero
1871 ter os meus benefícios garantidos, mas eu também quero que a equipe tenha a segurança
1872 total, eu gosto de dizer, as minhas técnicas do Vila Cemig, hoje elas fazem parte da minha
1873 família, muitas das vezes eu não vou no CRAS para pegar benefício nenhum, se torna
1874 uma particularidade nossa, tem agentes que vão para a boca de fumo e diz "não meche
1875 com as meninas do CRAS", a agente é segura, mas a gente não pode ficar assegurando, e
1876 ao mesmo tempo não ter essa seguridade, então a gente está compreendendo sim, a gente
1877 tem concordâncias em algumas coisas, e quando a gente discorda, é pensando lá fora, é

1878 pensando nesse impacto que está chegando lá fora, e qual a forma que a gente vai dar esse
1879 retorno e resposta para a comunidade. **Marcelo, OAB:** Primeiro, cumprimentar a
1880 Roberta, pela fala didática que ela fez sobre o piso mineiro e fatia do bolo, esclareceu
1881 para todos nós, e também diante de todas as falas que foram ditas aqui, que são pontuais
1882 e muito importantes, a conclusão que eu chego da importância desse grupo gestor do
1883 FEM, porque é através dele que nós vamos conseguir ampliação de recurso, eu acho que,
1884 não só os representantes do CEAS, mas o representantes da SEDESE que lá estarão, terão
1885 um compromisso muito grande de fazer avançar esses recursos para a assistência social,
1886 tentar convencer as outras políticas que lá estarão do nosso papel e da importância que
1887 nós temos. **Nelson, Sedese:** É importante todas as discussões que a gente teve, para a
1888 gente poder esclarecer, é isso, mais uma vez, o que é o piso, porque a gente pensou nessa
1889 lógica de priorização, é uma discussão importante, a nossa proposta de pauta era
1890 exatamente essa, a gente discutir e aprimorar, e também apresentar para o conselho qual
1891 é a intenção da Sedese no acompanhamento desses municípios que tiveram nessa primeira
1892 análise, um possível impacto negativo do valor, não se efetiva porque a gente garantiu
1893 isso na resolução, não vai ter nenhuma diminuição de valor, mas para a gente atender, e
1894 de que forma vamos atender esses municípios, analisar essas bases de dados, além disso,
1895 eu coloquei um encaminhamento importante que a Ludmila faz, da gente discutir o
1896 processo de averiguação, revisão cadastral, eu já anotei como encaminhamento para a
1897 gente, enquanto Sedese, propor em algum momento essa discussão no conselho. **Lais,**
1898 **CMAS Ipatinga:** Não, é porque dentro do que a Ludmila falou, eu acho que tem que se
1899 estudar a estrutura do cadastro único, porque o cadastro único faz vários levantamentos,
1900 levanta vários indícios da família, mas isso não é levado em consideração, o que faz com
1901 que as famílias criem estratégias para receber o benefício, então eu acho que vale a pena
1902 a gente começar a estudar aqui sobre a estrutura do cadastro único, eu sei que é um
1903 instrumento do governo federal, mas eu acho que vale a pena a gente estudar, ver, o que
1904 é possível fazer. **Nelson, Sedese:** É isso, incluir outras análises para além do processo de
1905 averiguação e revisão, na sua fala você já traz, o cadastro único tem uma delimitação e
1906 um direcionamento por parte do governo federal, a regulamentação dele compete ao
1907 governo federal, que não impede que a gente estude e debruce sobre ele, tenha
1908 entendimentos, inclusive encaminhe para o conselho nacional provocar o ministério com
1909 uma possível indicação de mudança.

1910 **João, UNAPIR:** Estou substituindo o Carlos, eu fiquei esse tempo todo ouvindo, achei
1911 em alguma hora que nós cansamos de ouvir a mesma história e a mesma coisa, há quatro
1912 anos eu estava nesse conselho, era titular, e não faltei uma reunião durante quatro anos,
1913 eu sempre disse, vocês discutem coisas muito difíceis para o povo entender, alguém falou
1914 sobre a questão do entendimento de quem está lá fora, as vezes a gente tem dificuldade
1915 de entender isso, gostaria de trazer algo, por exemplo, estou falando por mim, na hora do
1916 almoço minha esposa me ligou e falou que minha tia faleceu, eu sai de casa, chego aqui,
1917 estou ouvindo a mesma coisa de quatro anos atrás quando cheguei nesse conselho, o
1918 conselho parece não ser resolutivo, a gente discute, expande, faz a expansão do assunto,
1919 e a gente não consegue chegar a um final, fico muito triste, por exemplo, minha tia ficou
1920 um tempo, fez esse cadastro único, ficou o tempo todo procurando a assistência social do
1921 município, muito difícil atender, eu acho que isso sim é que nós devemos fazer, o
1922 conselho estadual tem essa prerrogativa, tem que chamar os gestores e falar "precisamos
1923 ter resolutividade", não adianta discutir o mesmo assunto o dia inteiro, e a gente não ver

1924 resolução, minha tia estava bem, e vou voltar com ela morta, chato, e a gente chegar aqui
1925 e ficar ouvindo a mesma coisa o tempo todo, eu falo porque quatro anos eu discuti questão
1926 de financiamento nesse conselho, eu era da comissão de finanças, fiquei quatro anos
1927 discutindo, e eu não consegui sair daqui e aprender, eu como conselheiro, aprender a falar
1928 o que era orçamento, o que era finança do conselho estadual, eu quero pedir vocês, vamos
1929 ser mais resolutivos, o conselho precisa ser resolutivo nas suas ações, se não a gente vem
1930 aqui, desiste e não volta mais, olha, eu sou um companheiro que estou aqui há quatro
1931 anos, estou voltando para assumir o lugar de Carla, e parece que não mudou nada, gostaria
1932 de que todos nós pensarmos nas pessoas que estão lá fora, não adianta discutir um assunto
1933 aqui, e as pessoas lá fora continuarem morrendo, a gente tem que pensar no próximo, as
1934 nossas ações no conselho elas impactam na violência doméstica, na violência sexual,
1935 violência de casa, ela impacta em tudo, essas ações do conselho vão fazer com que
1936 cheguem na ponta, eu fui em uma parte de Minas no mês passado, estávamos discutindo
1937 saúde, e a primeira ação que eu vi projetado era a questão do piso mineiro, e eu pensei "o
1938 que o piso mineiro tem a ver com a saúde?", quer dizer, os prefeitos não estão ligando
1939 para isso, eles não sabem diferenciar uma coisa da outra, e quem sofre é o povo, então
1940 não adianta a gente ter a formação, discutir tudo, mas não sair daqui, estou sendo honesto,
1941 quatro anos e eu não vi as ações do conselho estadual chegar na ponta no interior, e olha
1942 que eu rodei as regiões mais pobres, no semiárido mineiro, a gente vê a situação que as
1943 pessoas estão passando, eu gostaria de pedir isso, a gente pensar nas pessoas que estão lá
1944 fora, eles sim, precisam da assistência social, necessitam da saúde, é duro você vir aqui e
1945 ficar o dia inteiro, e as vezes, na hora que estamos discutindo e falando do mesmo assunto,
1946 é fácil estar aqui e falar isso, duro é você vir e saber que tem um familiar doente,
1947 precisando da assistência, e a assistência não chegou lá, vou voltar e ter que enterrar
1948 minha tia, vamos pensar no próximo. **Nelson, Sedese:** Primeiro, externar meus
1949 sentimentos e de todos os outros conselheiros pela situação que você trouxe, todos fiquem
1950 sensibilizados, inclusive com sua fala, e da importância, de fato, da gente discutir, e o que
1951 a gente traz para essa mesa não ficar somente aqui, a gente ter encaminhamentos efetivos,
1952 que vão chegar nos conselhos municipais, neste conselho, é a primeira plenária que você
1953 está participando, nessa composição, a gente tem discutido muito isso, a gente tem
1954 pensando em proporcionar reuniões no território, em momentos trimestrais com os
1955 conselhos municipais para fortalecer os próprios, então acho que temos... a sua fala
1956 reforça essa nossa necessidade, eu acho que deste ponto, além de todas as discussões, é
1957 isso, a gente tirou alguns encaminhamentos, para reforçar que a Sedese traga uma
1958 proposta de discussão a respeito do cadastro único. Compreendessem o que a gente estava
1959 fazendo. Foi um compromisso que a gente fez na última plenária. E a gente vai manter o
1960 conselho informado desse processo. À medida que a gente for caminhando com ele, com
1961 o que a gente estabeleceu ali enquanto cronograma, a gente vai manter conselho e CIB
1962 informados desse processo. A gente pode, então, para o próximo ponto de pauta. A gente
1963 tem mais alguma consideração? O próximo ponto é a comissão organizadora do processo.
1964 Então, só corrigindo no encaminhamento, gente, que, lá na Diretoria de Gestão do
1965 Cadastro Único, apresentar e discutir junto com o Conselho o processo de revisão,
1966 averiguação cadastral e acho que a Laís trouxe também como um elemento uma análise
1967 do Instrumento Cadastro Único. Encaminhamento. A SEDESE e a Subas deverão
1968 apresentar ao CEAS, a Letícia ainda lembrou. A gente deve passar isso primeiro pela
1969 comissão de política. Certo, gente? Vocês querem votar o encaminhamento, todos pela
1970 aprovação do encaminhamento? Reprovação? Abstencões? Então, encaminhamento

1971 aprovado. Aí eu vou passar a palavra para o próximo ponto de pauta, é sobre o processo
1972 eleitoral de vacância do CMAS, então, para a equipe que está coordenando esse processo.
1973 **Laís, CMAS Ipatinga-MG:** Sobre o processo eleitoral do CMAS, nós tivemos sete
1974 candidatos e quatro aptos para participar desse processo eleitoral. Querem que eu fale o
1975 nome dos que vão concorrer? Sim. Ribeirão das Neves, Coronel Fabriciano, Teófilo Otoni
1976 e Poços de Caldas. Vão ser votantes Ribeirão das Neves, Coronel Fabriciano,
1977 Malacacheta, Teófilo Otoni e Contagem. Tivemos três indeferidos, Uberaba, Belo
1978 Horizonte e Contagem. Foi indeferido por causa da documentação, por falta de assinatura
1979 em atas e por causa da lei do município que fala sobre a composição, que a composição
1980 não é paritária. Nesse ponto, a gente gostaria de uma ajuda aqui da plenária. Por quê? A
1981 lei de contagem fala, dentro lá da composição do conselho, do cargo de um legislativo
1982 que está compondo o conselho. Só que isso, de acordo com a resolução 100, artigo 6º, é
1983 incompatível. Nós, da comissão, indeferimos por esse motivo. Mas a gente gostaria da
1984 plenária se manifestasse diante disso. A lei de Contagem fala do conselho, na parte do
1985 conselho, o conselheiro não é paritário. Tem metade governo, metade sociedade civil e
1986 uma pessoa do legislativo. Só que não fala onde essa pessoa do legislativo está. Ela é
1987 solta. É um ser supremo dentro do Conselho. Só que é incompatível de acordo com a
1988 resolução 100 no artigo 6º. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio-MG:** Nós
1989 indeferimos, mas a gente gostaria de trazer para a plenária, até conversando aqui com a
1990 conselheira Letícia, trazendo até uma experiência do meu município. Nos municípios está
1991 acontecendo com muita recorrência de, realmente, o legislativo faz uma emenda num
1992 projeto para criar o conselho e põe o representante dele lá, e até existem entendimentos
1993 já, é um entendimento até de São Paulo, a gente estava no processo de discutir o conselho
1994 LGBT de lá, a gente teve que ir com essa emenda, mas aí o prefeito vetou, não por conta
1995 dessa, mas por conta de outra. Mas assim, como já tem o entendimento da resolução. Mas
1996 é uma prática recorrente, fica o questionamento, porque se a gente pensar as prerrogativas
1997 do legislador, ele já tem a prerrogativa, enquanto vereador, enquanto legislador, de
1998 fiscalizar o Conselho. E aí a gente fica entendendo que, na maioria das vezes, o desenho
1999 que eles colocam é como um representante do governo. O representante legislativo entra
2000 na lista, já que o Conselho tem que ser paritário, dos representantes do governo. E a gente
2001 fica nessa dúvida. Por quê? Se há indicação de um vereador que não é de situação, é de
2002 oposição. O quanto a gente, enquanto sociedade civil, fica também precarizado nesse
2003 lugar. Mas aí fica uma questão para a gente avaliar, até para esse Conselho realmente
2004 fazer uma incidência nesse entendimento. Será que realmente o vereador tem que estar
2005 no Conselho Municipal? Porque realmente é quase uma duplicidade, porque ele já tem
2006 realmente a ação de legislar e de fiscalizar, e ele ainda tem uma cadeira no Conselho. E a
2007 representação dele não vai para a sociedade civil, vai para o governo. A gente perde
2008 representação e aí volta-se o questionamento fundamental da paridade e também da
2009 proporcionalidade. **Marcelo, OAB:** Eu quero iniciar já pela Constituição. Constituição
2010 da República, ela diz o seguinte, acho que é no artigo 3º, se não me falo a memória, que
2011 os poderes são harmônicos, porém independentes entre si. Se nós partirmos deste
2012 princípio, nós vamos entender que o Poder Legislativo é um poder diferente do poder
2013 Executivo e da Sociedade civil, é lógico, e do Judiciário, que são os três poderes. Então,
2014 se nós partimos deste princípio, poder legislativo não é governo. Poder legislativo não é
2015 poder executivo. Então, para mim, é muito tranquilo e muito claro que, dentro da
2016 paridade, se a lei que cria o Conselho fala de paridade entre governo e sociedade civil, no
2017 meu ponto de vista, poder legislativo não é governo. Ele é um poder independente,

2018 separado e é um poder de fiscalização com o objetivo único e principal, não único não,
2019 mas principal de fiscalizar. E ele, enquanto fiscalizador, ele ser membro de conselho é
2020 um tremendo equívoco e acho que o nosso Conselho Estadual tem que fazer uma
2021 fiscalização, encaminhar, sei lá de que forma; de como que esses conselhos municipais
2022 estão atuando, como que eles estão criando. Lembro no passado, quando aqui estive como
2023 conselheiro, nós visitamos todos os Conselhos, praticamente todos os conselhos que
2024 estavam com legislações equivocadas. E naquela época nós conseguimos resolver muitas
2025 questões referentes a esses Conselhos. E acho que merece, contagem merece, uma visita
2026 urgente do Conselho Estadual. **Laís, CMAS Ipatinga-MG:** Mas a gente vai encaminhar
2027 para a comissão de apoio esses três municípios para eles conversarem com os municípios
2028 e orientar. **Rosi, SEDESE:** O Marcelo já disse tudo também, mas muito antes da Lei 100,
2029 que tem essa questão do legislativo, por ser poder, ele tem essa independência, o Conselho
2030 é do poder executivo, ou seja, como que o executivo, o prefeito, vai indicar o legislativo?
2031 Essa indicação é feita na Câmara Municipal, ou seja, o Conselho é indicado pelo governo
2032 municipal e eleito pela sociedade civil. Nomeada pelo governo municipal, ou seja, essa
2033 questão da independência dos poderes já fere essa legislação. Por quê? Porque ele é
2034 indicado pelo prefeito, e nomeado pelo prefeito municipal. Então, isso, muito antes, está
2035 na LOAS. A LOAS fala, a representação do governo, é governo, do Conselho Municipal,
2036 é governo e sociedade civil. E isso tem acontecido muito. Contagem? A gente fez o
2037 atendimento à Contagem, a Ludmilla estava no atendimento, a gente conversou sobre essa
2038 questão da lei, entre outros assuntos, essa lei, a gente ficou horrorizada com essa questão.
2039 Não foi, Ludmilla? E aí, assim, a gente falou, gente, a gente precisa de fazer uma
2040 denúncia, porque o Conselho em pleno, nem regular funcionamento é condição para o
2041 município receber recurso. E isso está no artigo 30 da LOAS. É condição para o município
2042 receber recursos. O conselho está em pleno funcionamento, funcionamento regular. Ele
2043 não está com funcionamento regular. Então, a gente falou tudo isso lá no município. Aí
2044 eu estou perguntando para ela se não teve nenhum encaminhamento. Ela falou não. Mas
2045 isso está acontecendo muito. Inclusive, outro dia, a gente atendeu o município. Aliás, a
2046 gente atendeu o município? Não. Eu compartilhei com a Marcela até. O município... O
2047 vereador, eles não aceitam tirar eles da composição. E foi uma briga. E aí, na Câmara
2048 Municipal, a gente ouviu a sessão com toda a explicação. Teve uma nota técnica, nós
2049 fizemos nota técnica, nós mandamos nota técnica, a gente orientou, a gente teve reuniões
2050 com os vereadores, o presidente da Câmara Municipal. Eles fizeram a sessão. Aí, você
2051 quer que fizeram? Agora, em vez de um, a gente quer dois. Mandou! Mandou para a
2052 prefeitura que agora querem duas vagas no Conselho. Não, não é Contagem, é um outro
2053 município. É Conceição do Pará. E aí o que eles fizeram? Agora eles querem dois
2054 vereadores. Então eles mandaram para o governo a proposta não aprovar a lei se foi
2055 publicado, não aprovar a lei, porque queriam tirar eles do conselho e que agora eles não
2056 querem um mais, eles querem dois representantes do Legislativo. Então é só para vocês
2057 verem a situação. E assim, a gente viu a discussão na Câmara, sabe? É muito pesada e
2058 eles insistindo porque eles têm que aprovar a lei, gente. Aí eles não aprovam, reprovam a
2059 lei, infelizmente.

2060 **Isaac, CQRD:** Eu vou muito na linha dos que me antecederam. Também entendo, vou
2061 dizer além, entendo que é muito importante que haja uma parceria entre a Câmara de
2062 Vereadores e os conselhos. Os conselhos, antes, dependem dessa parceria e ela deve ser
2063 fomentada. Deve ser fomentada a participação dos vereadores sempre que o conselho

2064 precisar. Assim como nós sempre convidamos os deputados, convidamos a Assembleia
2065 quando a gente precisa. Então tem que ter esse diálogo. Agora, outra coisa é a Câmara ter
2066 cadeira lá. Então, nesse sentido, vou parabenizar a comissão, acho que apoio. E aí queria,
2067 também, acho bacana ter encaminhado para a Comissão de Apoio, acho que a gente
2068 precisa trabalhar esse assunto. Acho que, de repente, Flávio e os demais companheiros da
2069 Comissão, de repente, a gente até encaixa isso na capacitação que a gente está
2070 pretendendo para regionais. E aí, além do mais, Laís, eu queria entender um pouquinho
2071 por que um conselho que foi habilitado como candidato, ele não está como votante? É
2072 que ele não pleiteou? O que aconteceu que ele ficou fora? **Laís, CMAS Ipatinga-MG:**
2073 Ela não se candidatou para ser candidato. Contagem a documentação é diferente. A
2074 documentação que solicita para candidato é um, e a documentação para votante é outra.
2075 Aí, para votante, não solicita a lei. **Isac, CQVRD:** Não, a pergunta, Laís, é com relação
2076 a Poços de Caudas. Ele está acreditado como candidato, mas não como votante. **Laís,**
2077 **CMAS Ipatinga-MG:** Ah, não, ele não mandou a documentação da votante dele. É, a
2078 documentação é diferente, ele não mandou. **Marcelo, OAB:** Laís, você já disse e porque
2079 a apresentação de documentos é diferente, mas eu acho que conflita, porque se eu não
2080 posso ser candidato porque eu não tenho validade, como que eu posso ser votante? Está
2081 certo que a lei nossa dá essas condições, mas a gente deveria, talvez, lá atrás, ter pensado
2082 nisso. Porque se você não tem aptidão para ser candidato, muito menos votante. Bom,
2083 mas a minha fala é justamente sobre a impessoalidade. Porque na medida que a gente fala
2084 que nós vamos visitar Contagem, eu acho que o Conselho Estadual, ele primeiramente,
2085 ele tem que ter em suas mãos todas as leis dos municípios que estão irregulares; para a
2086 gente poder tomar uma medida geral, para a gente poder informar e cobrar de todos de
2087 uma forma igual. Porque na medida que a gente fala assim, nós vamos visitar Contagem,
2088 é porque Contagem apareceu. Mas aqui foi dito agora há pouco, por nossa colega da da
2089 SEDESE, que tem outros municípios que também agem dessa forma. Então, eu gostaria
2090 de fazer um encaminhamento para que o Conselho Estadual enviasse ofício para todos os
2091 conselhos municipais solicitando as leis de criação para a gente poder saber quais são os
2092 conselhos municipais que estão regulares, a não ser que a SEDESE já tenha isso. Se tiver,
2093 se tiver, adianta para nós, mas para que nós possamos, somente após a indicação desses
2094 conselhos irregulares, nós tomarmos as medidas necessárias. **Rose, SEDESE:** A gente
2095 tem trabalhado nessa questão de análise de leis de municípios, mas quando a gente
2096 identifica no censo suas a irregularidades, a não paridade. Então, assim, nós pegamos
2097 municípios que falam que não têm paridade, que têm uma composição, porque a gente
2098 consegue verificar isso no Censo, a questão da composição. No censo não, no CADSUAS,
2099 porque no Censo não fala direitinho a composição. Eu não sei, João, como que é, mas a
2100 gente identifica isso porque a gente pega a análise. A gente nem pega a lei do CAGED, a
2101 gente tem que pegar a lei do CAD e a gente tem que pegar o lei, identificar os municípios
2102 que informaram no CAGED não possuíam paridade, e aí a gente começa a trabalhar,
2103 porque a gente não consegue, vamos supor, pegar 853 leis para analisar, gente, não é fácil.
2104 Então, a gente vai elencando prioridades. Então a gente elenca prioridade, por exemplo,
2105 município que está irregular no CAD por que ele está irregular? Aí a gente vai lá verificar
2106 a lei dele. Município que informou nos censos suas, que a gente identificou alguma
2107 irregularidade, aí a gente vai nesse município, entendeu? E aí a gente pega essas leis e a
2108 gente tem identificado essas questões. Foi o caso de Contagem, foi o caso desse município
2109 que eu te disse para você, de Conceição do Pará. Eu acho que existem outros casos lá que
2110 a gente está olhando, mas alguns municípios já regularizaram, já fizeram lei dos suas. A

2111 gente já está mandando inserir essas leis no CAGEC. No CAGEC tem muita lei antiga.
2112 Para você ter ideia, o que nós fizemos? A diretoria de gestão, que eu sou responsável, nós
2113 pegamos todos os 853 municípios e olhamos lei por lei, para verificar qual município que
2114 tinha lei dos SUAS, qual município que o Conselho estava sem paridade. E aí a gente
2115 começou a trabalhar a partir daí. Só que a gente consegue trabalhar elencando prioridades.
2116 Então, é o que a gente tem feito. Então, quando a gente observa uma questão muito séria,
2117 a gente está atuando. Porque para pegar os 853 é complicado. **Mariana, SEDESE:** Eu
2118 acho que o que a Rosa está falando é o trabalho da diretoria de gestão do SUAS, que está
2119 dentro das competências, dentro da diretoria, de fazer esse trabalho de análise e aí ela faz
2120 com a base nos dados que a gente tem e vai fazendo prioridade. Mas eu queria dar uma
2121 sugestão, que eu acho importante, que o CEAS pode fazer um ofício com uma nota técnica
2122 ou uma orientação dentro do corpo do ofício, aí eu acho que é entender melhor, se faz
2123 uma nota técnica mais robusta, com mais conteúdo, faz um ofício com uma orientação
2124 sobre... E aí para os 853 municípios, que aí fica uma coisa mais pedagógica e pode ir para
2125 todo mundo, no sentido de que “Estamos orientando os municípios sobre a composição
2126 dos conselhos municipais, que deve ser dessa forma”, dar uma atualizada na Lei 100. Por
2127 que eu estou pensando nisso também? Na semana passada, na oficina que a gente
2128 participou com a diretoria do Edgilson lá do Ministério, a gente estava vendo que tem
2129 faltado, por parte do CNAS e do CEAS também, de modo geral, orientação para o CMAS.
2130 O CMAS não tem recebido, e a orientação de forma até mais periódica. Então, por
2131 exemplo, questão do vínculo suas, que era o tema da oficina, O CNAS, nem o CNAS nem
2132 o CEAS tem uma rotina, vamos dizer assim, anual de mandar ofícios orientativos para os
2133 conselhos municipais. E aí do mesmo jeito que muda a gestão aqui, muda lá também. E
2134 aí quem entra não sabe qual que é a regra correta para a inscrever a entidade, qual que é
2135 a regra correta de composição de conselho. Então, minha sugestão de encaminhamento,
2136 o CEAS enviar por meio de ofício para os 853 municípios uma nota orientativa sobre a
2137 composição dos conselhos e a atualização da legislação municipal. **João Paulo,**
2138 **SEDESE:** Não tem, nem no senso nem no caso de suas, campo para representação
2139 legislativa e vereador. Até porque não está previsto. Você não vai colocar no instrumental
2140 oficial algo que não é permitido pela lei. E aí tem no campo... governo outros. Até por
2141 isso que os vereadores entram na cota do governo. E, suposto, nós temos muitas
2142 informações sobre lei, sobre paridade, sobre composição. Inclusive, nós temos um
2143 indicador, nós temos o ID Conselho, que ele considera tudo isso. Então, se a gente pega
2144 o ID Conselho, por exemplo, ele é uma síntese dessas informações. Quando a gente fala,
2145 por exemplo, de composição, município que não tem paridade já está lá no nível 1, que é
2146 o mais baixo. Então, por exemplo, a gente pode utilizar o ID Conselho, que a gente tem
2147 de todos. É um dado já pronto. E a gente pode aprofundar em outros. No Censo, a gente
2148 tem várias questões sobre a lei. Do ano da lei, o ano da última atualização da lei, a
2149 composição, sei lá, paritária e proporcional. Então, assim, a gente tem muitos dados. E eu
2150 acho que, aí, sugestão de encaminhamento, que eu acho que vai acontecer, na verdade,
2151 no próximo ponto, isso está dentro de uma ação maior, que a gente até discutiu ontem na
2152 mesa diretora, que é pensar o nosso plano estratégico do controle social. Essa sugestão
2153 que a Mariana deu, eu acho que ela está dentro de um guarda-chuva maior, que é uma
2154 demanda, uma necessidade que a gente já identificou e já conversou aqui, da gente estar
2155 mais próximo dos municípios, dos CMAS, para orientar, para capacitar, para fiscalizar e
2156 notificar municípios que não têm paridade, como esses casos que têm vereador. Então, eu
2157 acho que assim, se apresenta como uma demanda urgente, a gente construir esse plano,

2158 esse cronograma de trabalho, esse plano de trabalho para com os conselhos municipais.
2159 A gente precisa dar esse passo na direção de... estar mais próximos desse CMAS para
2160 orientar, para capacitar, para fiscalizar também sim, para avaliar denúncias quando
2161 chegam, porque eu sei que chegam de o que a gente está falando aqui. Então acho que é
2162 bem importante a gente avançar nessa pauta, para a gente criar esse plano de trabalho para
2163 ter um cronograma de mandar e-mails ao município. Cadê suas leis? Manda aqui para a
2164 gente. Identificamos no censo que vocês estão com ID baixo nessa variável, vocês não
2165 têm paridade, então tem que ter. Então fazer esse cronograma de trabalho com essas
2166 notificações. **Luiz, ARMI:** Na verdade, o que a gente observa é que a assessoria jurídica
2167 do município é que encaminha para a casa legislativa toda a regra para a criação dos
2168 conselhos municipais. Então, manda para a Câmara de Vereadores para provar aquilo que
2169 eles entendem. Se o CEAS encaminha um modelo o modelinho lá, facilita muito o
2170 trabalho do procurador do município, da assessoria jurídica, ou em alguns municípios,
2171 assessoria até do próprio conselho. O que a gente observa é que, na verdade, eles fazem
2172 o que eles querem, principalmente em municípios pequenos. E na regional de Teófilo
2173 Otoni, naquelas mais de 40 cidades ali, eu vou te falar, a capacitação que aparece lá, de
2174 vez em quando, é de saúde. Então a gente não vê lá capacitação de assistência social, e
2175 como eu cheguei aqui na minha primeira reunião, e eu estou a Teófilo Otoni, isso é Teófilo
2176 Otoni, o Regional é o Teófilo Otoni, capacitação que aparece lá é capacitação de saúde,
2177 de assistência social acho que eu não vi nenhuma. Eu vim conhecer CEAS na Regional
2178 Teófilo Otoni para conferências estaduais e conferências nacionais. Então, se não chega
2179 demanda nenhuma para nós lá de CEAS, nada. Eu vim conhecer o CEAS aqui. Então, vai
2180 ter uma capacitação lá agora e eu quero estar lá para falar para os municípios. O CEAS
2181 existe. Estou lá, eu faço parte. A gente pode encaminhar o ofício, a gente pode solicitar
2182 informação. Enfim, acho que tem que orientar sim os conselhos municipais de
2183 assistências sociais. Mandar uma cartilha de preferência, de composição, tudo direitinho,
2184 porque senão vai mandar para a Câmara Municipal de Vereadores a lei de criação dos
2185 conselhos, a alteração da lei, da forma que eles entendem que seja melhor para a
2186 comunidade. **Flávio, CMAS Ipatinga-MG:** Pegando o gancho na fala do João Paulo, a
2187 Comissão de Apoio já tem trabalhado no que pode ser feito, que essas capacitações,
2188 inclusive vai ter a de Teófilo Otoni, vai ter a da Regional de São João Del Rey, estamos
2189 trabalhando na reunião com o CMAS de Minas, ontem a gente estaria pontuando, porque
2190 foi mandado um formulário para que os conselhos pudessem responder qual que seria as
2191 demandas sobre essas reuniões, para que a gente pudesse estar alinhando e até mesmo
2192 pegando a parceria das demais comissões para estar fazendo essa reunião junto aos
2193 conselhos, para sanar essas dúvidas, mas é aquilo que a gente volta a dizer, nós estamos
2194 falando de 853 municípios. Então é um trabalho que vai ter que ser gradativo e a gente
2195 não vai conseguir sanar isso de hoje para amanhã, vai ter que ser contínuo. Agora, é parte
2196 também daquele princípio que tem que ser feito algo para aproximar deles? Sim. Mas aí
2197 quais seriam essas propostas? Porque a gente já tem algumas. Porque mesmo se a gente
2198 utilizar cinco comissões, a gente não vai conseguir, pelo menos dentro desse mandato,
2199 alcançar todos esses municípios em capacitações e até mesmo em questões orçamentárias.
2200 Então, a comissão tem trabalhado, a Ana tem nos ajudado muito em relação a isso, tem
2201 feito os levantamentos, e é isso. Essa questão da paridade, tem município que a gente
2202 observou lá que tem o governo e tem trabalhadores somente, por exemplo, não conseguiu
2203 alcançar o usuário. Tem municípios pequenos que não têm entidades, então não vai ter a
2204 representatividade das entidades. Então, tem as particularidades também de cada

2205 município, e isso tem que ser levado em consideração. Agora, a questão do legislativo,
2206 isso aí está fora. Isso aí vale o que foi falado aqui mesmo. A gente fazer, como a Mariana
2207 propôs, fazer um manual de orientação e tudo, e está encaminhando para eles. para que
2208 eles possam estar ali, dentro da lei, dentro do que está certo, e eles conseguirem se
2209 adequarem ali. **Nelson, SEDESE:** O que era um informe virou mais um encaminhamento
2210 para nós. Eu acho que... a comissão de apoio dar atenção para estes municípios já que
2211 foram identificados com essa situação no processo eleitoral. E aí o que a gente colocou
2212 de encaminhamento ali também, que foi proposto pela Mariana, que é o CEAS
2213 encaminhar um ofício circular com nota técnica a respeito da lei de criação dos conselhos
2214 e da composição dos conselhos. O Marcelo fez uma indicação também de a gente fazer
2215 essa análise. Aí eu só queria propor que isso entrasse no plano de controle social, porque
2216 eu acho que é a próxima discussão, e aí, quando construir esse plano, eu acho que a gente
2217 vai ter margem para atuação com os conselhos, que é a proposta do plano. Estamos de
2218 acordo? Podemos, então, para a votação dos dois encaminhamentos? Pela aprovação?
2219 Reprovação? Abstenções? Estão aprovados os dois encaminhamentos. Aí, o nosso
2220 próximo ponto de pauta... **Laís, CMAS Ipatinga-MG:** Ô, Nelson, espera aí só um
2221 pouquinho. É porque eu estou na dúvida se a gente não precisa votar o nosso parecer. Por
2222 quê? Por ser uma coisa delicada? Aí eu fiquei preocupada com isso. **Nelson, SEDSE:**
2223 Não há um impedimento da votação. Acho que o Conselho concordou com o parecer da
2224 Comissão. Mas a gente pode votar. Então, gente, só para manter registrado, com relação
2225 ao parecer da inabilitação do município de Contagem, considerando a composição do
2226 Conselho. Então, pela Aprovação? Reprovações? Abstenções? Então, aprovado. **Ana**
2227 **Carolina, secretária executiva:** Eu só queria deixar só um lembrete aqui para vocês, um
2228 informe do que o Flávio falou. Na reunião passada da Comissão de Apoio, a gente colocou
2229 alguns temas para os conselhos municipais do que eles queriam ouvir do CEAS- MG e o
2230 formulário está aberto tem acho que 9 dias, somente 58 CMAS responderam, nenhum
2231 CMAS de representatividade desse conselho respondeu. Então, só isso, obrigada. **Nelson,**
2232 **SEDESE:** O próximo ponto é a revisão do plano de controle social. O João Paulo... Eu
2233 não sei, porque naquela primeira reunião apresentaram que a gente estava aprovado. Então
2234 dando continuidade ali, gente. A revisão do plano do controle social. A gente discutiu
2235 sobre ele na mesa diretora e a proposta é que a gente fizesse um grupo de trabalho para a
2236 revisão deste plano. A mesa diretora propôs que cada comissão indicasse um membro
2237 para compor esse grupo de trabalho. Então, gente, o ponto de pauta é esse. Tem alguma
2238 indicação? O João quer comentar sobre a proposta? Ele que trouxe a discussão. **João**
2239 **Paulo, SEDESE:** Não, a ideia, quando eu trouxe essa questão, é porque, assim, a gente...
2240 Na plenária passada, por exemplo, a Simone sempre tem trazido, junto com os demais
2241 representantes do usuário, a questão da centralidade da política no usuário, como isso a
2242 gente não consegue ver de forma concreta nas ações. E quando a gente para ver, de fato,
2243 é porque não há um plano, um planejamento estratégico. O plano, ele vem para isso, ele
2244 vem trazer um diagnóstico, que é o conhecimento da nossa realidade, e a partir daí, ações
2245 estratégicas para a gente chegar a um objetivo. Então, se a gente não tem um plano,
2246 significa que a gente não tem um diagnóstico, que a gente não tem um objetivo, que a
2247 gente não tem meta. Então a gente vai agindo de acordo com o que vai aparecendo. E isso
2248 acaba, assim, limitando o nosso alcance. Que é o que o colega João trouxe aqui, que tem
2249 quatro anos. Ele voltou e parece que ele está vindo naqueles quatro anos. Então, quando
2250 a gente constrói um plano estratégico, um plano de controle social, a gente está
2251 materializando esse nosso objetivo, essas nossas metas, e ali dentro a gente vai ter as

2252 deliberações da conferência, a gente vai ter dados para subsidiar esse formulário que a
2253 Comissão de Apoio está fazendo, então a gente vai conhecer essa realidade que a gente
2254 quer atuar, vai trazer essas prioridades que a gente tem de públicos, de serviços, de
2255 recursos. Então, o plano vem para materializar esse nosso objetivo, essa nossa meta.
2256 Então, eu trouxe na reunião da minha diretora a necessidade. Nós estamos no meio do
2257 ano, então a gente precisa, de alguma forma, avançar nisso, para nortear o nosso trabalho.
2258 Então a ideia é essa. E aí nós discutimos, e a ideia de trazer um membro de cada comissão
2259 é justamente para trazer esses vários olhares, essas várias contribuições de cada uma das
2260 comissões, para a gente saber o que cada uma está... está discutindo, e também para ela
2261 ser esse porta-voz nas pautas das reuniões de comissão, levar as demandas que a gente
2262 tem desse GT, para quem sabe, até o final do ano, a gente ter esse plano construído,
2263 aprovado, e aí para ele ter vigência a partir do ano que vem, por exemplo. Mas, enfim, aí
2264 é o GT que vai ter que terminar esse cronograma de trabalho. Mas aí a ideia é essa, é a
2265 gente montar um GT para que esse grupo de trabalho possa se debruçar em cima desse
2266 plano, construir uma proposta, trazer para a discussão, para a gente poder avançar e ter
2267 isso instrumentalizado. **Rosa, CMSSVP:** Ontem, realmente, na mesa diretora, nós
2268 sugerimos um membro de cada comissão para ser cinco pessoas. Só que a gente
2269 conversando aqui, são vários olhares. Então, a gente estava querendo propor dois
2270 membros de cada comissão. Se cada comissão já pudesse pensar um membro do governo
2271 e outro da sociedade civil para a gente estar indicando. Porque, como o João falou, isso
2272 já é urgente. Nós estamos vendo aí as demandas dos municípios. Nós não temos um plano
2273 de ação para controle social. Esse trabalho que nós vamos fazer em relação aos municípios
2274 até mesmo, gente, dentro da plenária, essas questões que a gente traz de discussão de
2275 grandes temas, a gente, nesse plano de controle social, a gente pode estar discutindo uma
2276 forma de nos capacitar. Vai falar sobre o PPAG hoje, então vamos falar do instrumental
2277 do PPAG antes de entrar no assunto. Então esse plano já vai estar indicando essas
2278 pequenas capacitações que nós vamos ter mensais. Então isso aí é uma questão urgente,
2279 nós temos conselheiros novos que nunca estiveram num conselho estadual, são
2280 conselheiros que às vezes nunca estiveram dentro da política de assistência social, então
2281 esse plano de controle social é urgente, não só dentro do CEAS, mas como a gente atuar
2282 dentro dos conselhos municipais também. **João Paulo, SEDESE:** Rapidinho. Só para
2283 corroborar e defender também a Rosa, concordo, até porque é muito trabalho construir
2284 um plano desse. Então, ter dez pessoas ao invés de cinco vai ajudar bastante.

2285 **Nelson, SEDESE:** Então, podemos fazer a indicação dos membros? As comissões
2286 conseguem se organizar agora para indicar esses dois nomes? **Laís, CMAS Ipatinga:** A
2287 comissão de monitoramento já tem os dois nomes. Nelson Fernando e Laís Alexandre.
2288 **Rosa, CMSSVP:** A Comissão de Normas também já tem os dois nomes. Pode falar? **João**
2289 **e Marcelo, Flávio, CMAS Ipatinga:** A Comissão de Apoio indica o Isaac e a Cleuza para
2290 a comissão. **Nelson, SEDESE:** Então, dois minutinhos para as duas comissões de política
2291 e de orçamento se organizarem com as apresentações. **Jennifer, PSIND:** A comissão de
2292 orçamento indica a Letícia e o Matheus. Erika, SEDESE: Indica a Fernanda e o
2293 Wellington. Nelson, SEDESE: Acho que a plenária é só validar os nomes e o grupo se
2294 reúne para organizar uma proposta de trabalho. Então, pela aprovação... Reprovações,
2295 abstenções? Então, aprovado. Gente, na nossa proposta de pauta, esse era o último ponto,
2296 aí a gente só tem os informes das comissões. As comissões têm algum informe? **Laís,**
2297 **CMAS Ipatinga-MG:** É porque aquela planilha que ficou de a comissão de

2298 monitoramento preencher, para a gente colocar no portal MG, a gente juntamente com as
2299 meninas da secretaria executiva, nós preenchemos e a gente queria socializar no grupo
2300 para vocês poderem ver e verificar se quer acrescentar alguma coisa para na próxima
2301 plenária a gente aprovar e encaminhar para o portal. **Ana Carolina, secretária executiva:**
2302 Eu queria destacar novamente a participação da Laís e da Fernanda na comissão do
2303 processo eleitoral do CMAS, que elas contribuíram para avaliar as documentações que
2304 foram encaminhadas e todo o apoio que elas prestaram à Secretaria Executiva. Parabéns,
2305 meninas. **Nelson, SEDESE:** Parabéns merecidos pelo trabalho, acho que para todo
2306 mundo do Conselho, como um todo. E agradecer mais uma plenária e a gente encerra a
2307 nossa plenária por hoje. Até a extraordinária.

2308

2309